

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
NÍVEL MESTRADO**

**MATHEUS ALVES SOARES**

**“FAZENDO PARECER QUE CAMINHAMOS PARA UMA DEMOCRACIA *TIPO*  
*AMERICANA...*”:  
COLONIALISMO, CLASSE OPERÁRIA E O JORNAL *A ALVORADA* DE PELOTAS**

**São Leopoldo**

**2023**

MATHEUS ALVES SOARES

**“FAZENDO PARECER QUE CAMINHAMOS PARA UMA DEMOCRACIA TIPO  
*AMERICANA...*”:  
COLONIALISMO, CLASSE OPERÁRIA E O JORNAL A ALVORADA DE PELOTAS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Dra. Marluza Marques Harres

São Leopoldo

2023

S676f Soares, Matheus Alves.  
“Fazendo parecer que caminhamos para uma democracia tipo americana...” : colonialismo, classe operária e o jornal a Alvorada de Pelotas / por Matheus Alves Soares. – 2023.  
147 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, RS, 2023.  
“Orientadora: Dra. Marluza Marques Harres”.

1. Movimento negro. 2. Classe operária. 3. Colonialismo. 4. Jornal A Alvorada. 5. Pelotas (RS).  
I. Título.

CDU: 981.65:316.33(=96)

MATHEUS ALVES SOARES

**“FAZENDO PARECER QUE CAMINHAMOS PARA UMA DEMOCRACIA TIPO  
*AMERICANA...*”:**

COLONIALISMO, CLASSE OPERÁRIA E O JORNAL A ALVORADA DE PELOTAS

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Aprovado em 10 de abril de 2023.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira – UFPel

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Melina Kleinert Perussatto - UFRGS

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Miriam Steffen Vieira - UNISINOS

## **AGRADECIMENTOS À CAPES**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Para Ricardo e Cristina.

## **AGRADECIMENTOS**

Um trabalho nunca se faz sozinho, portanto, é necessário prestar os devidos agradecimentos àqueles que me ajudaram nessa pós-graduação, principalmente nesse momento final.

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Ricardo e Cristina, sem os quais eu jamais teria chegado até aqui. Também à minha avó materna, Alda, a quem tenho imensa gratidão por todo o apoio.

Amigos também são um pilar fundamental de reforço necessário para manter a sanidade e saúde mental nesses momentos, especialmente com o mestrado encaminhado, desde o início, durante a pandemia de coronavírus. Por isso, agradeço, primeiramente, aos amigos que me acompanham desde o ensino fundamental: Leonardo Maserá, Víctor Castro, e Leonardo Medeiros, que estiveram lá por mim nos momentos de estresse de final de curso, bem como outros amigos pessoais, como Julinha e Júlia.

Também vejo necessidade em demonstrar gratidão por amigos que fiz no curso de graduação, que me deram a assistência e apoio moral para concluir essa pesquisa, cito em especial Duda, Isabella e Tiago, junto à minha afilhada Olga, que mantém a esperança de uma boa geração futura.

Também sou imensamente grato à professora Marluza Marques Harres, que aceitou a difícil missão de me orientar já nas etapas finais do mestrado, após as recentes reformas internas da Unisinos que acarretaram em tragédias como o fechamento do Programa de Pós-Graduação em História e a demissão do meu orientador original, professor Paulo Roberto Staudt Moreira, a quem também devo grande agradecimento.

A todos os acima citados, deixo o meu muito obrigado!

Afirmemos então mais uma vez: é precisamente porque as raças não existem que é necessário se interessar por aquilo que leva nossas sociedades a fazê-las existir tanto na linguagem comum quanto no discurso acadêmico, tanto nas ideias como nos atos.  
(FASSIN, 2018, p. 61)



## RESUMO

A presente pesquisa de mestrado envolve a discussão da ideia de classe operária e movimento negro e como essas causas se relacionavam entre si, no contexto da cidade de Pelotas no período pós Estado Novo. O foco do estudo está no jornal *A Alvorada*, periódico semanal de causa negra e trabalhista, que circulou em Pelotas entre 1907 e 1965, restringindo ao período de 1945-57, procurando observar como esse jornal se incluía nessa discussão, e até que ponto foi limitado pelo contexto. A escolha desta delimitação de tempo para a pesquisa se deve ao fato de 1945 ser o ano do fim do Estado Novo, que marcou grandes mudanças no campo trabalhista, e encerrando em 1957 por acreditarmos que assim formamos um tempo suficientemente hábil para o estudo. Assim, pensando no conceito de movimento trabalhista no período pós-escravidão, discutiremos a movimentação do operariado negro sob o debate chamado por Sidney Chalhoub de “muro de Berlim historiográfico”, a divisão intransponível entre os estudos do pós-escravidão e do movimento trabalhista, resumida pela ausência da consideração da cor dentro das análises sobre a classe trabalhadora. Pensando também nas discussões anticolonialistas que aconteciam fora do Brasil – principalmente nas colônias francesas – contemporaneamente ao período estudado, pretendemos observar até que ponto os discursos de teóricos e revolucionários anticolonialistas podem se aproximar das reivindicações explicitadas no *A Alvorada*, e como podemos discutir o conceito de ideologia colonialista no Brasil já republicano.

**Palavras-chave:** movimento negro; classe operária; colonialismo; jornal *A Alvorada*; Pelotas.

## ABSTRACT

The present master's research involves the discussion of the idea of the working class and the black movement and how these causes were related to each other, in the context of the city of Pelotas in the post Estado Novo period. The focus of the study is on the newspaper *A Alvorada*, a weekly periodical of black and labor causes, which circulated in Pelotas between 1907 and 1965, restricting it to the period 1945-57, trying to observe how this newspaper was included in this discussion, and to what extent it was limited by context. The choice of this time delimitation for the research is due to the fact that 1945 was the year of the end of the Estado Novo, which marked great changes in the labor field, and ending in 1957 because we believe that this way we formed a sufficiently skillful time for the study. Thus, thinking about the concept of the labor movement in the post-slavery period, we will discuss the movement of the black working class under the debate called by Sidney Chalhoub the “historiographical Berlin wall”, the unbridgeable division between post-slavery and labor studies, summarized by the absence of consideration of color within analyzes of the working class. Also thinking about the anti-colonialist discussions that took place outside Brazil – mainly in the French colonies – contemporaneously with the period studied, we intend to observe to what extent the discourses of anti-colonialist theorists and revolutionaries can approach the claims made explicit in *A Alvorada*, and how we can discuss the concept of colonialist ideology in already republican Brazil.

**Key-words:** black movement; working class; colonialism; newspaper *A Alvorada*; Pelotas.

## LISTA DE FIGURAS

Recorte do jornal A Alvorada 1.....	42
Recorte do jornal A Alvorada 2.....	47
Recorte do jornal A Alvorada 3.....	48
Recorte do jornal A Alvorada 4.....	50
Recorte do jornal A Alvorada 5.....	50



## LISTA DE SIGLAS

FNB	Frente Negra Brasileira
FNP	Frente Negra Pelotense

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
1.1 Observações sobre metodologia: a pesquisa com jornais .....	25
<b>2 A CIDADE DE PELOTAS E O PERIÓDICO A ALVORADA .....</b>	<b>30</b>
2.1 Contextualização: histórico da cidade de Pelotas focando na presença negra e sindical e negros no pós-abolição .....	31
2.2 O periódico <i>A Alvorada</i> .....	40
<b>3 O NORTE DA DISCUSSÃO TEÓRICA E O QUE O PERIÓDICO A ALVORADA NOS DIZ.....</b>	<b>52</b>
3.1 Colonialismo, racismo e o <i>A Alvorada</i> .....	54
3.1.1 Colonialismo como ideologia e fato histórico.....	54
3.1.2. O colonialismo à brasileira e o jornal <i>A Alvorada</i> .....	69
3.2 Identidade de classe e operariado negro através do <i>A Alvorada</i> .....	86
3.2.1 O jornal <i>A Alvorada</i> e sua posição na luta de classes.....	86
3.2.2. Classe operária, operariado negro e o local do <i>A Alvorada</i> .....	100
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>111</b>
<b>FONTES E REFERÊNCIAS.....</b>	<b>116</b>
FONTES .....	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	116
<b>ANEXOS – TRANSCRIÇÕES DE TEXTOS DO JORNAL A ALVORADA .....</b>	<b>123</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Frantz Fanon encerra o livro *Pele negra, máscaras brancas* com a frase: “Ô meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona” (2008, p. 191). Essa se tornou uma das mais célebres frases deste autor, e representa o seu orgulho de ter consciência sobre as situações de exploração do homem pelo homem e de como essa exploração atinge o seu auge com o colonialismo e a sua vontade de que todos tenham a chance de se abrir com a mesma consciência. E essa consciência se trata de um produto do questionamento.

A curiosidade relativa às questões históricas parece quase que inerente à vida humana, quando ligada ao sentimento de pertencimento ao coletivo. Entender-se como pertencente a algo envolve questionar-se. Os velhos questionamentos “como?” e “por que?” se tornam cada vez mais complexos, conforme crescemos e amadurecemos. Vão ganhando novos desdobramentos que geram mais questionamentos a cada resposta encontrada.

A admiração pelo ofício dos professores, somada ao gosto pela curiosidade histórica, me pôs no caminho da Licenciatura em História, completada com o meu trabalho de conclusão de curso, que teve como objeto a *Constitutio Antoniniana*, ou Édito de Caracala, uma antiga lei decretada pelo imperador romano Marco Aurélio Antonino, conhecido como Caracala, em 212 d.C., concedendo cidadania romana plena a todos os habitantes do Império. Naquele trabalho foi discutida não apenas a lei, mas também o conceito de cidadania romana, para que se pudesse compreender os seus efeitos. A escolha deste tema veio por um conjunto de fatores, envolvendo principalmente meu gosto pela História Antiga e Antiguidade Clássica, e meu interesse pelos estudos acerca de cidadania e direitos.

Entra aqui o questionamento mais comum: como aconteceu a migração da temática de pesquisa de Roma Antiga para Pelotas no século XX? Pois bem, da perspectiva que eu observo, a temática não mudou, pois o foco se mantém nos efeitos do imperialismo sobre a cidadania. Uma das conclusões da pesquisa sobre o Édito de Caracala trata da imposição de um novo status aos povos dominados pelo Império Romano, ou seja, a concessão da cidadania, que garantia acesso a novos direitos e, por outro lado, também consolidava o processo de conquista, firmando o domínio sobre os povos e minando as esperanças de uma real independência. Tal

situação se reflete na lógica colonial de séculos depois. Vemos que a escravidão exemplifica isso, na medida em que o escravizado é extirpado de sua nacionalidade e forçado a se tornar brasileiro. Indo mais longe, vemos que é um padrão que se repete nos territórios colonizados. Mesmo que nem sempre receba formalmente a cidadania da metrópole, na prática o povo colonizado é forçado a abandonar seu modo de vida tradicional em nome do “desenvolvimento” trazido pelo colonizador, assume o idioma e os ideais de padrão de vida da metrópole, é obrigado a abrir mão de sua identidade em vantagem da noção de nacionalidade do conquistador.

Gosto de dizer que a construção do tema da minha Dissertação de Mestrado se deu de forma orgânica, através de estudos independentes que despertaram curiosidade e interesse na temática específica do jornal *A Alvorada*, misturados à temática anticolonialista. Encontrei o *A Alvorada* por acaso, enquanto lia um pequeno livro intitulado *Pessoas comuns, histórias incríveis: a construção da liberdade na sociedade sul-rio-grandense*<sup>1</sup>. Questões pessoais<sup>2</sup> fizeram com que eu instantaneamente me interessasse pelo periódico pelotense, até que cheguei ao acervo digital<sup>3</sup> onde ele se encontra quase que integralmente arquivado.

Folheando virtualmente e lendo pesquisas sobre o *A Alvorada*, fui aos poucos associando o que lia no e sobre o jornal com leituras que já havia feito sobre colonialismo e racismo, entre Frantz Fanon<sup>4</sup>, Aimé Césaire<sup>5</sup>, Albert Memmi<sup>6</sup>, Clóvis Moura<sup>7</sup> e Abdias do Nascimento<sup>8</sup>. Foi com esta bagagem que montei o projeto que deu origem a essa dissertação.

---

<sup>1</sup> SILVA, Fernanda Oliveira da; SÁ, Jardélia Rodrigues de; GOMES, Luciano Costa; ROSA, Marcus Vinícius de Freitas; PERUSSATTO, Melina Kleinert; SILVA, Sarah Calvi Amaral; SANTOS, Sherol dos. **Pessoas comuns, histórias incríveis: a construção da liberdade na sociedade sul-rio-grandense**. Porto Alegre: UFRGS: EST Edições, 2017.

<sup>2</sup> Toda a família da minha avó materna é natural das cidades de Canguçu e Piratini, na região sul do estado, tendo alguns parentes migrado para Pelotas, incluindo uma tia-avó que foi casada com um homem de sobrenome Penny, mesmo dos fundadores do *A Alvorada*.

<sup>3</sup> Acervo Digital da Bibliotheca Pública Pelotense, acessível pelo link: <<http://acervobibliotheca.com.br/>>.

<sup>4</sup> FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

<sup>5</sup> CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução de Claudio Willer. São Paulo: Veneta, 2020.

<sup>6</sup> MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador**. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

<sup>7</sup> MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

<sup>8</sup> NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3ª ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.



Gosto sempre de lembrar do momento, em *Apologia da história ou o ofício de historiador*, no qual Marc Bloch nos lembra de que o objeto da história é, por natureza, o homem:

Digamos melhor: os homens. [...] Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça. (BLOCH, 2002, p. 54)

É sob essa perspectiva que busco guiar a minha pesquisa. O jornal *A Alvorada*, o colonialismo e o movimento operário são objetos e conceitos meramente abstratos, quando não relacionados aos homens que afetam e através dos quais são afetados. Sendo o homem o verdadeiro objeto da história, partimos do princípio de que o nosso objeto não está puramente nos acontecimentos, fatos e instituições por si só, mas sim por esses acontecimentos, fatos e instituições terem sido construídos e criados pelo homem, em vantagem ou detrimento do homem, sempre gerando efeito sobre o homem. Enxergamos o colonialismo para além do processo de colonização, como uma ideologia<sup>9</sup> que justifica este processo, criando os racismos e os estereótipos sob os quais a exploração é defendida, causando danos nas sociedades que permanecem mesmo após o fim da colonização por si só. Como afirma Florestan Fernandes, a descolonização ainda está em processo:

O que desapareceu historicamente – o mundo colonial – subsiste institucional e funcionalmente, ainda que de forma variável e desigual, conforme os níveis de organização da vida humana que se considerem. Ele vive, pois, em quase tudo que é essencial para o capitalismo dependente: na posse da terra, na organização da agricultura, na autocracia dos poderosos, na espoliação sistemática e na marginalização dos pobres, no particularismo e no farisaísmo das elites, na apatia ou na confusão das massas oprimidas e, principalmente, nos padrões de relações étnicas e raciais, por natureza ilegítimos, extracristãos e antidemocráticos. (FERNANDES, 2007, p. 289-290)

Entendemos como relevante a inclusão do assunto do colonialismo nessa pesquisa pois, como será demonstrado ao longo do trabalho, os escritos de teóricos anticolonialistas fazem crer que a ideologia colonial é a responsável pela criação e

---

<sup>9</sup> Frantz Fanon faz uso do conceito marxista de ideologia, que se trata do conjunto construído de ideias, no caso da ideologia dominante, que legitimam a dominação e a acumulação de capital da classe dominante. “Uma burguesia tal como se desenvolveu na Europa pôde elaborar uma ideologia a fim de reforçar seu próprio poder.” (FANON, 2022, p. 174). Sabemos que o uso do termo “ideologia” já está datado, porém, por usarmos sobretudo referências das décadas de 1950-60, optamos por manter o seu uso. Nesse caso, em todas as ocasiões que mencionarmos “ideologia dominante”, será com este significado.

imposição de barreiras raciais, barreiras essas tão combatidas pelos redatores do jornal que tomamos por objeto. Assim, com base em leituras prévias dos autores citados e de edições do *A Alvorada*, uma das hipóteses levantadas na proposta desta pesquisa é que possamos não apenas encontrar proximidades entre os discursos, mas também encontrar os limites teóricos dos redatores do jornal com base nas ideias dos escritores anticolonialistas.

Sendo assim, a problemática da pesquisa será a relação entre o movimento negro – sob qual o periódico foi idealizado – e o movimento operário, como se davam essas discussões no periódico, como poderia se identificar com a corrente discussão sobre colonialismo, que acontecia fora do Brasil e principalmente como essas temáticas se encaixaram e são limitadas pelo contexto em que o jornal circulava, contribuindo com a discussão teórica sobre colonialismo e seus reflexos na história local. Por isso, o período compreendido para análise foi a partir de 1945, quando findou o Estado Novo, período que criou um contexto diferente para a difusão dessas ideias, e durante o qual foi publicada a primeira Consolidação das Leis Trabalhistas, até o ano de 1957, que consideramos um ano que fecha uma boa delimitação temporal para a pesquisa de mestrado, bem como é um período interessante para a análise que pretendemos, visto que são os primeiros anos após a morte de Getúlio Vargas e momento de ascensão de figuras importantes no meio trabalhista e no Rio Grande do Sul, como Leonel Brizola e João Goulart.

Com isso, os objetivos específicos dessa pesquisa foram contextualizar a cidade de Pelotas e o periódico *A Alvorada*; conceituar classe operária e colonialismo e como essas questões eram tratadas no jornal; e caracterizar o papel do *A Alvorada* e como se encaixava no seu contexto para a associação do seu discurso com o que era publicado contemporaneamente no exterior, demonstrando os limites para a discussão trabalhista e antirracista devidos à norma ideológica vigente na conjuntura, em relação às teorias discutidas.

Além dos motivos pessoais que me conduziram à curiosidade sobre o *A Alvorada*, a escolha deste jornal se deve ao fato de ter sido um importante veículo das causas negra e trabalhista em Pelotas que está entre os mais longevos do tipo. Ele esteve em circulação por quase 60 anos, o que, para os jornais negros da época, é extremamente relevante. O periódico circulou em Pelotas entre 1907 e 1965, mas optamos por restringir a pesquisa ao período a partir de 1945, momento

pós-Estado Novo, principalmente por dois motivos: a) é um período relativamente pouco abordado nas pesquisas acerca do *A Alvorada*, sendo que a maior parte dos trabalhos que encontramos focam na primeira metade do século XX; b) porque é um momento histórico interessante para pensarmos essas discussões, tanto pelo contexto do Brasil quanto internacional. Dentro do Brasil, estamos falando da era pós-Getúlio Vargas, ou seja, há uma industrialização maior, a CLT, a política de sindicalização de Vargas, o que certamente cria uma conjuntura nova para esses debates. E no contexto de fora do Brasil, também é um momento pertinente pra associar com os conceitos que pretendemos explorar na pesquisa, principalmente quando falamos de colonialismo, pois os principais bastiões da teoria anticolonialista publicaram suas principais obras nesse momento, entre os anos 1950 e 1960 (Aimé Cesaire publicou o *Discurso sobre o Colonialismo* em 1950; Albert Memmi publicou o *Retrato do Colonizado e Retrato do Colonizador* em 1957; Frantz Fanon publicou o *Pele Negra, Máscaras Brancas* em 1952 e *Os Condenados da Terra* em 1961), ou seja, é o período de emergência das discussões teóricas sobre o racismo como fator fortalecido pela ideologia colonialista.

Além do mais, pensando no fortalecimento dos movimentos sociais em tempos que se trabalha para diminuir cada vez mais os direitos dos trabalhadores, é importante entendermos as relações entre o movimento negro e o movimento operário, onde se aproximam, as reivindicações em comum, a união das causas, e como a compreensão do colonialismo pode nos elucidar sobre problemas atuais.

Primeiramente, no segundo capítulo, após essa introdução, fizemos uma contextualização, começando por lembrar a história da cidade de Pelotas até o período estudado, com foco na presença negra e nos movimentos trabalhistas da região. Se deu atenção também à formação do jornal *A Alvorada* em relação à conjuntura sob a qual foi fundado e permaneceu pelos seus quase 60 anos. Resumidamente, este capítulo se dedicou majoritariamente a uma revisão bibliográfica com o objetivo elaborar uma contextualização para que se compreenda como era a cidade de Pelotas no período estudado em termos históricos, econômicos e demográficos juntamente com uma breve apresentação do jornal *A Alvorada*, para que se possa identificar a atuação desse jornal na sua conjuntura. Dessa forma, tratamos de fazer essa contextualização para compreendermos sobre qual base nasceu o *A Alvorada*, com o histórico da população negra na cidade,

considerando que após a abolição da escravidão, em 1888, o negro enquanto mão-de-obra encontrou dificuldades para se adaptar à competição pelo espaço no mercado de trabalho, principalmente contra os imigrantes europeus que desembarcavam em alta quantidade no Brasil. Segundo Florestan Fernandes<sup>10</sup>, no período até 1930, a imigração europeia representou para o trabalhador negro o equivalente a uma “calamidade social” (FERNANDES, 2007, p. 135), pois o europeu veio justamente para tomar o mercado de trabalho do negro liberto. Durante a escravidão, a imigração não teve o mesmo significado, pois o senhor de escravos não via razão em mudar sua mão de obra para assalariada. Uma vez que não existia mais escravidão, o negro passa a representar uma parcela da população que não interessa mais à burguesia, que demonstra preferência pelos trabalhadores brancos. Principalmente durante a época das teses de branqueamento<sup>11</sup>, o negro representa a população colonizada, aquela que, junto aos indígenas, é inferior, repleta de defeitos e que “tende” a desaparecer.<sup>12</sup>

Em seguida, no terceiro capítulo, foi buscado esclarecer o que se entende por colonialismo e classe operária através de referências de cada área. É um capítulo de embasamento e discussão teórica, de forma a fortalecer o entendimento sobre os conceitos estudados e compreender a sua aplicação na pesquisa. Envolverá também uma análise da abordagem a respeito da situação das populações negras e da classe operária de e como a forma pela qual essa discussão aparecia no jornal pode ser conectada com a discussão sobre colonialismo, encontrando suas balizas dentro da ideologia dominante. Neste momento, a ideia foi fazer uma análise bruta do jornal. Selecionar reportagens e textos presentes no *A Alvorada* que versam sobre os temas de racismo e trabalho e analisar como isso exemplifica e dialoga com as questões de colonialismo e operariado teorizadas.

O ponto central aqui não foi exatamente a prática colonial, visto que, no contexto pesquisado, o Brasil já não era colônia de Portugal há mais de cem anos. O que será discutido neste momento são as características da ideologia colonialista de

---

<sup>10</sup> FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2ª ed. São Paulo: Global, 2007.

<sup>11</sup> Teses que defendiam uma superioridade genética da “raça branca”, o que implicava, entre outras coisas, na crença de que, conforme europeus brancos imigrassem para o Brasil de população largamente negra, esta iria lentamente desaparecer, pois nos processos de miscigenação o gene branco tenderia a prevalecer.

<sup>12</sup> Ver: ANDREWS, 2007; FISCHER, GRINBERG e MATTOS, 2018; SCHWARCZ & MACHADO, 2018.

forma análoga, da qual podemos encontrar traços inclusive no próprio jornal. Percebemos como o contexto trazido na etapa anterior se relaciona aos conceitos que trabalhamos, visto que representa aspectos característicos da relação colonizador/colonizado, já que o primeiro instinto do colonizador é o de justificar sua dominação não apenas por sua superioridade, mas também pela inferioridade do colonizado, atribuindo de forma generalizada características ruins que tornariam a população colonizada inapta a trabalhos complexos. Além do mais, Albert Memmi<sup>13</sup> afirma que, no limite, “o usurpador tenderia a fazer desaparecer o usurpado, cuja existência basta para estabelecê-lo como usurpador, cuja opressão cada vez mais pesada o torna cada vez mais opressor.” (MEMMI, 2007, p. 91). Ou seja, a tendência do colonizador é fazer com que o colonizado desapareça, já que a política colonialista escancara o seu caráter opressivo.

Memmi também faz uma distinção interessante entre o colonial e o colonialista. Enquanto o colonialista é o explorador, o colonial seria o imigrante europeu que tem condições de vida equivalentes às do colonizado, sem a atitude de colonizador, caso de muitos dos imigrantes nas cidades. Porém, Memmi ressalta que tal situação é ilusória, “pois todos os europeus das colônias são privilegiados” (MEMMI, 2007, p. 44), o que se justifica pelo exposto anteriormente.

Aí se necessita reforçar essa diferenciação entre colonialismo e colonização. A colonização é aquele processo de dominação e exploração de territórios e povos que tem data de início e de fim. Já o colonialismo se apresenta como o conjunto de ideias em torno disso. É de onde vêm, por exemplo, as justificativas para a colonização – quando se afirma que determinada população não tem a capacidade de executar nenhum trabalho intelectual mais complexo que o braçal, que não tem capacidade de se autogovernar, portanto deve ser salva pelo povo mais desenvolvido. É onde se criam os estereótipos de raça – quando afirma que aquela população menos civilizada tem, por exemplo, uma tendência ao crime, portanto deve ser vigiada de perto, com punições mais severas e até punições “preventivas”. O colonialismo é a ideologia colonial que, diferentemente da colonização enquanto processo, não tem data de fim, e resiste ao tempo. A colonização acaba; o colonialismo fica.

---

<sup>13</sup> MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador**. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Frantz Fanon, que era psiquiatra, nos traz o conceito que ele chama de *imposição cultural irrefletida*, dentro da psicopatologia colonial, que é, resumidamente, a absorção da ideologia colonial pelo colonizado. Ou seja, quando o negro se torna *negróforo*, em suas palavras, recusando a si mesmo. Isso significa que se entende o ser branco não apenas como algo relacionado a cor, mas que tem a ver também sobretudo com comportamento. Ou seja, o branco projeta sobre o negro o estereótipo de incivilizado, animalesco, e o inconsciente coletivo<sup>14</sup> do colonizado absorve esse pensamento. Fanon (2008, p. 162) afirma que o inconsciente coletivo se trata de uma imposição cultural irrefletida. O colonizado passa a, de certa forma, se sentir o colonizador. Ele afirma que “é normal que o antilhano<sup>15</sup> seja negróforo. Pelo inconsciente coletivo o antilhano adotou como seus todos os arquétipos do europeu. A alma do negro antilhano é quase sempre uma branca.”

Sou um preto – mas naturalmente não o sei, visto que o sou. Em casa, minha mãe canta para mim, em francês, romances francesas nas quais os pretos nunca estão presentes. Quando desobedeço, ou faço barulho demais, me dizem: “não se comporte como um preto.” (FANON, 2008, p. 163)

Em resumo, pode-se dizer que, mesmo não havendo mais uma relação formal de colônia e metrópole, as relações sociais e de trabalho no contexto estudado são conceitualmente análogas aos conceitos colonialistas debatidos principalmente em países como Martinica (Frantz Fanon e Aimé Césaire) e Tunísia (Albert Memmi) que, nas décadas iniciais do século XX, ainda eram colônias de exploração francesa.

Em mais um exemplo de como a ideologia colonialista se espalha e é espalhada, lembremos de um texto muito particular escrito pelo pesquisador indiano Sanjay Seth, intitulado *Razão ou raciocínio? Clío ou Shiva?*<sup>16</sup>, que não se refere necessariamente ao debate em relação ao racismo contra negros, mas suscita uma

---

<sup>14</sup> Fanon usa o conceito de “inconsciente coletivo” da psicanálise, como um complexo de arquétipos herdados em conjunto por membros participantes de uma sociedade ou grupo, e vividos de forma inconsciente, ou seja, com a predisposição a reagir às situações e ao mundo da forma que foi construída ancestralmente sem que se perceba esse padrão predisposto. Sem nos apropriarmos do conceito, este é o significado que pensamos nas ocasiões em que citamos este termo durante o trabalho.

<sup>15</sup> Fanon se refere sempre às Antilhas, que são um conjunto de ilhas na América Central que foram colônias europeias e que têm população predominantemente negra descendente de escravizados. Este teórico, como martinicano, sendo a Martinica uma ilha das Antilhas, usa muito a referência do antilhano.

<sup>16</sup> SETH, Sanjay. **Razão ou raciocínio? Clío ou Shiva?** Ouro Preto: História da Historiografia, n.11, 2013. pp.173-189.

reflexão interessante sobre algumas consequências do colonialismo. Quanto ao problema proposto no artigo, é algo que por si só já carece de uma interpretação mais detalhada ao ser lida por ocidentais, não afeitos à forma com que algumas culturas do oriente enxergam as noções hegemônicas da história. Seth afirma que:

O Ocidente desenvolveu uma tradição de escrita da história; à sua vez, admite-se que o mundo muçulmano e o mundo chinês tenham tido tal tradição, ainda que de maneira subdesenvolvida; mas a maioria das culturas teve mitos e épicos religiosos, ao invés de uma escrita da história, ainda que essas culturas tenham, vez por outra, confundido as duas coisas. (SETH, 2013, p. 174)

Ou seja, essa forma de escrita da história, tomada como regra pelo ocidente, sugere que os povos que não a seguem da maneira racional que separa o presente do passado, estariam como que presos no passado, seriam povos ainda não totalmente civilizados. Assim, a forma hegemônica de se fazer história teria um viés colonialista, hierarquizando culturas de acordo com seu grau de secularização do conhecimento.

O autor discute bastante a ideia ocidental da Razão, que seria, resumidamente, uma forma secular de olhar criticamente para o passado como algo desligado do presente. E neste ponto, ao falar dos deuses, é onde Seth deixa mais clara essa problematização. Se trata do fato de que, em muitos povos, e certamente é o caso da Índia, o mundo do camponês é habitado não apenas pelas pessoas, mas também por deuses e espíritos que também intervêm no cotidiano. Aí está o código que a Razão ocidental não consegue codificar: a ideia da participação de deuses na história.

Contudo, o próprio autor já responde que não é possível encontrar um lugar para os deuses dentro da pesquisa histórica. Isso porque a prática moderna da ciência está historicamente ligada a alguns fenômenos, entre os quais estão a separação entre passado e presente e a racionalidade científica, onde não há espaço para considerar o papel ativo de deuses:

Ao escrever a história, o(a) historiador(a) pode registrar o fato de que as pessoas creem na existência dos deuses e na sua participação ativa no mundo [...] mas o(a) historiador(a) não pode escrever a história como se esses deuses e espíritos fossem atores históricos reais. Produzir uma história que incluísse Shiva seria algo incoerente; não corresponderia à tradição de alguém, tampouco apelaria à sensibilidade de alguém. (SETH, 2013, p. 177-178)

Essa restrição faz parte da racionalidade científica da disciplina História. Se trata de uma restrição não necessariamente da história, mas sim das ciências em geral. Nessa perspectiva, a religião é vista como uma manifestação cultural, os deuses como partes das crenças, e qualquer coisa que sugira participação ativa de entidades sobrenaturais na história faria com que uma pesquisa perdesse o caráter científico e passasse a englobar algo entre a literatura e a mitologia.

Mas isso também não significa que esse argumento exista para separar o ocidente do oriente, pois no ocidente, durante séculos, se considerou a construção da história do mundo cristão com o papel ativo de Deus. Assim, a história até mais ou menos o século XVII também é problemática do ponto de vista dessa Razão. Daí que surge a problemática colonialista dessa perspectiva. As noções modernas de ciência são formadas em uma Europa iluminista, em processo de secularização, de separação entre religião e ciência. E é essa a perspectiva que surge como hegemônica, entendendo que as culturas que não separaram o conhecimento histórico/científico da religião, simplesmente *ainda* não o fizeram, portanto, seguem em atraso e devem ser guiadas pelo ocidente já desenvolvido, que reproduz sua forma de fazer ciência sobre elas. Em suma, essa é a provocação trazida por Sanjay Seth que, na nossa interpretação, ainda carece de sugestões de solução.

No prefácio à edição brasileira de seu livro “*Primeiro como tragédia, depois como farsa*”<sup>17</sup> o filósofo esloveno Slavoj Žižek discorre sobre as noções de impossível e possível dentro da ideologia dominante:

Hoje, a ideologia dominante pretende nos fazer aceitar a impossibilidade da mudança radical, da abolição do capitalismo, da democracia não restrita ao jogo parlamentar etc., para tornar invisível o impossível/real do antagonismo que transcende as sociedades capitalistas. Esse real é impossível no sentido de que é o impossível da ordem social existente, ou seja, seu antagonismo constitutivo – que, entretanto, de modo algum implica que não se possa tratar diretamente com esse real/impossível e transformá-lo radicalmente num ato “maluco”, que muda as coordenadas “transcendentais” básicas de um campo social. É por isso que, como explica Zupančič, a fórmula de Lacan de superação de uma impossibilidade ideológica não é “tudo é possível”, e sim o “impossível acontece”. O real/impossível lacaniano não é uma limitação a priori que deveria ser levada em conta de modo realista, mas o domínio do ato, de intervenções que podem mudar suas coordenadas: o ato é mais que uma intervenção no domínio do possível; o ato muda as próprias coordenadas do que é possível e, portanto, cria retroativamente suas próprias condições de possibilidade. (ŽIŽEK, 2011, p. 13)

---

<sup>17</sup> ŽIŽEK, Slavoj. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. São Paulo: Boitempo, 2011.



Em outras palavras, este autor discute que o comunismo é entendido como impossível porque, ao estarmos inseridos na ideologia dominante, torna-se impossível compreendermos qualquer concepção de sistema político/econômico que vá além da lógica de mercado.

Dentro disso, nosso questionamento é: e se associarmos essa lógica trazida por Žižek à problemática levantada por Seth? Ou seja, a ideologia dominante, no caso a Europa colonialista que forjou a concepção hegemônica de ciência com base em sua própria realidade, impõe essa lógica própria sobre outras sociedades que não vivem sob os mesmos contextos culturais. A ciência como a Razão secular é entendida como a única possível, da mesma forma que a economia de mercado sob o capitalismo é entendida como o único modelo possível.

Nesse caso, entender a participação ativa de deuses na história de culturas orientais, para nós é impossível por estarmos acostumados com os parâmetros científicos forjados pela cultura secular ocidental. Da mesma forma que a Inglaterra da Revolução Industrial forma as bases do capitalismo moderno, a França iluminista forma as bases da ciência moderna, sendo ambas impostas a outras partes do mundo através do colonialismo.

Evidentemente não proporemos que passemos a aceitar cegamente trabalhos envoltos em mitologia como pesquisas científicas. Nossa ideia nesse momento é contemplar o debate suscitado por Sanjay Seth, partindo do princípio de que o *impossível* na interpretação histórica das culturas religiosas orientais – onde, diga-se de passagem, devem também ser consideradas as diferenças nas compreensões das divindades das religiões politeístas para as monoteístas – parte de termos apenas uma noção padronizada de ciência baseada em parâmetros hegemônicos.

O colonialismo aparece, assim, como uma arma química usada contra povos subjugados; ele se impregna e causa danos que são sentidos por gerações. É questionando esses danos que autores como Fanon, Césaire, Memmi, Clóvis Moura, Silvio Almeida, Abdias do Nascimento, Angela Davis, Bell Hooks, Suely Carneiro, entre outros e outras, se destacam, buscando explicações sobre como e por que nossa sociedade ainda sofre com resquícios colonialistas. Nessa mesma problemática, os redatores do *A Alvorada* apareceram também questionando, não da mesma forma conceitual como os autores citados, mas da forma jornalística da

denúncia e da reivindicação, trazendo não apenas a questão dos negros, mas também a dos trabalhadores.

Ao fim do terceiro capítulo, consideramos importante incorporar à pesquisa o debate chamado por Sidney Chalhoub de “Muro de Berlim historiográfico”. Trata-se da inexistência de diálogo entre a historiografia da escravidão e pós-abolição e a historiografia do trabalho, caracterizada principalmente pela ausência da consideração de cor nas análises da classe operária. Álvaro Nascimento afirma que há uma tradição na historiografia trabalhista de não reconhecer as particularidades da população operária negra, e reforça que as pesquisas que tratam da transição da escravidão para o trabalho assalariado sem considerar o fator de cor e o racismo acabam “embranquecendo” o debate. Junta-se a isso a ideia generalizada de que o movimento operário teria se originado apenas a partir dos imigrantes (havia muitos anarquistas entre os italianos), desconsiderando a consciência de classe entre os trabalhadores nacionais, especialmente os negros. Percebemos que o *A Alvorada* também não faz essa distinção, pois os textos de cunho trabalhista publicados no jornal no período em que analisamos não mencionam a cor, ou seja, o próprio periódico pratica essa separação entre o movimento negro e o movimento operário. É discutida a necessidade de se incluir o recorte de cor sobre as análises do operariado justamente pelo que discutimos ao longo do capítulo, de como o racismo enquanto parte integrante e fortalecida pelo colonialismo afeta as relações de trabalho, fazendo com que o operariado negro possua particularidades que não podem ser ignoradas, pois o racismo impõe um grau a mais na opressão que atinge as classes dominadas. Além disso, os autores que debatem sobre o Muro de Berlim historiográfico e o paradigma da ausência abordam a questão dos trabalhadores negros antes da abolição, ou seja, se os escravizados também não comporiam uma classe, à medida que se tratavam de um grupo que se identificava entre si e se entendia em oposição aos senhores, inclusive com movimentos de resistência, como os quilombos. Para esses autores, isso é uma questão problemática por se entender que o movimento operário no Brasil começa somente após o desenvolvimento da indústria e a chegada de imigrantes, enxergando o operário com uma visão que contemple apenas o clássico trabalhador fabril, e não considerando as questões de cor.

## 1.1 Observações sobre metodologia: a pesquisa com jornais

Considerando a importância de citar a metodologia, quando se faz uso da imprensa como fonte é natural que surjam dúvidas a respeito. Por isso também é necessário que seja feita leitura de base teórica para reforço e orientação. Evidentemente que, devido às particularidades de cada pesquisa e de cada jornal, não existe nenhum “manual” para o uso de jornais como fonte, mas existem alguns cuidados que devem ser observados. Um critério importante é o contraponto com outras fontes, conforme o artigo de Rafael Lapuente (2016)<sup>18</sup>:

Um número crescente de teses e dissertações vem utilizando a imprensa como meio fundamental ou complementar para seus objetos de pesquisa. Todavia, seu uso e abuso, feito de maneira indiscriminada, sem metodologia nem aprofundamento teórico, podem trazer sérios problemas para a pesquisa histórica, pois, apesar de cada vez mais historiadores usarem a imprensa como fonte, nem sempre sua consulta vem acompanhada de fundamento teórico e metodológico. Apesar de parecer óbvio, é importante destacar a assertiva de Cláudio Pereira Elmir (1995). Segundo este autor, a consulta a um periódico não pode ser feita sem uma criteriosa análise, exigindo uma leitura diferente daquela que é feita a um jornal do dia a dia, por exemplo. Assim, é fundamental que não se estude o jornal de maneira isolada. (LAPUENTE, 2016, p. 16)

Com isso, vemos que a adoção do jornal como fonte histórica é um fator que atrapalha. O periódico não pode ser usado como fonte única e absoluta, pois pode conter imprecisões, censuras e descontextualizações que atrapalharão o resultado da pesquisa. Por isso, se faz necessário o contraponto com outras fontes documentais e bibliográficas que forneçam um contexto em que seja possível identificar o que for necessário.

De acordo com Lapuente, também é importante conhecer a estrutura do corpo editorial do jornal, desde a localização e funcionamento da produção, até a concorrência, que são fatores que permitirão consolidar o jornal como fonte da pesquisa. “Até porque, isso não é um processo padrão. Ele varia conforme o tempo histórico e a localidade da produção, questões estas que modificam o contexto em que o jornal foi produzido, escrito e lido.” (LAPUENTE, 2016, p. 18).

O conhecimento do interior do jornal também nos permite identificar outro fator, que é importante na pesquisa com jornais que se dizem isentos e puramente informativos:

---

<sup>18</sup> LAPUENTE, Rafael Saraiva. A imprensa como fonte: apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica. **Bilros**, Fortaleza, v. 4, n. 6, p. 11-29, jan.- jun. 2016.

O pesquisador deve ter ciência de que um periódico, independentemente de seu perfil, está envolvido em um jogo de interesses, ora convergentes, ora conflitantes, buscando evidenciar – e cativar – o seu público-leitor. O que está escrito nele nem sempre é um relato fidedigno, pois há, nos bastidores de sua reportagem, muitas vezes, a defesa de um posicionamento político, de um poder econômico, de uma causa social, de um alcance a um público alvo etc., advindos das pressões de governantes, grupos financeiros, anunciantes, leitores, grupos políticos e sociais, muitas vezes de modo dissimulado, disfarçado (por isso também o cuidado com análises que focam exclusivamente nos editoriais para conhecer o posicionamento do periódico). (LAPUENTE, 2016, p. 18)

Isso não será necessariamente um problema nessa pesquisa, visto que os redatores do *A Alvorada* sempre deixaram explícitos os seus objetivos e visões políticas e sociais. Todavia, como essas manifestações serão justamente o objeto desse trabalho, é importante que se tenha o cuidado de analisar o que não está explícito, para que detalhes importantes não sejam deixados para trás, bem como realizar contraponto com outras referências para verificar o grau de possível distorção na análise de acontecimentos relatados no jornal, situação recorrente em periódicos operários (LONER, 1999, p. 9). Para isso, além da contextualização citada, é importante que se faça uma leitura diferenciada do jornal, uma leitura que vá além de como lemos um jornal no dia-a-dia, conforme referência ao professor Cláudio Elmir no artigo de Lapuente (2016) e reforçado por Monica Karawejczyk (2010)<sup>19</sup>:

Para utilizar a imprensa como fonte, deve-se, em primeiro lugar, levar em consideração a leitura que o pesquisador faz, ao buscar meticulosamente na imprensa suas informações, e que se difere e muito da leitura do leitor usual do jornal que, no seu dia-a-dia, muitas vezes se concentra apenas nos títulos das matérias, para então dedicar um pouco mais de tempo aos assuntos que mais lhe chamem a atenção. Não é isso o que historiador faz, ao agregar matérias de periódicos no seu *corpus documental*. Antes de qualquer coisa, o pesquisador está à procura de um tema específico e faz uma seleção rigorosa nas páginas do periódico eleito por ele como fonte principal de seu trabalho, passando aí a reunir todas as menções ao fato pesquisado, num período de tempo também determinado por ele. (KARAWEJCZYK, 2010, p. 142-143)

Cabe aqui ressaltar a classificação de “fonte realista” atribuída aos jornais pelo historiador José D’Assunção Barros, que, segundo o autor, representa o efeito de realidade transmitido pelas publicações periódicas jornalísticas:

Considerar o jornal como um tipo de “fonte realista”, é claro, implica compreender que o discurso realista encaminhado pelos jornais nada tem de neutro. De alto a baixo, os jornais são atravessados por posicionamentos no tocante à realidade social, os quais se conectam visceralmente a certos

---

<sup>19</sup> KARAWEJCZYK, Mônica: O jornal como documento histórico – breves considerações. *Historiæ*, Rio Grande, vol. 1, n. 3: 131-147, 2010.

interesses políticos, sociais e econômicos. A intenção de agir sobre a sociedade através de seus discursos sobre a realidade, e das informações que selecionam ou mesmo fabricam, é muito característica dos jornais – ou da multiplicidade de autores, profissionais, editores e sujeitos sociais neles envolvidos. (BARROS, 2019, p. 189)

Assim, seria justamente esses posicionamentos dos jornais, identificados através da análise crítica de seus discursos que tornaria esse tipo de fonte particularmente interessante para os historiadores, pois “não há nada de neutro na mais simples escolha encaminhada no jornal acerca do *que* informar, de *quando* informar, de *como* informar” (BARROS, 2019, p. 189).

Mesmo com o *A Alvorada* explicitando seu viés ideológico em seu conteúdo, apenas saber disso não é o suficiente. Visto que, diferentemente de outras fontes que são documentações de caráter jurídico-administrativo, e feitas para serem arquivadas, os jornais são conjuntos de textos e imagens feitos para serem lidos pelo público, divulgar notícias e ideias, informar e convencer. Sabendo disso, o cuidado deve ser com não se deixar levar pelo discurso, e entendê-lo dentro de seu contexto. Como afirma Cláudio Elmir:

É bem sabido, desde os antigos, e Roger Silverstone nos lembra disso, que “[...] a retórica, para ser eficaz, tem de se basear em algum grau de identificação entre o orador e a audiência” (SILVERSTONE, 2002, p. 70). Se, por hipótese, o editorial da Tribuna diz aquilo que seu leitor quer “ouvir”, nós, como leitores extemporâneos e críticos de seu discurso, não podemos permitir que essa identificação se dê também conosco. Nesse caso, a atitude mais prudente – lugar onde desde sempre mora a virtude – é manter a suspeição.” (ELMIR, 2012, p. 77-78)

O professor Cláudio Pereira Elmir é uma das principais referências a usarmos nesse momento de discussão metodológica, visto que este historiador nos legou uma não tão vasta, porém relevante produção no que concerne à crítica de fontes de imprensa. Este autor destaca a importância de entendermos a diferença do tipo de leitura de um jornal no momento da pesquisa, ou seja, enquanto na leitura do dia-a-dia praticamos a leitura extensiva – a leitura única de um texto seguido de outro –, na pesquisa, devemos focar na leitura intensiva – justamente o que o nome diz: a leitura exaustiva dos textos, com o olhar crítico do pesquisador.

Destaca-se o peso da responsabilidade do olhar crítico do historiador. Ângela de Castro Gomes traz a ideia do feitiço das fontes, uma discussão que aplica sobre as fontes privadas, mas que podemos adaptar para o debate em torno dos jornais. Segundo a autora,

Por guardar uma documentação pessoal, produzida com a marca da personalidade e não destinada explicitamente ao espaço público, ele revelaria seu produtor de forma "verdadeira": aí ele se mostraria "de fato", o que seria atestado pela espontaneidade e pela intimidade que marcam boa parte dos registros. (GOMES, 1998, p. 125)

Evidentemente que o conceito explicado por Gomes vai em oposição direta aos jornais, visto que o "feitiço" das fontes pessoais se dão justamente pelo caráter intimista. Contudo, pensando no caso em específico do *A Alvorada*, por se tratar de um jornal voltado a um público específico e que nunca se privou de explicitar os ideais que guiavam seus redatores, é natural que uma leitura com pouco embasamento possa levar o pesquisador a tomar as mensagens explicitadas no periódico como revelações de um contexto entregues prontas.

De fato, os textos revelam vieses contextuais, especialmente os jornalísticos, ainda mais especialmente os que tratam de temas políticos e sociais. Nesse caso, o discurso e as ideias implícitas trazem maior significado do que o conteúdo em si, e é justamente disso que o pesquisador necessita de estar ciente ao fazer a leitura intensiva. Leituras lentas, repetidas e acompanhadas do conhecimento do contexto, dos autores e da história do jornal são as que trarão mais respostas.

Ainda nesse momento, tomando o devido cuidado com "as malhas do feitiço" descritas por Ângela Gomes, uma das grandes tragédias para um pesquisador é enviesar a leitura da fonte jornalística, ou seja, desenvolver um apreço pelas ideias divulgadas no jornal e se deixar levar por elas. A paixão pela fonte não é um problema restrito aos jornais, mas é especialmente problemática nas situações de análise de fontes ligadas a assuntos políticos e sociais, definitivamente o caso dos jornais negros. Mesmo assim, o cuidado se reflete para o outro lado. Como lembra Elmir, deve existir um equilíbrio entre a desconfiança e o deslumbramento:

A atitude de suspeição em relação àquilo que é lido pode ser altamente positiva para evitar as conclusões apressadas, as generalizações ou simplificações sempre pouco refletidas. Contudo, esta prática levada às últimas consequências pode gerar a inviabilidade da explicação ou da compreensão. (ELMIR, 1995, p. 24)

Evitando o comportamento problemático de buscar no texto jornalístico uma ilustração ou o exemplo das ideias que queremos comprovar, faz-se necessário não apenas este equilíbrio, e não apenas a leitura intensiva. A leitura extensiva também tem parte nessa lógica. Este autor nos adverte que uma etapa necessária na leitura crítica dos jornais é quando identificamos o que nos é útil nos textos e o que é

insignificante, casual e deve ser descartado, em contraponto àquilo que realmente é relevante para o estudo do objeto. Para ser capaz de fazer essa distinção, o pesquisador precisa ter o acesso ao maior número possível de discursos, o que é a condição primordial para encontrar a regularidade, em oposição aos textos de caráter ocasional.

## 2 A CIDADE DE PELOTAS E O PERIÓDICO A ALVORADA

Pensar a história de Pelotas se torna um exercício muito mais interessante quando realizamos uma pesquisa que envolve presença negra e o movimento operário. Que essa cidade teve em sua história uma forte presença negra e de movimentos sindicais já é de conhecimento amplo entre aqueles que se interessam por essas temáticas, mas tentemos discutir isso um pouco mais profundamente.

Neste capítulo, a título de contextualização do debate, faremos uma breve retrospectiva histórica da cidade de Pelotas, focando naqueles aspectos que interessam mais a essa pesquisa: a presença negra, movimento trabalhista e o jornal *A Alvorada*. Para tal, será feita uma revisão bibliográfica de autores já renomados dentro dessas temáticas, complementando com discussões teóricas acerca da escravidão, do racismo e das questões de classe.

Beatriz Ana Loner, sendo uma historiadora que se destacou nos estudos da história de Pelotas e da classe operária, é uma das grandes referências neste capítulo, com diversas produções que envolvem os assuntos abordados nesse trabalho. Damos destaque para sua tese de doutorado, intitulada *Classe operária: mobilização e organização em Pelotas: 1888-1937* (1999), onde a autora analisa detalhadamente a situação do operariado de Pelotas e Rio Grande, abordando juntamente as questões da população negra que, como veremos adiante, constituía parte significativa da classe operária pelotense.

Outros autores de destaque para este capítulo são José Antônio dos Santos e Caiuá Cardoso Al-Alam. O primeiro, cuja dissertação de mestrado intitulada *Raiou A Alvorada: intelectuais negros e imprensa* (2001) é uma referência chave neste trabalho, por abordar tanto o contexto estudado, quanto o objeto desta pesquisa em si. O segundo será um autor importante de trabalhar neste capítulo especificamente, devido à importante análise da situação escravista de Pelotas, realizada em sua dissertação de mestrado *A negra força da princesa: polícia, pena de morte e correção em pelotas (1830-1857)* (2007).<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Pelotas já possui vasta historiografia, a qual também investigou a cidade em seu passado escravista. Citamos apenas algumas referências: PINTO (2018), VARGAS (2013), ASSUMPCÃO (1992), GUTIERREZ (2001), MOREIRA & AL-ALAM (2013), PINTO, MOREIRA & AL-ALAM (2020).



Não deixando de citar as autoras Mariana Couto Gonçalves, Lorena Almeida Gill, Ângela Pereira Oliveira e Fernanda Oliveira da Silva que, por meio de artigos, teses, dissertações e capítulos de livros, serão referências importantes, não apenas neste capítulo de contextualização, mas também mais adiante, quando estivermos tratando especificamente do periódico *A Alvorada*.

## **2.1 Contextualização: histórico da cidade de Pelotas focando na presença negra e sindical e negros no pós-abolição**

É impossível relembrar a presença negra na formação de Pelotas sem citar as charqueadas. Nos anos do Império, foi esse ramo de negócios que trouxe notoriedade à cidade do sul do estado que, no auge da escravidão, enriqueceu produzindo charque com um número cada vez maior desses estabelecimentos, atingindo em 1878 uma quantidade total de 34 charqueadas (LONER, 1999a, p. 01).

As charqueadas eram instalações que contavam com números massivos de trabalhadores escravizados, tendo uma média estimada de pouco mais de 50 cativos<sup>2</sup> por estabelecimento (GONÇALVES, 2013, p. 02). Assim, conforme crescia a quantidade de charqueadas, crescia a demanda por escravizados em Pelotas. Os números que já foram divulgados em publicações anteriores<sup>3</sup> atestam que na década de 1880 havia aproximadamente 6000 cativos na cidade, dos quais cerca de 2000 trabalhavam nas charqueadas. A alta demanda por mão-de-obra escravizada no ramo saladeiril<sup>4</sup> e na crescente economia pelotense, fizeram com que, nas últimas décadas do Império do Brasil, esta cidade contasse com o maior contingente de trabalhadores cativos da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

A rotina de trabalho nesses estabelecimentos era notoriamente penosa. As jornadas longas de labuta pesada em um ambiente insalubre, somadas à violência na disciplina dos trabalhadores, renderam às charqueadas o epíteto de “purgatório

---

<sup>2</sup> Podendo este número ser bem menor ou maior. Ester Gutierrez (2001, p. 165) traz o exemplo de José Inácio da Cunha, cujo inventário, feito em 1865, revela que sua charqueada contava com 109 escravizados.

<sup>3</sup> LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osorio. **Dicionário de História de Pelotas**. 3. ed. Pelotas: Editora da UFPel, 2017. E GONÇALVES, Mariana Couto. *A Princesa do Sul de Bernardo e Jerônimo: a Pelotas escravista a partir de crônicas e folhetins*. **Anais do VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Florianópolis: UFSC. 2013.

<sup>4</sup> Relativo à produção de charque.

dos negros”. Nicolau Dreys, em sua *Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul* (1839), ameniza a situação dos escravos das charqueadas trazendo uma descrição que sugere uma espécie de “vida justa”: sem ser leve, mas ao mesmo tempo sem ser dura demais, citando especificamente que

[...] nas charqueadas, o trabalho he mais exigente, sem ser nem pesado nem excessivo; he huma occupação regular distribuida segundo as forças do negro, e no desempenho da qual o negro entra com tanto mais vontade, que não se póde dissimular que alguma cousa tem de conforme o trabalho com suas inclinações. (DREYS, 1839, p. 203-204).

Além disso, Dreys afirma que “Huma charqueada bem administrada he hum estabelecimento penitenciário” (DREYS, 1839, p. 205). O autor faz uso desse termo para definir as charqueadas como locais fechados, bem controlados, sem muita margem para “transgressões” dos negros. Contudo, Caiuá Al-Alam apresenta o outro sentido dessa alcunha. Segundo esse autor, o trabalho penoso nas charqueadas serviria justamente como um destino de punição para escravizados revoltosos de outras partes do país (AL-ALAM, 2007, p. 40).

Sendo a indústria saladeiril uma atividade que demandava forte trabalho braçal com alta quantidade de trabalhadores – cativos –, e sendo o charque o principal alimento dos escravizados no Brasil Império, evidentemente a prosperidade das charqueadas está intrinsecamente ligada à escravidão. Assim, nos últimos anos da década de 1880, as charqueadas de Pelotas já deixavam seu auge para começar a decair gradualmente, tendo uma queda brusca após a abolição, perdendo tanto mão-de-obra – que a partir de então deveria ser assalariada –, quanto mercado consumidor<sup>5</sup>. Segundo Beatriz Loner (1999a, p. 01), aquelas 34 charqueadas presentes em Pelotas em 1878, reduziram para um total de 21 nos últimos anos antes da Lei Áurea – com os movimentos abolicionista e emancipacionista ganhando força pelo país –, caindo para 18 nos dois anos que se seguiram.

Contudo, apesar do destaque do contingente de escravizados nas charqueadas, é justo afirmar que eles não estavam apenas lá. Antes e depois da abolição, podia-se encontrar negros em todas as atividades manuais, especialmente nas mais pesadas (LONER, 1999a, p. 03). Porém, justamente com o fim da escravidão e da “era de ouro” das charqueadas e com o desenvolvimento da

---

<sup>5</sup> Deve-se levar em consideração também as dificuldades em decorrência da concorrência desigual com o charque importado do Uruguai, contudo as questões do mercado interno e da mão-de-obra têm importância destacada (a respeito, ver: VARGAS, 2013 e CARDOSO, 1977).

industrialização em Pelotas, os negros tiveram que passar a concorrer com os imigrantes europeus no mercado de trabalho, e como os contratantes davam preferência aos trabalhadores brancos, a possibilidade de ascensão social do negro era praticamente nula. Por isso, a sua inserção na classe operária, por mais estafante que fosse o trabalho fabril, representava uma chance de vida melhor, mais do que os serviços temporários sem profissão definida, os trabalhos que a sociedade preferia reservar aos negros. Constituir sociedades empresariais ou abrir negócios próprios eram perspectivas restritas à população branca e imigrante, restando à população negra os biscates e o operariado, sendo o segundo muito mais bem visto socialmente do que o primeiro (LONER, 1999b, p. 232-233).

Desde a segunda metade do século XIX, Pelotas já passava por algumas tentativas de colonização, com a vinda principalmente de imigrantes italianos e alemães, muitas vezes trazidos por iniciativas privadas para terras nas áreas rurais montanhosas com o objetivo de lá estabelecer em colônias e desenvolver a agricultura (LONER, 1999b, p. 64-65). A maioria dessas colônias não logrou sucesso por diversas dificuldades<sup>6</sup>. Assim, muitos desses imigrantes foram para outras partes do país, ou para a zona urbana de Pelotas buscar trabalhos manuais na cidade, onde concorreram com os negros.

Nesse contexto pós-abolição, difundiram-se pelo país novas ideias de racialização,<sup>7</sup> que buscavam manter a inferiorização dos negros perante os brancos, exemplificado pela eugenia, como afirma Lilia Schwarcz em *Sobre o Autoritarismo Brasileiro*, ao citar um dito popular que circulava pelo Rio de Janeiro: “a liberdade é negra, mas a igualdade é branca” (SCHWARCZ, 2019, p. 31). Após a passagem para o século XX não houve muita mudança nesse aspecto, mantendo-se a exclusão social e política da população negra. A própria existência de um jornal do

---

<sup>6</sup> Beatriz Loner (1999b, p. 65) cita como dificuldades os preços altos das terras, o isolamento em relação às outras áreas habitadas da região e a falta de assistência governamental.

<sup>7</sup> Didier Fassin distingue racialização de racismo, definindo este conceito como o ato sociocultural de criar a raça em si no ato discriminatório. “Todos os autores que pensam a racialização enquanto processo destacam o fato de que as raças não existem como tais, mas resultam de um trabalho social que as faz existir por razões possíveis de objetivar do ponto de vista das relações sociais, e mais notadamente das relações de produção e relações de sentido. Assim, entendida, a racialização procede pela desnaturalização da raça. Não se trata de partir de critérios que permitiriam dizer o que ela é, mas de desvendar os mecanismos sociológicos que levam os atores a acreditar nela e a agir em função dessa crença. Falar de racialização é, assim, tornar explícito aquilo que o mundo social produz de maneira implícita.” (FASSIN, 2018, p. 63) Ou seja, pensemos que para que exista o racismo, é necessário haver uma divisão da sociedade em raças, tal divisão é uma criação social, visto que é algo que não se justifica biologicamente, esta criação social é chamada de racialização. Essa racialização é um sentimento implícito, criado a partir de um ou mais objetivos, dentro do que exploraremos mais adiante com o colonialismo.

cunho do *A Alvorada*, já nos atesta que o racismo era um problema a ser combatido naquela conjuntura.

Silvio Almeida, ao discutir os conceitos de racismo e racismo estrutural, argumenta que a raça é um termo dinâmico e mutável que é ligado a circunstâncias históricas que culminam nas racializações. Por isso, as ideias de raça e racismo se desenvolvem juntamente com o estabelecimento político e econômico das sociedades contemporâneas. Este autor completa:

Foram, portanto, as circunstâncias históricas de meados do século XVI que forneceram um sentido específico à ideia de raça. A expansão econômica mercantilista e a descoberta do novo mundo forjaram a base material a partir da qual a cultura renascentista iria refletir sobre a unidade e a multiplicidade da existência humana. Se antes desse período ser humano relacionava-se ao pertencimento a uma comunidade política e religiosa, o contexto da expansão comercial burguesa e da cultura renascentista abriu as portas para a construção do moderno ideário filosófico que mais tarde transformaria o europeu no homem universal (atentar ao gênero aqui é importante) e todos os povos e culturas não condizentes com os sistemas culturais europeus em variações menos evoluídas. (ALMEIDA, 2020, p. 25)

A desigualdade na busca por trabalho na zona urbana, somada ao problema diário da discriminação, são assuntos frequentes nos trabalhos sobre a Pelotas do século XX. Em 1888 a princesa Isabel assina a Lei Áurea, garantindo o fim da escravidão no Brasil, sem qualquer outra disposição na lei que assegurasse uma introdução dos negros libertos na sociedade livre. Em 1889, com a Proclamação da República, nada mudou em relação a isso. Nos Estados Unidos, sob as Leis de Jim Crow<sup>8</sup>, ou na África do Sul sob o *apartheid*, a segregação racial era definida em lei, o racismo existia institucionalizado no Direito e praticado ativamente pelo Estado. No Brasil a situação foi diferente. Não sobrou nada na lei brasileira que discriminasse os negros formalmente, mas na prática essa integração foi bem mais complexa. Conforme Fischer, Grinberg e Mattos, essa igualdade formal pouco ou nada contribuiu para resolver os problemas de desigualdade racial e preconceitos:

No Brasil, como em grande parte do resto da América Latina, a informalidade generalizada, a fraca proteção aos direitos civis e o acesso incompleto aos direitos e benefícios públicos tiveram um impacto radicalmente diferente nos afrodescendentes no século XX, bloqueando efetivamente a existência de igualdade de direitos.<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> Conjunto de leis que estiveram em vigor no sul dos Estados Unidos até a década de 1960 que garantiam a segregação racial.

<sup>9</sup> FISCHER, Brodwyn; GRINBERG, Keila; MATTOS, Hebe, 2018, p. 176.

O argumento da democracia racial brasileira foi frequentemente usado com essa justificativa, afinal de contas a legislação brasileira já tratava brancos e negros como iguais. Contudo, como afirma o historiador ganês Anani Dzidzienyo, uma sociedade como a brasileira, acostumada com a com a dominação de um grupo étnico sobre outro, não precisa que exista uma rigidez legal para garantir a continuidade da discriminação:

A distinção entre teoria e prática é muito importante em uma avaliação da posição do negro brasileiro, porque não existem disposições legais que o forcem a permanecer em uma posição de desvantagem; não existe, de fato, necessidade para tal porque as estruturas econômicas, políticas e sociais do Brasil são tais que, por sua própria natureza, operam contra os interesses dos negros. (tradução nossa)<sup>10</sup>

Um exemplo disso é quando, na edição de 21 de janeiro de 1950, o periódico *A Alvorada* veicula na capa um texto relatando o impedimento da entrada de homens negros em certos ambientes. A notícia denuncia que, dias antes, o jornalista Silva Filho teve a sua entrada barrada em uma boate de nome *Ali-Baba*, em Pelotas. Não parando por aí, o texto segue afirmando que acontecimentos deste tipo não são poucos, “fazendo parecer que caminhamos para uma democracia *tipo americana...*” (A ALVORADA, 21/01/1950, p. 01), trazendo ainda o exemplo de Abdias do Nascimento, “diretor do jornal «Quilombo», fundador do Teatro Experimental do Negro e um dos maiores atores contemporâneos”, que teve sua entrada barrada em uma festa para a qual havia sido convidado e exibia em mãos o convite.

Aproveitando a oportunidade, cabe destacar que Abdias do Nascimento foi também um personagem significativo no movimento antirracista, sendo inclusive escritor de importantes trabalhos sobre o racismo no Brasil. Em *O genocídio do negro brasileiro*, este autor corrobora o que foi dito até aqui sobre a abolição, afirmando que a Lei Áurea foi uma atitude libertadora apenas formalmente, na prática contribuindo para o genocídio da população negra. Tal afirmação baseia-se no costume no Brasil escravista de as classes dominantes “libertarem” os escravizados idosos ou incapazes de trabalhar, seja por doença ou invalidez. Essa libertação tratava-se de uma forma de os senhores se livrarem do fardo dos escravizados que não eram mais capazes de fornecer rendimento, sem lhes

---

<sup>10</sup> “The distinction between theory and practice is very important in an assessment of the black Brazilian’s position, because there are no legal provisions which force him to remain in a disadvantaged position; there is, in fact, no need for them because the economic, social, and political structures of Brazil are such that, by their very nature, they operate against the interests of the blacks.” (DZIDZIENYO, 1979, p.03)

propiciar qualquer auxílio ou amparo. Refere-se, de fato, a um abandono à própria sorte. Segundo Nascimento, o ato da princesa Isabel não se diferencia disso: “Atirando os africanos e seus descendentes para fora da sociedade, a abolição exonerou de responsabilidade os senhores, o Estado e a igreja.” (NASCIMENTO, 2016, p. 79).

O sociólogo Clóvis Moura é outro autor que nos certifica dessa situação conjuntural. Segundo Moura, especialmente nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, é onde se encontra mais escancaradamente as barreiras étnico-raciais impostas ao negro urbano pela sociedade branca. Em todos os momentos da vida, pessoais e profissionais, o negro encontra bloqueios estrategicamente impostos para que as posições de vantagens não lhe sejam atingíveis. Por isso que em *Sociologia do negro brasileiro*, o autor cita uma frase proferida por um sindicalista negro, que afirma que o negro “é o último a ser contratado e o primeiro a ser demitido” (MOURA, 2019, p. 31).

É assim que pequenas frases nos dizem grandes coisas. O dito popular citado por Lilia Schwarcz e a citação reproduzida por Clóvis Moura têm algumas décadas de diferença – a primeira sendo do período pós-abolição e a segunda da década de 1980, precisamente de 1986 –, mas mesmo assim representam o mesmo sentido. “A liberdade é negra, mas a igualdade é branca” atesta a discriminação racial na sociedade branca do pós-abolição, que como temos visto, gerou formas de manter a supremacia racial após o fim da escravidão. “O negro é o último a ser contratado e o primeiro a ser demitido” pode parecer se referir apenas à esfera profissional, contudo é aparente até aqui que a discriminação no mercado de trabalho é uma das consequências da racialização reforçada com a abolição.

Dessa forma, o Estado brasileiro pode não ter instituído a segregação racial legalmente, mas a forma como se deu o fim da escravidão, juntamente com as políticas de branqueamento da população seguindo os princípios da eugenia, criou um cenário de exclusão dos negros. Florestan Fernandes, em prefácio ao livro já citado de Abdias do Nascimento, afirma que, posteriormente à abolição, o negro foi jogado para uma periferia da sociedade de classes, como se não pertencesse a ela (NASCIMENTO, 2016, p. 20). Assim, a escravidão formal pode ter acabado, mas a discriminação racial manteve-se nas relações sociais e profissionais, e foi em razão dessa discriminação que muitas associações negras foram fundadas.

Associações negras de auxílio mútuo já existiam desde os tempos da escravidão, como foi o caso das irmandades religiosas (MÜLLER, 2013). No pós-abolição, outras formas de associação apareceram com o objetivo principalmente de identificação. A identidade, segundo o antropólogo Kabengele Munanga, “funciona como uma ideologia na medida em que permite a seus membros se definir em contraposição aos membros de outros grupos para reforçar a solidariedade existente entre eles” (MUNANGA, 2020, p. 13). Dessa forma, mesmo entidades recreativas, como era o caso dos clubes pelotenses *Chove e Não Molha*, *Fica Ahí P’ra Ir Dizendo* e *Quem Ri de Nós Tem Paixão*, funcionavam como espaços de solidariedade e identificação dentro do problema racial da conjuntura.

Ou seja, a identificação da população negra entre si, contrapondo-se à população branca, e a identificação dos problemas com os quais estavam sendo vitimizados através da discriminação contextual advinda do racismo, foram fatores de formação de identidade entre os negros no Brasil e, como estudamos neste trabalho, na cidade de Pelotas. Pode-se dizer que as associações negras funcionavam como instituições de congregação daqueles que se identificavam dessa maneira, e também como locais de identificação<sup>11</sup>. E a Pelotas do período pós-abolição tinha uma população negra fortemente identificada e presente nesses espaços. E como por herança das charqueadas – que, como vimos até aqui, tornaram os negros um grupo de alta disponibilidade para trabalhos braçais e manuais nos espaços urbanos –, a maioria da população negra de Pelotas era operária, as associações negras incluíam também entidades de classe. Assim, foram fundadas entidades negras recreativas e representativas, objetivando organizar-se tanto na luta pelos seus direitos como trabalhadores, quanto na resistência contra o preconceito de cor (LONER, 1999b, p. 232).

Um exemplo pontual interessante é trazido por Fernanda Oliveira da Silva (2011). Trata-se de uma organização negra de cunho social-político formada a partir de um objetivo específico. Manuel da Motta Monteiro Lopes foi o primeiro deputado federal negro do Brasil, eleito em 1909, e corria o risco de ser impedido de tomar posse do cargo por demandas da sociedade branca. Em protesto a essa situação e em apoio ao deputado eleito, em 06 de março de 1909 foi criado o *Centro Ethiópico*

---

<sup>11</sup> Apesar de existirem ainda muitos núcleos associativos negros a serem pesquisados, já existem pesquisas de qualidade a respeito de alguns destes clubes: MAGALHÃES (2010), GOMES (2008) e SILVEIRA (2021).

*Monteiro Lopes* em Pelotas, que encontrou uma aderência importante na comunidade negra pelotense.

A mobilização frente à recusa em dar assento a este deputado, além do fato de o mesmo ser negro, estava em que este sintetizada os anseios de boa parcela dos negros brasileiros se verem representados na constituição de políticas nacionais. O Centro, que teve como um de seus idealizadores Modesto Passos Barcelos, funcionou junto à sede da *Associação Recreativa Flores do Paraíso*, da qual o referido idealizador era membro. Este projeto dos negros pelotenses teve respaldo não apenas na cidade, mas também em suas adjacências, o que evidencia a manutenção de uma rede de movimentação em prol dos direitos dos negros, em toda a região sul. (SILVA, 2011, p. 97)

Assim, a defesa a Monteiro Lopes no Rio Grande do Sul se estendeu para além de Pelotas, sendo fundadas associações em seu apoio também em Rio Grande, Bagé e Santa Maria. A situação pendeu a favor de Monteiro Lopes, que foi finalmente empossado no cargo em abril de 1909. Como resultado deste empenho da comunidade negra, em janeiro 1910 o deputado visitou Pelotas em agradecimento, e enviou uma carta a Rodolfo Xavier, onde fica clara não apenas sua gratidão pelo apoio recebido, como também seu posicionamento quanto à causa dos negros.

Na década de 1930, a maioria das sociedades beneficentes negras de Pelotas já não existiam mais (LONER, 1999, p. 401), mas isso não representou um declínio definitivo na força do movimento negro na cidade, visto que em maio de 1933 foi fundada a Frente Negra Pelotense (FNP), entidade na qual o periódico teve grande participação. Conforme Beatriz Loner:

Entre seus objetivos [da FNP] destacavam-se: congregação da etnia, “ministrando-lhes ideias, ensinamentos, nobres e altruísticos”, realizar palestras, conferências e ações tendentes a elevar o homem negro; organizar bibliotecas e cursos de alfabetização, além de “pleitear a admissão de elementos de cor aproveitável nos ginásios.” [...] Para uns, ela era apenas para educação e, por isso, pretendiam mudar seu nome para Frente Educacional Pelotense. Para outros, ela seria de luta pela raça e seu nome deveria continuar sendo Frente Negra. Isso refletia duas posições diferenciadas dentro dela. (LONER, 1999, p. 401)

O fato de o nome ter permanecido Frente Negra Pelotense face à proposta de alteração – o que foi posto em votação entre seus membros – demonstra que o movimento pela emancipação negra se mantinha forte ainda nesse momento, mesmo com a diminuição na quantidade de sociedades beneficentes negras. Além disso, a presença de militantes socialistas, comunistas e sindicalistas nas suas



reuniões (LONER, 1999, p. 401), mostra que o movimento negro estava ligado ao movimento operário em Pelotas, mesmo que a FNP não tivesse filiação partidária.

A FNP foi frequentemente citada no *A Alvorada*, que divulgava seus comunicados e eventos, e foi este periódico que, em 21 de maio de 1933, anunciou a fundação de uma “Frente Negra”. Não deixemos de notar que, nos breves pontos citados neste anúncio, foi garantida a ênfase na dedicação da Frente pela educação:

- A Frente deseja educar e que se eduquem os filhos da Etiópia : porque a educação é a base de toda a evolução mental e moral.
- Assim sendo quer a F.N. [Frente Negra] em resumo a União e a Educação, sobre todos os pontos de vista. (A ALVORADA, 21/05/1933, p. 02)

Conforme Fernanda Silva (2011, p. 149), é possível encontrar registros da FNP até 1937, quando provavelmente foi suprimida pelo Estado Novo, como aconteceu com a Frente Negra Brasileira (FNB)<sup>12</sup>, entidade na qual se inspirou.

Quanto à questão operária mais diretamente, a cidade de Pelotas já tinha antecedentes de movimentos sindicais com histórico de enfrentamentos. Em *A greve de 1917: as origens do trabalhismo gaúcho* (1978), Miguel Bodea afirma que os trabalhadores da cidade aderiram à série de greves que atingiram o Rio Grande do Sul em 1917:

Em Pelotas, a segunda maior cidade do Estado, contando na época com cerca de 60 mil habitantes, o movimento grevista provocaria um confronto bastante radical entre o operariado e as autoridades locais. O intendente Municipal, Cypriano Barcellos, adotaria, desde o início da greve – no dia 04 de Agosto – uma atitude de enfrentamento aberto com os trabalhadores, não admitindo as suas reivindicações, embora estas fossem essencialmente semelhantes àquelas levantadas pelo movimento operário em Porto Alegre – e, em boa parte, já atendidas pelas autoridades estaduais. (BODEA, 1978, p. 47).

A greve se estendeu até o dia 17 de agosto, envolvendo a fundação de um Comitê de Defesa Popular, passeatas, comícios e choques violentos com a polícia, demonstrando a radicalização das lideranças operárias da cidade frente à inflexibilidade das autoridades. A greve geral atingiu diversas regiões do estado e, segundo o autor, a radicalização em Pelotas era bem maior do que em Porto Alegre, envolvendo a circulação de boletins de discurso inflamado com motivações anarquistas estimulando os grevistas a não cederem. Segundo Loner, o saldo geral da greve em Pelotas foi positivo, resultando em aumentos salariais e em uma

---

<sup>12</sup> Sobre a FNB, ver DOMINGUES, Petrônio José. **A insurgência de ébano: a história da frente negra brasileira (1931-1937)**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

espécie de rompante de organização de sindicatos ainda em agosto, além de ter sido muito eficiente em “desmascarar” o governo municipal e a polícia, que há anos cometiam arbitrariedades contra a classe operária (LONER, 1999, p. 297). Com isso já se sabe que, à época da nova fase do jornal *A Alvorada*, em 1931, Pelotas já contava com uma organização de trabalhadores. Além disso, também é dado o fato de essa organização já conhecer lideranças negras há muito tempo:

Quanto à luta operária, sempre houve lideranças operárias negras de destaque na cidade, desde praticamente o início da organização dos trabalhadores. Duas associações centrais de trabalhadores, compostas por operários que não aceitavam as práticas e as propostas políticas da Liga Operária (associação que envolvia patrões e operários) revelam, em sua composição, uma predominância majoritária de diretores negros. (LONER, 1999a, p. 15-16)

Nesse ponto, considera-se importante incorporar à pesquisa uma continuidade ao debate chamado por Sidney Chalhoub de “Muro de Berlim historiográfico”. Trata-se da inexistência de diálogo entre a historiografia da escravidão e pós-abolição e a historiografia do trabalho, caracterizada principalmente pela ausência da consideração de cor nas análises da classe operária. Álvaro Nascimento afirma que há uma tradição na historiografia trabalhista de não reconhecer as particularidades da população operária negra, e reforça que as pesquisas que tratam da transição da escravidão para o trabalho assalariado sem considerar o fator de cor e do racismo acabam “embranquecendo” o debate. Junta-se a isso a ideia generalizada de que o movimento operário teria se originado apenas a partir dos imigrantes (havia muitos anarquistas entre os italianos), desconsiderando a consciência de classe entre os trabalhadores nacionais, especialmente os negros<sup>13</sup>.

## 2.2 O periódico *A Alvorada*

E foi com essa conjuntura que, em 1907, foi fundado o jornal *A Alvorada*. A iniciativa partiu de quatro homens, sendo duas duplas de irmãos: Juvenal e Durval Penny, e Rodolfo Xavier e Antônio Baobab. O jornal era um hebdomadário, ou seja, de edição semanal, e seu primeiro número foi publicado no dia 05 de maio deste

---

<sup>13</sup> Evidentemente, hoje em dia já existem trabalhos que “desrespeitam” o ano da abolição, produzindo pesquisas transversais. Citamos, apenas como exemplo: MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravidados e Livres**. Experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro, Bom Texto, 2008.

ano. *A Alvorada* se tornou nos anos 30 o principal porta-voz da Frente Negra Pelotense, representando tanto a comunidade negra quanto a comunidade operária de Pelotas. Nessa cidade, a população negra era predominantemente operária, o que fazia com que as reivindicações dos dois movimentos se cruzassem, e o jornal surgiu fazendo um recorte de cor dentro do movimento operário. É considerado o periódico mais longevo da imprensa negra nacional (SANTOS, 2011, p. 144), seguindo em circulação semanalmente até 1965.

É importante lembrar que, apesar de longeva, a vida deste periódico não foi ininterrupta, passando por alguns hiatos. Após um intervalo de alguns meses, *A Alvorada* retorna em 1º de novembro de 1931 no que os redatores chamam de *nova phase*. O texto que abre o primeiro número da *nova phase* explica:

Após alguns mezes sem circular, por motivos varios, ressurgue, hoje, a nossa folha, que, certo, irá causar enorme contentamento no seio da nossa sociedade.

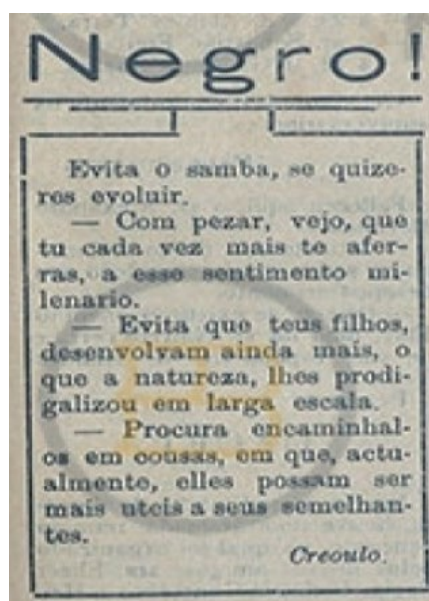
Era necessário que, novamente, nos encontrássemos a postos, para preencher uma lacuna, não pequena, porque não temos, actualmente, um periódico circulando no centro da nossa communhão social, servindo ao mêsmo tempo de defesa e recreio nossa raça. (A ALVORADA, 01/11/1931, p. 01)

Percebe-se nas primeiras edições da *nova phase* que o semanal segue um certo padrão: a primeira página apresenta um texto de caráter crítico e provocativo, alternando cada semana entre temática negra e operária; as páginas seguintes conterão denúncias de racismo, propagandas, notícias de esporte, piadas, textos literários e poemas.

Nesta fase do jornal, o que se percebe nos textos literários é que não são explicitamente provocativos em relação à classe ou cor, mas predominantemente em relação a costumes, com críticas a comportamentos referidos como inadequados e exaltação a comportamentos tidos como adequados, o que reforça a afirmação de Fernanda de Oliveira Silva (2011, p. 136) de que o objetivo do jornal *A Alvorada* era a emancipação dos negros pelos próprios negros, o que conseguiriam, na visão dos redatores, se afastando do estereótipo de inferioridade e falta de capacidade, ou seja, por meio da instrução e do comportamento social exemplar. Tal comportamento que, na concepção dos redatores, não deixava margem para traços culturais como o samba, exemplificado pela citação “Negro! Evita o samba se quiseres evoluir!”.

Essa citação faz parte de uma mensagem publicada na impressão de 15 de janeiro de 1931, em um pequeno quadro integrante da *Campanha pró-educação*<sup>14</sup>, da qual *A Alvorada* fazia parte. O texto completo da mensagem é o que segue:

- Negro! Evita o samba, se quizeres evoluir
- Com pezar, vejo, que tu cada vez mais te aferas a esse sentimento milenario.
  - Evita que teus filhos, desenvolvam ainda mais, o que anatureza, lhes prodigalizou em larga escala.
  - Procura encaminha-los em cousas, com que, actualmente, elles possam ser mais uteis a seus semelhantes.



Recorte do jornal A Alvorada 1<sup>15</sup>

Um detalhe é que esta mensagem precede uma série de pequenos avisos relativos a blocos de carnaval, incluindo um aviso do clube *Chove não Molha* informando sobre um baile à fantasia e convocação de seus associados para uma assembleia geral. Segundo Beatriz Loner (1999b, p. 242), o *Chove Não Molha* e o *Fica Aí Pra Ir Dizendo*, fundados na década de 1920, foram os dois principais e mais duradouros clubes carnavalescos negros de Pelotas, que auxiliaram “na constituição de um vigoroso carnaval de rua e de salão nas décadas seguintes.” Por isso parece-me curioso que, na mesma página, o jornal recomende o afastamento do samba e divulgue mensagens relativas ao carnaval de clubes carnavalescos com os quais mantinha relações.

<sup>14</sup> Ver: SANTOS, 2001 e SILVA, 2011.

<sup>15</sup> A ALVORADA, 15/01/1933, p. 03

O texto que marca esta edição citada, se encontra na capa, sob o título “Educai vossos filhos”, assinado por José Penny. Nesse texto, o articulista roga aos leitores que prezem prioritariamente pela educação de seus filhos, pois essa seria a única maneira de superar o racismo. A educação aqui não se refere apenas à escolaridade, mas também à moralidade. Penny insiste veementemente que os pais mantenham os olhos sobre onde andam os filhos, que evitem que os jovens frequentem centros de cultura popular (casas de baile, jogos de futebol, etc.) desacompanhados em tenra idade, “porque a sua mentalidade então em formação não pode distinguir o bem do mal.” Para este autor, a excelência no comportamento social – nos seus critérios – seria o caminho para acabar com a distinção entre brancos e negros:

Podeis ficar certos de que enquanto não educardes vossos filhos na devida forma, haverá sempre distinção entre brancos e pretos, sendo estes os que sofrerão mais.

Esforçai-vos, fazei mesmo sacrifícios, mas educai a vossa prole, que éla futuramente compreenderá melhor seus direitos, e não se deixará enxovalhar pelos ignorantes sem valia perante os homens que sabem estar o valor dos seus semelhantes no saber e não na côr. (A ALVORADA, 15/01/1933, p. 01)

Não nos estenderemos em uma discussão acerca desse texto porque essa análise foi conduzida na dissertação citada de José Antônio dos Santos. O fato a destacar é que temos de forma explicitada a finalidade do jornal nessa passagem. Essa mensagem aos leitores mostra de forma veemente o objetivo de emancipação da população negra. Isso é o que notamos logo de cara. Contudo, conforme José D’Assunção Barros:

Todo jornal, a não ser que seja um jornal de humor, ampara-se na possibilidade de inspirar e manter em seus leitores a viva convicção de que ali, naquelas páginas ásperas e por vezes levemente amareladas, fala-se de fato da realidade, da vida, efetivamente vivida, da história que se refaz a cada novo dia, de algo que realmente ocorreu e do qual se dá um retrato fiel e não comprometido por parcialidades – embora a impossibilidade efetiva dessas posturas parciais seja sempre bastante evidente para os analistas de periódicos e também para os leitores mais argutos. (BARROS, 2019, p. 188)

Ou seja, reforçamos através da leitura crítica do *A Alvorada* o fato de que os redatores nunca buscaram parecer imparciais, pois dialogavam com públicos bem específicos – população negra e trabalhadora – sobre questões bem específicas – racismo e emancipação social da população negra e trabalhadora – mas que, mesmo assim, a preocupação em transmitir a sensação de vivência da realidade é percebida. Estando os autores incluídos e identificados como pertencentes a esses

grupos, conforme veremos mais à frente neste capítulo, essa transmissão da vivência através dos escritos no jornal é facilitada e, certo ponto, natural.

Em segundo lugar, em relação aos meios, a visão de responsabilização dos negros pela sua própria emancipação é uma questão que será discutida mais adiante. Por ora, basta confirmarmos que, ao menos para José Penny, a inferiorização da população negra estaria ligada a comportamentos inadequados perante a sociedade pelotense da primeira metade do século XX, não considerando as questões históricas e conjunturais.

José Penny foi um dos fundadores da Frente Negra Pelotense, juntamente com José Aduato Ferreira da Silva, Carlos Torres, Miguel Barros e Humberto de Freitas. Três dos fundadores do *A Alvorada* – Rodolfo Xavier, Juvenal Penny e Durval Penny – foram incorporados à associação mais tarde (SILVA, 2011, p. 147). Os irmãos Penny fundadores do periódico são inclusive citados na edição de 14 de janeiro de 1934 como ilustres membros da FNP. Nessa mesma edição, como aponta Fernanda Silva, está o resultado da votação para a mudança de nome da Frente Negra Pelotense para Frente Educacional Pelotense que, como vimos, não foi aprovada. Isso é noticiado em tom de comemoração: “Esta associação continuará até o fim, sempre com o glorioso título **Frente Negra Pelotense!**” [grifos originais] (*A ALVORADA*, 14/01/1934, p. 01). Apesar do posicionamento explícito de José Penny pela educação como emancipadora dos negros, a proposta de mudança de nome da FNP não foi iniciativa sua, e tentar argumentar sobre qual teria sido o seu voto seria apenas especulação.

Se tratando das provocações políticas e sociais de fato, o articulista Rodolfo Xavier é um dos personagens mais notáveis na história do periódico. Segundo Ângela Balladares, que estuda a trajetória deste redator:

Rodolfo, um dos mais assíduos colaboradores do jornal, era um nascido de ventre livre cuja trajetória foi marcada pela auto afirmação racial e busca por melhores condições de subsistência. De modo interseccional, Rodolfo não desvinculava sua identificação como homem, negro e obreiro. Ele era pedreiro, mestre em escaiola (técnica de pintura marmorizada), tendo atuado em diferentes construções e reformas, em áreas periféricas e centrais. Engajado, a militância lhe proporcionou muita respeitabilidade no meio operário. Trata-se de um indivíduo de trajetória bastante instigante, que deixou uma vasta produção textual possibilitando adentrar ao seu pensamento que abarca o universo popular de sua época. Para além de ser um sujeito alfabetizado, ele era um erudito autodidata, também, um pensador e formador de opinião. (BALLADARES, 2020, p. 159)

No texto *As páginas da imprensa negra pelotense e os estudos históricos sobre o pós-abolição (1907-1935)*, Fernanda Oliveira nos fornece breves biografias dos fundadores do jornal, onde se confirma que, de fato, Rodolfo Xavier se mostra como um autor fortemente engajado. Tem a assinatura dele, por exemplo, um texto intitulado *1º de Maio*, na edição de 05 de maio de 1948, comemorando os 37 anos dos movimentos trabalhistas de 1911 em Porto Alegre, Rio Grande e Bagé, que reivindicavam a jornada diária de 8 horas, movimento este que o autor se orgulha de citar que teve o apoio do *A Alvorada*. Outro texto interessante de sua autoria é um a respeito da escravidão e da abolição, publicado em 10 de maio de 1947 sob o título de *13 de Maio*, que o autor encerra com a citação: “Neste dia, só uma figura, um negro, resplandesce: José do Patrocínio!” (*A Alvorada*, 1947, p. 01).

Rodolfo Xavier é certamente uma figura importante para a compreensão do contexto e do posicionamento do *A Alvorada*, até porque, segundo Fernanda Silva (2011, p. 183), podemos encontrar escritos deste articulista em todo o período de atividade do jornal disponível para pesquisa. Xavier talvez tenha sido o membro do corpo editorial que mais tenha demonstrado posicionamento e repertório teórico, envolvendo fortes manifestações marxistas, socialistas e no que tange à luta de classes. Exercia a profissão de pedreiro e foi membro ativo dos movimentos sindicais, chegando a concorrer a deputado, em 1934, pelo Partido Socialista Brasileiro. Veio a falecer em 1964, um ano antes do encerramento do periódico.

Irmão de Rodolfo Xavier, Antônio Baobab<sup>16</sup> inicialmente chamava-se Antônio de Oliveira. Baobab foi escravo, tendo comprado a sua liberdade na década de 1880, e Oliveira era sobrenome do seu antigo senhor – seguindo o costume da época de os escravizados libertos receberem o sobrenome do senhor –, por isso fez questão de se livrar deste sobrenome na década de 1890, mudando para um que faz referência ao baobá, uma espécie de árvore grande e robusta típica do continente africano. Essa escolha de sobrenome, para os autores que estudam a trajetória do *A Alvorada* e seus fundadores, representa uma afirmação de identidade negra africana. Como referências sobre sua biografia, temos à disposição dois textos escritos por Rodolfo Xavier, publicados no hebdomadário em 05 de maio de 1935 e 1955. Conforme Xavier nos informa, Antônio Baobab se alfabetizou logo após obter a liberdade, trabalhando durante o dia e estudando à noite. Foi também o

---

<sup>16</sup> Por vezes aparece como Baobad.

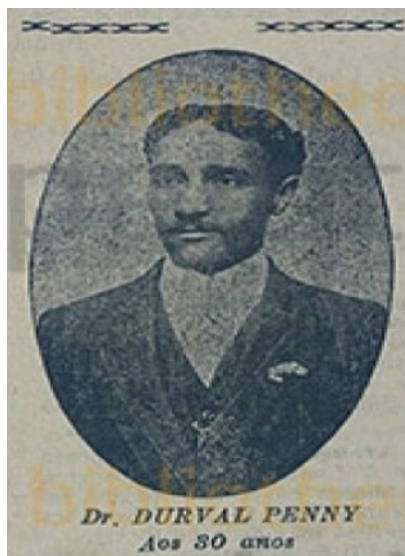
responsável pela alfabetização dos irmãos Penny, mestre do ofício de chapeleiro, profissão da qual teria sido um dos principais mentores para a organização sindical em Pelotas, e, ao fim da vida, já debilitado por doença, se mantinha lecionando. Sendo um dos principais idealizadores do *A Alvorada*, Baobab veio a falecer cerca de um mês após sua fundação.

Os irmãos Durval e Juvenal Penny parecem não ter tanta participação na questão trabalhista quanto Xavier, focando mais nas discussões raciais e comportamentais. O primeiro era médico formado por correspondência pelo Instituto de Ciências do Rio de Janeiro. O segundo possuía uma fábrica de fogos de artifício e foi o portador do pseudônimo *Dr. Pescadinha*, com o qual assinava a conhecida coluna *Pesquei*, onde monitorava o comportamento da população pelotense. Durval foi diretor do jornal por apenas um ano, precisando se afastar do comando devido a suas outras ocupações, já Juvenal permaneceu como dono do *A Alvorada* até 1946, quando o vendeu.

Na edição de 20 de janeiro de 1935, um destaque em homenagem ao aniversário de Durval Penny relata a excelência, presteza e carinho com os quais exerce a profissão de clínico, atendendo na farmácia Penny, e conclui citando o seguinte:

Durval Penny, como todo cidadão de envergadura moral sólida, que se dedica ao bem da humanidade, não poderia deixar de ser abnegado socialista, assim é, presidente do Centro Tatwa Jesus de Nazaret, e, da grande, invicta, monumental e nunca igualada Frente Negra Pelotense, Presidente Honorário. (A ALVORADA, 20/01/1935, p. 03)





Recorte do jornal A Alvorada 2<sup>17</sup>

Juvenal Penny é notavelmente conhecido por um trabalho específico no *A Alvorada*. Quando assinava como *Dr. Pescadinha*, representava um temido personagem dentro da sociedade pelotense, especialmente pelas moças. Trata-se da autoria de uma coluna fixa no jornal, intitulada *Pesquei*, onde monitorava e expunha até as menores inadequações de comportamento avistadas. A coluna variava em volume, podendo conter muitas ou poucas “denúncias”, a depender do quanto foi “pescado” na semana, e apresentava teor de jocosidade, como no exemplo abaixo:

- pesquei no sábado, uma certa Miss, dansando no Chuva. Ué, mas você não censurava as companheiras que iam lá?
- pesquei a Lurdes, passeando com o Eurico. Chiii, se a noiva dele sabe disso...
- pesquei a mania que tem a D. Q. M. de prometer bei... para os rapazes que lhes acompanham em casa. Hoje eu vou lhe fazer companhia, sim?
- pesquei a Livia, de namoro com um sr. casado das Três Vendas. Cautela dona Livia, que sinão vamos ter coisa na zona. (A ALVORADA, 05/05/1935, p. 08)

<sup>17</sup> Foto de Durval Penny. (A ALVORADA, 20/01/1935, p. 03)



Recorte do jornal A Alvorada 3<sup>18</sup>

Todo ano, na edição da semana do dia 1º de maio, era publicado um texto comemorando a data com uma mensagem destinada à classe trabalhadora. Essa semana também coincidia com o aniversário do jornal, em 5 de maio, por isso por vezes o texto aos trabalhadores e o texto comemorativo ao aniversário alternavam o lugar na primeira página. Rodolfo Xavier, o notável escritor de textos de cunho marxista já mencionado, quando não escrevia o texto de 1º de maio ou do aniversário, frequentemente era homenageado em algum destes, juntamente com outros nomes notáveis de fundadores e colaboradores. Um exemplo bastante ilustrativo disso é na edição de 5 de maio de 1947, onde a capa é dividida em dois textos, um intitulado “nosso aniversário” e outro intitulado “mensagem aos trabalhadores”. O primeiro não apresenta autor, já o segundo é assinado por Mozart Victor Russomano.

O texto “Nosso Aniversário” comemora os 40 anos do *A Alvorada* (1907-1947), fazendo primeiramente um reforço do caráter de luta do jornal e exaltando o papel da imprensa: “O mundo seria uma eterna escuridão se não tivesse a ilumina-lo a luz fecundante da imprensa, farol inapagavel e guia seguro de todos os empreendimentos em prol da humanidade” (A ALVORADA, 1947, p. 01). Depois, segue com um breve histórico do *A Alvorada*, homenageando alguns dos membros históricos do periódico.

---

<sup>18</sup> Foto de Juvenal Penny. (A ALVORADA, 05/05/1947, p. 01)

O texto “Mensagem aos trabalhadores” traz uma chamada de conscientização pela igualdade entre as pessoas, exaltando o trabalho árduo da classe operária e comemorando o fato de os eventos marcantes na história brasileira – Independência, Proclamação da República e Abolição da Escravatura – foram conquistados sem guerras ou derramamento de sangue, ao contrário do caso dos Estados Unidos. Segundo o autor, isso seria um indicativo de que a igualdade entre os homens nas relações de trabalho também poderia ser conquistada “sem desordem e pela fraternidade”:

Aliás, no momento em que os patrões cumprirem os seus [deveres] e os trabalhadores forem fiéis no cumprimento de suas obrigações, uns e outros não precisarão alegar direitos. Mas enquanto não chega essa situação utópica de equilíbrio, resta aos trabalhadores, em oposição aos capitalistas que não acompanham o ritmo do progresso, a conquista de uma união de pensamento, de atividade e de fins. Não há dúvida de que o trabalhador é, economicamente, o sêr mais fraco da sociedade normal. É repetir-se então, a velha parábola: «A união faz a fôrça».<sup>19</sup>

Ainda nessa capa, foram dispostas fotografias de quatro personalidades importantes na história do *A Alvorada*, seguidas de breves descrições. São elas, Durval e Juvenal Penny, Rodolfo Xavier e Armando Vargas, um experiente tipógrafo que se juntou ao jornal após este ser comprado por Rubens Lima, em 1946, mas que já colaborava com escritos para o periódico ainda na “velha fase”. Essas homenagens foram dispostas em posições variadas da página, interrompendo os textos. Levando em consideração que tudo que é exposto em um jornal segue uma intenção, ressaltamos o fato de a homenagem a Rodolfo Xavier estar disposta no meio do texto que traz a mensagem aos trabalhadores, se referindo a ele como “um dos mais antigos e talentosos colaboradores desta folha”.

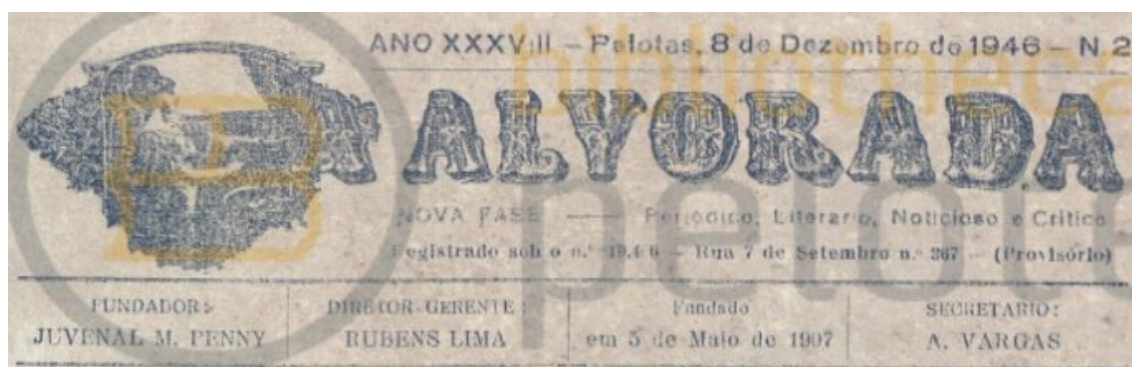
---

<sup>19</sup> RUSSOMANO, Mozart Victor. Mensagem aos trabalhadores. **A Alvorada**, Pelotas, 5 de maio de 1947. Capa.



Recorte do jornal A Alvorada 4<sup>20</sup>

Em 1946 o jornal é vendido, passando a sua propriedade de Juvenal Penny para um Rubens Lima. Nesse momento o periódico passava por uma de suas pausas, e essa compra motivou o seu retorno com a edição de 8 de dezembro desse ano, que inaugurava uma nova fase e trazia um texto na capa intitulado “O Nosso Reaparecimento”, anunciando o retorno e exaltando o fato de *A Alvorada* ter sempre sido fiel aos seus princípios fundadores de defesa dos negros e da classe trabalhadora. No cabeçalho, abaixo do título, já figuravam os nomes de Rubens Lima e Armando Vargas nos cargos de diretor-gerente e secretário, respectivamente. O nome de Juvenal Penny foi mantido ao lado deles como fundador até as últimas edições que temos notícia.



Recorte do jornal A Alvorada 5<sup>21</sup>

<sup>20</sup> Homenagem a Rodolfo Xavier. (A ALVORADA, 05/05/1947, p. 01)

Contudo, apesar da expressão de interesse da nova fase em manter os princípios do *A Alvorada*, José Antônio dos Santos nota que essa nova administração nutria uma preocupação pela lucratividade do periódico que não se via com o dono anterior:

A nova direção do jornal andava no limite entre ser um jornal que reivindicava e mostrava-se preocupado com os problemas da comunidade negra e o lucro obtido com os anunciantes comerciais. O tamanho do jornal aumentou, o número e volume das propagandas do comércio da cidade no corpo do jornal cresceram, conseqüentemente, os anúncios da comunidade negra, visto que eram pagos, reduziram, o que pode ser entendido também como sinal de novos tempos no jornalismo brasileiro. (SANTOS, 2001, p. 78)

É uma preocupação deixada evidente no texto de inauguração da nova fase de 1946, em um trecho em que os redatores saúdam a “boa vontade do comércio e da indústria, que não nos negam o seu valoroso concurso” (A ALVORADA, 08/12/1946, p. 01), se tratando de uma sinalização aos patrocinadores. Um tipo sutil de sinalização, mas que nos indica um cuidado mais diferenciado na análise desse período do jornal, visto que os limites ideológicos aos quais nos referimos anteriormente podem encontrar barreiras não apenas em termos de incorporação da ideologia dominante, mas também as barreiras mais primárias oriundas de controle de conteúdo em agrado a patrocinadores.

José Antônio dos Santos (2003) afirma que o *A Alvorada* se manteve em circulação até 13 de março de 1965, contudo não encontrei em nenhuma pesquisa qualquer explicação para o encerramento, bem como não encontramos à disposição a última impressão do periódico, que talvez explicasse o fechamento. O fato é que não se tem notícia de que qualquer veículo da imprensa negra no Brasil tenha sido mais longo do que o *A Alvorada*, que, à época do fechamento, contava com 58 anos de duração, com breves interrupções. Tal longevidade nos indica popularidade, visto que um jornal deste viés dificilmente duraria tanto se não tivesse um público leitor que compensasse.

---

<sup>21</sup> Cabeçalho do jornal *A Alvorada*. (A ALVORADA, 08/12/1946, p. 01)

### 3 O NORTE DA DISCUSSÃO TEÓRICA E O QUE O PERIÓDICO A ALVORADA NOS DIZ

“O fato colonial é um fato histórico específico, a situação e o estado do colonizado, atuais, bem entendido, são de toda maneira particulares.” (MEMMI, 2007, p. 61)

Este capítulo será dedicado a discutir os conceitos propostos nesta pesquisa e analisar como o *A Alvorada* aparece se posicionando frente a eles ou de acordo com eles. Quando falamos em “frente a eles”, nos referimos a como o jornal explicita os seus posicionamentos em relação às opressões que serão discutidas aqui. Já quando falamos em “de acordo com eles”, falamos sobre como o jornal e seus articulistas aparecem demonstrando na prática o que os autores nos quais nos baseamos teorizaram.

Pensando nisso, dividiremos esse capítulo em duas etapas: uma dedicada a pensar o colonialismo como teoria e como fato histórico e os posicionamentos do periódico em relação a este conceito; e outra etapa dedicada a analisar a participação do *A Alvorada* no movimento operário da região, seus posicionamentos em relação a isso e como este jornal e seus articulistas se localizavam dentro do espectro da luta de classes, enquanto esclarecemos sobre sob qual embasamento teórico nos ancoramos para fazer essa análise.

Na primeira etapa, faremos um maior aproveitamento dos autores já mencionados anteriormente neste trabalho, começando pelos teóricos anticolonialistas. Frantz Fanon publicou os livros *Pele negra, máscaras brancas* em 1952 e *Os condenados da Terra* em 1961, trazendo contribuições teóricas inigualáveis sobre colonialismo e racismo, e como esses dois fatores agem psicologicamente sobre os povos colonizados, baseado na sua experiência como psiquiatra na Argélia, que então estava sob o domínio da França. Aimé Césaire e Albert Memmi também são duas grandes referências na teoria decolonial, tendo produzido obras de grande valor para o enriquecimento teórico da nossa pesquisa, respectivamente *Discurso sobre o colonialismo* (publicado pela primeira vez em 1950) e *Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador* (publicado pela primeira vez em 1973). Estes três autores são os pilares teóricos desta pesquisa,

pois são quem nos fornece a mais consistente base para compreendermos os limites e as representações que objetivamos analisar no *A Alvorada*.

Dentro ainda da questão do colonialismo, entraremos em uma discussão do conceito que envolve olhar para fora do Brasil para compreender sua origem e desenvolvimento. Entre outros autores, destacamos Walter Rodney, historiador guianês autor do livro *Como a Europa subdesenvolveu a África*, um poderoso tratado sobre a exploração e dominação do continente africano que demonstra como o colonialismo europeu afetou a África no desenvolvimento que não se restringe à conotação econômica do conceito, mas também às dimensões políticas e culturais. Ainda, destacamos como Vladimir Lênin nos ajuda a decifrar o colonialismo como um braço do imperialismo em *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*.

Mesmo detalhando essas contribuições mais adiante, não podemos deixar de destacar os autores brasileiros como Clóvis Moura com *Sociologia do negro brasileiro* e Florestan Fernandes com *O negro no mundo dos brancos*. Entre as produções bibliográficas que nos ajudam a traduzir os efeitos do colonialismo para a realidade brasileira, esses dois autores, especialmente nessas duas obras citadas, certamente possuem um lugar especial.

Na segunda etapa, focaremos em como o jornal se posicionou nos assuntos relativos ao movimento operário. Aqui serão usadas referências importantes para que possamos ter um entendimento melhor sobre classe e operariado, como E. P. Thompson, com a obra-prima *A formação da classe operária inglesa* e Lênin com o livro *O que fazer?* Ambos os autores e seus respectivos trabalhos se destacam entre as referências que buscamos para fazer uma melhor conceituação para a análise.

Além disso, voltamos a Beatriz Ana Loner com seu estudo sobre a formação da classe operária em Pelotas e Rio Grande, entre outros trabalhos, essencial para entendermos melhor a realidade do operariado da região, o público-alvo do jornal. Já sobre a realidade do operariado brasileiro, buscando trazer a contribuição do recorte de cor, voltaremos a Clóvis Moura, em adição a autores como Sidney Chalhoub com a sua discussão sobre o paradigma da ausência.

Em relação aos textos do *A Alvorada* que serão expostos e analisados neste trabalho, é necessário que façamos algumas observações antes de partirmos para a análise em si. Primeiramente, cabe destacar que muitos dos textos apresentam

particularidades relativas à ortografia, podendo se tratar do padrão ortográfico da época, ou mesmo de erros que podem ter acontecido no momento da escrita ou da prensagem. De todo modo, consideramos que fosse melhor manter todos os textos com a grafia original, da forma que se encontram publicados no periódico. Em segundo lugar, em virtude do tamanho de alguns textos, na maioria dos casos optamos por transcrever no corpo do trabalho apenas os trechos que mais interessam à análise do momento. Assim, salientamos que todos os textos com pedaços transcritos nesta pesquisa estarão anexados em sua integralidade ao final do trabalho.

### **3.1 Colonialismo, racismo e o *A Alvorada***

#### 3.1.1 Colonialismo como ideologia e fato histórico

Uma reflexão sobre como o jornal *A Alvorada*, que circulou em Pelotas e em algumas cidades da região na primeira metade do século XX, pode ser relacionado com o debate anticolonialista que ascendia fora do Brasil, implica necessariamente entendermos exatamente do que estamos falando quando citamos o conceito de colonialismo e o debate anticolonialista. Começo dando um exemplo que resume bem o que tratamos aqui.

Entre os séculos XIX e XX, no auge do colonialismo imperialista, conhecido como neocolonialismo, tornaram-se comuns nas potências capitalistas as chamadas exposições etnográficas, conhecidas informalmente como zoológicos humanos. Em artigo publicado em 2013, Luis Sánchez-Gómez explica que o ano chave para falarmos dessas exposições é 1851, quando aconteceu a Grande Exposição do Trabalho da Indústria de Todas as Nações<sup>1</sup>. Segundo este autor, exposições públicas de seres humanos podem ser rastreadas nas mais diversas épocas e contextos. Contudo, a Grande Exposição de 1851, sediada em Londres, inaugurou um novo modelo de exibição que explicitava o caráter colonialista das grandes potências capitalistas: as exposições coloniais que, via de regra, incluíam a presença de pessoas nativas das colônias. Segundo Sánchez-Gómez, esse novo modelo, que até o final da década de 1870 já estava consolidado como o modelo de

---

<sup>1</sup> *Great Exhibition of the Works of Industry of all Nations.*



exposição colonial, foi resultado direto das ações de mercadores, administradores e explorações coloniais, mas também uma demanda do público das metrópoles:

Por sua vez, o processo foi impulsionado pela reação fortemente positiva do público, que pedia mais: mais exotismo, mais produtos coloniais, mais missões civilizadoras, mais conversões, mais populações nativas submetidas ao poder do homem branco; enfim, mais espetáculo (SÁNCHEZ-GOMEZ, 2013, p. 03) (Tradução nossa) <sup>2</sup>.

Em síntese, o grande objetivo dessas exposições seria mostrar a supremacia do homem branco sobre os povos subjugados, uma vez que o ocidente é tido como a referência do conceito moderno de civilização. Assim, o colonialismo surge para levar essa civilização aos povos barbarizados, inferiores, e os zoológicos humanos apareceram como uma forma de exibir esses processos civilizatórios como troféus, mostrando pessoas colonizadas em meio à sua selvageria, e assim afirmando a superioridade da civilização branca colonizadora.

Os zoológicos humanos faziam uma demonstração sintética do pensamento colonizador, e um dos casos mais notáveis da brutalidade dessas exposições é o de Ota Benga, trazido por Randolph G. Potts no artigo *The Social Construction and Social Marketing of the "Dangerous Black Man"*<sup>3</sup>. Segundo esse autor, Ota Benga foi um homem nascido na África, na região do Congo, da etnia Mbuti<sup>4</sup>, que foi capturado e posto em exposição na sessão de primatas do zoológico do Bronx, em Nova Iorque, em 1906. A resistência de Ota Benga à sua captura foi entendida como parte de sua selvageria natural (POTTS, 1997, p. 18). Em 28 de setembro de 1906, depois de 22 dias sendo exibido, foi libertado, visto que a escravidão já era ilegal nos Estados Unidos nessa época, e começou a tentar se adaptar à sociedade americana enquanto fazia os planos para voltar à sua terra natal. Percebendo que sua vida nunca voltaria a ser o que era, cometeu suicídio.

Em 2020, 114 anos após a exposição, o Zoológico do Bronx finalmente emitiu um pedido oficial de desculpas por ter exibido um humano africano na jaula de

---

<sup>2</sup> "In turn, the process was driven forward by the strongly positive reaction of the public, who asked for more: more exoticism, more colonial products, more civilising missions, more conversions, more native populations submitted to the white man's power; ultimately, more spectacle." (SÁNCHEZ-GOMEZ, 2013, p. 03)

<sup>3</sup> Em tradução livre: "A construção social e marketing social do 'perigoso homem negro'"

<sup>4</sup> Os membros dessa etnia são conhecidos como "pigmeus", termo considerado pejorativo.

primatas<sup>5</sup>. Essa nota veio depois de décadas tentando enterrar este caso motivando ou não corrigindo narrativas falsas sobre o período de Ota Benga no zoológico, existindo até mesmo afirmações de que ele era um funcionário do zoológico e de que gostava de ser exibido aos novaiorquinos como uma atração exótica.

A história de Ota Benga exemplifica de modo traumático essa circunstância das exposições coloniais entre os séculos XIX e XX. O último zoológico humano teve lugar na Exposição Universal e Internacional de Bruxelas<sup>6</sup>, também conhecida como Expo 58, que aconteceu em Bruxelas, capital da Bélgica, em 1958. Foi nessa exposição que teve origem uma das mais famosas imagens de zoológicos humanos. Trata-se de uma fotografia que mostra uma criança congoleza dentro de um cercado de bambu e, do outro lado do cercado, pessoas brancas interagindo com ela, da mesma forma que se interage com animais em zoológicos.

Sobre o momento entre o final no século XIX e início do século XX, quando o capitalismo atinge o seu estágio superior, Lênin, complementando as afirmações de Alexander Supan<sup>7</sup> sobre o desenvolvimento territorial das colônias europeias, afirma que o traço marcante desse período é a “partilha definitiva do planeta Terra” – ou colonialismo:

Definitiva não no sentido de que não seja possível uma redistribuição – pelo contrário, as redistribuições são possíveis e inevitáveis –, mas no sentido de que a política colonial dos países capitalistas já concluiu a conquista de todas as terras desocupadas do nosso planeta. Pela primeira vez, o mundo encontra-se já dividido, de tal modo que o que vem a seguir é somente uma redistribuição, ou seja, a passagem de um “proprietário” para outro, e não a passagem de um território sem dono para um “dono”. (LÊNIN, 2021, p. 101-102)

Assim, Lênin explica que, nessa fase, os países líderes do capital financeiro, ditas potências imperialistas, ao consolidar o capitalismo, atingiram também o auge do colonialismo, expandindo seus domínios coloniais a ponto de não existir mais terra inexplorada. Essa expansão então seria efetivamente marcada pela busca exponencial da lucratividade do capital financeiro através da exploração financeira

---

<sup>5</sup> APÓS 114 anos, zoológico dos EUA se desculpa por exibir jovem negro em jaula de macacos. BBC News Brasil, 27 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53939919>> Acesso em 15 de novembro de 2022.

<sup>6</sup> *Exposition Universelle et Internationale de Bruxelles*.

<sup>7</sup> Citado por Lênin em “Imperialismo, estágio superior do capitalismo”, no livro “Desenvolvimento territorial das colônias europeias” (*Die territoriale Entwicklung der europäischen Kolonien*), Alexander Dupan fornece uma tabela demonstrando em porcentagens o crescimento expressivo dos territórios pertencentes às potências coloniais, incluindo os Estados Unidos, na África, Ásia, Polinésia, Austrália e América.

das colônias, visto que o colonialismo na África representa a exploração extrema da mão-de-obra africana para extração de recursos locais com o fundamental objetivo de produzir lucros para a metrópole (RODNEY, 2022, p. 175). Por mais que a empreitada colonial fosse muitas vezes um negócio de alto risco e de lucro a longo prazo, a motivação para a sua realização sempre era a busca por oportunidade de lucratividade.

Pensando nos recursos locais e na exploração da mão-de-obra colonizada, tão importantes para o capitalismo da época, que um dos teóricos que usamos de referência nessa pesquisa, o poeta martinicano Aimé Césaire, na obra *Diário de um retorno ao país natal*<sup>8</sup>, faz uma ode aos que “não inventaram nem a pólvora nem a bússola/ os que nunca souberam domar o vapor nem a eletricidade/ os que não exploraram nem os mares nem o céu/ mas aqueles sem os quais a terra não seria a terra” (CESAIRE, 2021, p. 63). Considerado um dos maiores poetas de língua francesa do século XX, Césaire foi um homem negro, colonizado, nascido na então colônia francesa da Martinica, e não apenas sua obra, mas também sua vida foi dedicada ao trabalho da descolonização, tendo sido um grande líder político dos movimentos africanos e deputado da assembleia francesa por 50 anos, criador do termo “negritude” e um de seus grandes ideólogos.

Aimé Césaire tinha a poesia como ocupação, contudo uma de suas obras mais marcantes trata-se de um ensaio curto, porém denso, intitulado *Discurso sobre o colonialismo*, publicado pela primeira vez em 1950, que é uma obra importantíssima a ser analisada nessa pesquisa. É uma obra marcante porque nela, cinco anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, Césaire afirma com todas as letras que Hitler vive dentro de cada burguês:

Sim, valeria a pena estudar clinicamente, em detalhes, os passos de Hitler e do hitlerismo e revelar ao burguês muito distinto, muito humanista e muito cristão do século XX que ele carrega consigo um Hitler sem saber, que Hitler vive nele, que Hitler é seu *demônio*, que se ele o vitupera, é por falta de lógica e, no fundo, o que ele não perdoa em Hitler não é o crime em si, o *crime contra o homem*, não é a *humilhação do homem em si*, é o crime *contra o homem branco*, é a *humilhação do homem branco*, é de haver aplicado à Europa os procedimentos colonialistas que atingiam até então apenas os árabes da Argélia, os *coolies* da Índia e os negros da África. (CESAIRE, 2020, p. 18) (grifos originais)

---

<sup>8</sup> *Cahier d'un retour au pays natal*, publicado originalmente em 1939.

Interpretemos que Cesaire traz aqui a constatação do racismo enquanto parte integrante do processo colonial, uma vez que a justificativa do colonialismo é a “evolução” dos povos dominados. Segundo este autor, o próprio ato de justificativa da colonização já atesta a doença de uma civilização, tomada pela ideologia colonialista, ou seja, pelo pensamento supremacista, e seria aí que a nação colonizadora encontraria – ou chamaria – seu Hitler (CESAIRE, 2020, p. 21), visto que o processo colonizatório imperialista caracteriza-se essencialmente da violência. Ou seja, a colonização é, por si só, um ato de violência e de supremacia, portanto a não objeção ao colonialismo já representaria a falha moral de uma civilização. A tentativa de justificar a colonização, então, já é a justificativa da violência, agarrada intrinsecamente à supremacia, uma vez que é ilógico tentar argumentar em favor da colonização sem apelar, ou para a ideia de levar a civilização aos povos subdesenvolvidos, ou à pura e simples exploração de recursos e mão-de-obra locais, que por sua vez, também se dá através da supremacia para justificar o trabalho pessimamente remunerado ou até mesmo forçado dos colonizados.

Seguindo essa linha de pensamento, Cesaire traz uma equação. Segundo ele, “*colonização = coisificação*” (CESAIRE, 2020, p. 24). Disso, se trata de perceber que as relações coloniais envolvem a ausência de pessoalidade, ou seja, a metrópole não considera estar lidando com pessoas, em uma relação onde só há espaço para violência e trabalho forçado através de um processo de submissão em que o nativo do território colonizado é convertido em um instrumento de produção. Por isso, este autor afirma que, ao ouvir sobre o “progresso civilizatório” trazido pela colonização, o que lhe vem à mente é a destruição de culturas, o confisco de terras e o trabalho forçado, pois o tal progresso consiste em enxergar uma hierarquia entre culturas, na qual as culturas dos povos colonizados são inferiores, portanto devem ser suprimidas e substituídas pelos modos de vida e produção ditados pelos europeus, que já atingiram o auge da civilização.

O trabalho forçado nas colônias, que resultou em construções e geração abundante de lucros para as metrópoles, por sua vez foi resultado do sacrifício de vastos números de nativos arrancados de suas terras e culturas. Esses trabalhadores, no caso, seriam os sujeitos do poema de Cesaire citado anteriormente, que “não inventaram nem a pólvora nem a bússola/ os que nunca

souberam domar o vapor nem a eletricidade/ os que não exploraram nem os mares nem o céu/ mas aqueles sem os quais a terra não seria a terra”.

Nesse ponto, cabe trazer outra citação de Cesaire, que afirma que

[...] o grande drama histórico da África foi menos o contato tardio demais com o resto do mundo do que a maneira como esse contato foi feito; que isso foi no momento em que a Europa caiu nas mãos dos mais inescrupulosos financistas e capitães da indústria; foi quando a Europa “se propagou”, e nossa falta de sorte foi ter sido essa a Europa que encontramos em nosso caminho, e que a Europa é responsável perante a comunidade humana pela maior pilha de cadáveres da história. (CESAIRE, 2020, p. 26)

Por este momento em que a Europa “se propagou” se entende o estágio superior do capitalismo, conforme Lênin, o Imperialismo financista europeu. Dentro disso, a busca insaciável por aumento da produtividade e lucratividade teria levado os grandes capitalistas europeus a buscar formas de explorar indiscriminadamente os territórios coloniais, sem critérios humanos sobre os trabalhadores locais, afinal, a humanização dos trabalhadores iria contra o sentido primordial do colonialismo e do capitalismo, pois atrapalha a margem de lucratividade.

Uma das avaliações nessa análise feita por Lênin trata da desigualdade na expansão colonial. Citando o caso da França, Alemanha e Japão, o autor afirma que o território conquistado pela França equivale a quase três vezes mais do que os territórios conquistados pelos outros dois países juntos. Podemos citar ainda outras potências coloniais desse período como a Bélgica, a Inglaterra e os Estados Unidos<sup>9</sup>.

Um ponto importante que é identificado no discurso de Aimé Cesaire e está pontuado com todas as letras na obra de Albert Memmi e Frantz Fanon é a característica do colonialismo de extrapolar a causa econômica. Nas palavras dos autores:

Quando observamos o convívio entre o colonizador e o colonizado, logo descobrimos que tanto a humilhação cotidiana do colonizado quanto seu esmagamento objetivo não são apenas econômicos; o triunfo permanente do colonizador não é apenas econômico. O pequeno colonizador, o colonizador pobre, também se considerava, e em um certo sentido

---

<sup>9</sup> A Libéria é um país na África Ocidental que faz fronteira com a Costa do Marfim, Guiné e Serra Leoa e que, na teoria, era um país independente, mas que, segundo Walter Rodney (2022, p. 181), na prática, foi colonizada pelos Estados Unidos, dado o fato de que uma companhia privada americana adquiriu mais de 400 mil hectares de terra neste país a um preço subfaturado para exploração de borracha. Os lucros oriundos da exploração da terra e da mão-de-obra da Libéria transformaram a *Firestone Rubber Company* à posição de 25ª maior empresa dos Estados Unidos.

realmente o era, superior ao colonizado; objetivamente, e não apenas em sua imaginação. E isso também fazia parte do privilégio colonial. A descoberta marxista da importância da economia em toda relação opressiva não está em causa. Mas essa relação apresenta outros traços, que creio ter descoberto na relação colonial. (MEMMI, 2007, p. 17)

Quando se apreende o contexto colonial em seu imediatismo, fica patente que o que divide o mundo é antes de mais nada o fato de pertencer a tal espécie, a tal raça. Nas colônias, a infraestrutura econômica é igualmente uma superestrutura. A causa é consequência: a pessoa é rica porque é branca, é branca porque é rica. É por isso que as análises marxistas devem ser sempre ligeiramente flexibilizadas a cada vez que se aborda o problema colonial. Até mesmo o conceito de sociedade pré-capitalista, bem estudado por Marx, deveria ser repensado aqui. [...] Nas colônias, o estrangeiro vindo de fora impôs-se por meio de seus canhões e de suas máquinas. Apesar da domesticação bem-sucedida e da apropriação, o colono continua sendo um estrangeiro. Não são nem as fábricas, nem as propriedades, nem a conta bancária que primeiro caracterizam a “classe dirigente”. A espécie dirigente é antes de tudo aquela que vem de fora, aquela que não se parece com os autóctones, “os outros”. (FANON, 2022, p. 36-37)

Com isso, entendemos o sentido não apenas econômico, mas também racista do neocolonialismo imperialista, ou seja, compreendemos que a exploração de um território por si só configura motivação econômica, visando a busca por aumento de produtividade e lucro, contudo a escolha do território e povo a ser explorado e desumanizado para o trabalho forçado é puramente racial. Para reforçar essa hipótese temos também Lênin, que afirma haver raízes sociais e políticas do imperialismo, conectadas às suas raízes econômicas. Ainda, Walter Rodney faz uma análise que explicita diferenças abismais de salários entre os trabalhadores da metrópole e os trabalhadores das colônias, o que aprofunda a discussão sobre desumanização e expõe aspectos da questão racial do colonialismo, visto que isso comprova que, na relação colonial, para a metrópole, o trabalho do colonizado vale menos:

Quando discrepâncias como essas foram indicadas, durante o período colonial e depois, aqueles que justificavam o colonialismo logo responderam que o padrão e o custo de vida eram mais elevados nos países capitalistas. O fato é que o padrão mais alto era possível devido à exploração das colônias, e não havia justificativa para manter os padrões de vida africanos tão rebaixados em uma época em que um padrão mais elevado era possível devido ao trabalho dos próprios africanos. O tipo de vida que podia ser sustentado pelo trabalho africano dentro do continente é facilmente ilustrado pelos salários e pelo estilo de vida que os brancos tinham na África. (RODNEY, 2022, p. 177)

Aqui já se trata de um momento pertinente para apresentar outros dois teóricos com os quais trabalhamos para a análise do conceito de colonialismo nessa pesquisa: Frantz Fanon e Albert Memmi. Fanon, tal qual Aimé Césaire, era um homem negro nascido na Martinica, uma ilha de colonização francesa no Caribe,

parte das Antilhas. Era médico psiquiatra e dedicou sua vida à causa revolucionária e anticolonial, especialmente na Argélia, também colônia francesa, onde exerceu a profissão. Uma de suas principais obras que usamos como referência é o livro *Pele negra, máscaras brancas* (1952), escrito para ser a tese de conclusão na sua formação em psiquiatria, na França, mas que foi recusado pelo teor de seu conteúdo, que abordaremos mais para frente, e publicado posteriormente. Apesar de ter tido uma vida breve, vindo a falecer aos 36 anos, vitimado pela leucemia, Fanon deixou uma produção textual densa, e outra obra importantíssima de seu arsenal é o livro *Os condenados da terra*, concluído em seu leito de morte, em 1961.

Já Albert Memmi era um homem branco, judeu, nascido e criado no então Protetorado Francês da Tunísia, no norte da África, presenciando desde cedo as relações entre colonizado e colonizador. Por ser judeu, Memmi esteve aprisionado em um campo de trabalho forçado durante a França de Vichy. Apoiou o movimento de independência da Tunísia, que teve êxito em 1956, mas se mudou para a França logo em seguida, pois como um judeu com educação francesa, não encontrou lugar no novo estado independente muçulmano. A sua principal obra a respeito do colonialismo que nos referenciamos nessa pesquisa é o livro *Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador*, publicado pela primeira vez em 1957.

Esta obra de Memmi é repleta de raciocínios interessantes, dentre os quais está a citação feita acima a respeito do caráter racista da colonização, para além do econômico. Contudo, vale ressaltar que esta citação se encontra recém no prefácio, deixando espaço para muitas outras reflexões de valor ao longo do livro. Este autor reforça argumentos já apresentados até aqui quando afirma que a colônia é, para o colono, uma forma de enriquecimento:

[...] lá ganha-se mais e gasta-se menos. Vai-se para a colônia porque as situações são asseguradas, os tratamentos elevados, as carreiras mais rápidas e os negócios mais frutuosos. Para o jovem diplomado ofereceu-se um posto, para o funcionário uma promoção, para o comerciante reduções substanciais de impostos, para o industrial matéria-prima e mão-de-obra a preços insólitos. (MEMMI, 2007, p. 38)

Essa é uma análise veemente feita por Memmi: a colônia é um local de oportunidades para os cidadãos da metrópole. Este autor entende que existe uma ideologia comum entre os colonos que consiste em encontrar a ocasião de fazer fortuna em um ambiente novo, mas que o colono logo é tomado pelo sentimento de cansaço quanto ao exotismo da terra e do povo, quanto ao clima, e de saudade da

terra natal. O sonho do colono se torna comprar uma casa na metrópole. Assim, a colônia é, para ele, uma espécie de “purgatório remunerado” (MEMMI, 2007, p. 39). O colono, em suma, encontraria na colônia um prestígio que não o é garantido na metrópole, pois na colônia, independente de origem burguesa ou proletária, ele já possui um status social que o é conferido pela sua naturalidade em relação aos nativos. Por ser natural da metrópole, ele já está em posição de privilégio.

Memmi realiza a partir daqui um tipo de análise psicológica do colonizador/colono. Segundo esse autor, o colono – que está em uma situação de tranquilidade devida ao seu privilégio – não demora a perceber que a sua prosperidade na colônia deriva das vantagens de sua posição em relação aos nativos, e as origens dessas vantagens:

Como poderia ele deixar de ver por muito tempo a miséria do colonizado e a relação dessa miséria com a sua tranquilidade? Ele percebe que esse lucro só é tão fácil por ser arrancado de outros. Em suma, ele faz duas aquisições em uma: descobre a existência do colonizado e ao mesmo tempo seu próprio privilégio. (MEMMI, 2007, p. 41)

Importante ressaltar que Memmi faz algumas distinções conceituais entre os naturais da metrópole. Entre os colonos, o autor define que existem três tipos: o colonial, o colonialista e o colonizador. O colonial é o europeu que vive na colônia em situação de proletário, portanto sem privilégios dentro do sistema capitalista, em uma condição de vida que não é superior à do colonizado e até mesmo se compadece ao colonizado. Contudo, Memmi destaca que o colonial, dentro dessas definições, não existe, pois o sistema colonialista sempre irá lhe garantir privilégios em relação ao colonizado. Nessa medida, todo colonial é, em princípios, colonizador, levando em conta que, se defende o sistema colonial, é porque se beneficia dele. “Pois o privilégio é relativo: em maior ou menor grau, todo colonizador é privilegiado, na medida em que o é comparativamente ao colonizado, e em detrimento dele.” (MEMMI, 2007, p. 45)

Já o colonialista, na conceituação de Memmi, é o colonizador que aceita a sua posição de colonizador e, entendendo a situação de privilégio em que está colocado, busca justificá-la legitimando a colonização. De fato, essa seria a condição “natural” de todo colono, visto que a busca pelas oportunidades na colônia já é motivada por um princípio de privilégios na relação colonial, ou seja, todo colonial tende a ser um



colonialista, pois a sua permanência na colônia, aproveitando dos privilégios da sua condição, em última instância o levaria a tentar justificar essa posição.

Não apenas isso, esse teórico afirma que a situação colonial não apenas produz os colonizados, mas igualmente produz os colonialistas. A ideologia colonialista surgiria e se desenvolveria no colonial à medida que ele compreende que o sistema de privilégios na colônia é fundamental para os seus interesses individuais. Os interesses que o levaram à colônia, as possibilidades e os meios para o progresso financeiro, as novas redes de relacionamentos lá criadas, nas quais ele se inseriu; todo o conjunto de fatores econômicos e sociais percebidos na colônia levariam o colono, que em sua vida particular demonstra todo o afeto e sensibilidade e que no seu país de origem poderia ser um perfeito democrata, a formar uma personalidade reacionária, supremacista e violenta nos assuntos relacionados à colônia e aos colonizados. Na colônia ele precisa aprovar as injustiças e se convencer da necessidade da usurpação e do massacre, pois tudo o que vivencia lá o levará a isso.

Seguindo a lógica de Memmi, o colonialista se entende por certo como um usurpador, na medida em que compreende que a sua posição de privilégio na colônia implica na degradação do colonizado. Contudo, o entendimento dessa posição não o leva à solidariedade com os povos explorados, mas sim à necessidade de justificar sua exploração ou, em último caso, fazer desaparecer o explorado. Para fabricar a legitimidade da usurpação, o colonialista precisa comprovar a sua superioridade demonstrando a inferioridade do usurpado. Esse processo consiste em criar a *persona* do selvagem, incapaz de se auto governar, que precisa da condução do homem branco ocidental para leva-lo ao progresso.

Como a simples existência de um povo usurpado já é suficiente para lembrar o colonialista da sua culpa na usurpação, o último recurso é causar o desaparecimento do usurpado. A isso, Memmi chama de “Complexo de Nero” (MEMMI, 2007, p. 91). Contudo, essa ideia não pode sair da dialética, visto que a existência do colonizado é fundamental para manter o funcionamento do sistema colonial e garantir os privilégios do colonialista. Em resumo, o colonialista precisa negar a usurpação e a exploração do colonizado – precisa negar, portanto, a própria presença do colonizado – pois a mera existência do colonizado o lembra de seu

fardo moral como usurpador. Porém, “ao mesmo tempo, a existência de sua vítima é indispensável para que ele continue a existir.” (MEMMI, 2007, p. 91).

É abarcando toda essa carga que nasce a noção moderna de racismo. O racismo aparece como a principal justificativa do colonialismo, toda a teoria de inferioridade do colonizado que dá ao colonizador o direito de dominação e exploração. Memmi encerra o *Retrato do colonizador* afirmando que “o racismo resume e simboliza a relação fundamental que une colonialista e colonizado” (MEMMI, 2007, p. 107) (grifos originais). Isso significa que, dentre todas as características das relações entre as diversas metrópoles e suas colônias o racismo não é uma variável, mas sim uma constante. O racismo não apenas determina as diferenças nas relações de trabalho, mas também define a condução das políticas para com os colonizados e concede a carta branca para as injustiças nas colônias.

Tanto Memmi quanto Fanon destacam uma das principais características do racismo nas relações coloniais: a preguiça. Ou seja, o trabalhador da colônia é preguiçoso por natureza. Memmi abre o *Retrato do colonizado* com o raciocínio de que a diferença salarial entre o trabalhador da colônia e o trabalhador da metrópole precisa ser justificada. A justificativa é que a preguiça do colonizado faz com que o seu trabalho seja menos produtivo. Essa justificativa não é pontual, é sistêmica:

De fato, não se trata de modo algum de uma observação objetiva e, portanto, diferenciada, e submetida a prováveis transformações, mas de uma *instituição*: por meio de sua acusação, o colonizador institui o colonizado como ser preguiçoso. Decide que a preguiça é *constitutiva* da essência do colonizado. Isto posto, torna-se evidente que o colonizado, qualquer que seja a função que assuma, qualquer que seja o zelo com que a ela se dedique, nunca será nada além de preguiçoso. Voltamos sempre ao racismo, que é praticamente uma substantificação, em benefício do acusador de um traço real ou imaginário do acusado. (MEMMI, 2007, p. 119) (grifos originais)

Essa é a mesma conclusão que Fanon traz em *A síndrome norte-africana*<sup>10</sup>: “Ora, o norte-africano<sup>11</sup> é aquele que não gosta de trabalhar. Então tudo o que fizer será interpretado a partir dessa premissa.” (FANON, 2021, p. 41). A preguiça é o primeiro aspecto identificado do racismo colonial e um absolutamente significativo dada a importância que a ideia de trabalho adquire no capitalismo do século XX.

<sup>10</sup> *Por uma revolução africana* é um livro que consiste em uma coletânea de textos políticos de Frantz Fanon escritos entre 1951 e 1961, entre os quais está o intitulado *A síndrome norte-africana*.

<sup>11</sup> Fanon tem por prática referenciar especificamente as origens dos sujeitos de seus textos pelos locais onde teve experiência. Por isso por vezes irá se referir aos antilhanos, pois nasceu e cresceu na Martinica, nas Antilhas, ou aos norte-africanos, em referência à Argélia, onde viveu por muitos anos, praticou a medicina psiquiátrica e militou ativamente pela independência.

Portanto, poucas coisas podem ser piores do que uma pessoa que não quer trabalhar, e os colonizados, por natureza, são todos assim.

Outro aspecto marcante do racismo que surge no colonialismo é o da selvageria dos nativos. Usaremos nesse trabalho a “selvageria” como um termo genérico que designa as características relacionadas à violência, ao primitivismo, em resumo, àqueles atributos que caracterizam os colonizados como pessoas não preparadas para viver em sociedade – de acordo com o conceito europeu de sociedade – e incapazes de se auto governar para o desenvolvimento.

O colonizado é entendido como incivilizado por natureza. A sua sociedade ainda não chegou no patamar de desenvolvimento em que se cumprem certos acordos sociais, como o comprometimento com o trabalho – por isso o estigma de preguiçoso – e do respeito pela propriedade – por isso o estigma de ladrão. “Todos os árabes são ladrões/ É uma raça preguiçosa/ suja/ repugnante/ Não se pode fazer nada a respeito” (FANON, 2020, p. 51) é a fala que Fanon reproduz em referência ao senso comum sobre os colonizados do norte da África. Na história de Ota Benga, que foi citada no início desse capítulo, sua resistência à captura foi vista como sinal de sua selvageria, dada a recusa em sair do seu meio primitivo para a civilização

O estigma da violência e da ladroagem ligados aos colonizados, especificamente entendidos como traços raciais, é útil ao colonialismo na medida em que justifica a repressão. Nesse caso, se o colonizado é naturalmente mais violento e propenso ao roubo, sua punição pode ser mais severa e até mesmo “preventiva”, ou seja, o agente de segurança tem o aval das autoridades e dos coloniais para reprimir violentamente um membro de uma população colonizada que seja suspeito de qualquer coisa, afinal sua suspeição é dada à sua origem – negro, árabe, etc., pelo senso comum os mais propensos a cometer crimes – e, mesmo que não tenha cometido o crime do qual é acusado, mais cedo ou mais tarde cometerá algum crime, pois a falta de respeito pelas normas da civilização é de sua natureza.

Dito isso, aqui cumprimos a tarefa de adentrar mais a fundo na teoria anticolonialista de Fanon, no que tange à psicologia coletiva. Fanon, como psiquiatra de profissão, nascido na Martinica, formado na França e tendo trabalhado na Argélia, conheceu diversas camadas da ideologia colonial, que nos traz em suas obras. Ele nos explica, por exemplo, que, no racismo colonial, a cor é um fator

social, ou seja, não se trata apenas de posição social definida pela cor, mas de cor definida por posição social – e comportamento.

Se referindo especificamente aos colonizados negros, quando fala da psicopatologia em *Pele negra, máscaras brancas*, Fanon explica o que chama de *imposição cultural irrefletida*. Trata-se da imposição ideológica do colonialismo sobre o inconsciente coletivo. Para Fanon, o inconsciente coletivo é cultural, portanto adquirido – ou imposto:

Da mesma forma que um jovem camponês dos Cárpatos, nas condições físico-químicas da região, será provavelmente acometido de mixedema, igualmente um negro como René Maran, tendo vivido na França, respirado, ingerido os mitos e os preconceitos da Europa racista, assimilado o inconsciente coletivo desta Europa, se ele perder sua unidade psíquica terminará assimilando a raiva contra o preto. (FANON, 2008, p. 160)

Ou seja, a imposição da ideologia racista da metrópole sobre o inconsciente coletivo dos povos colonizados faz com que os mesmos entendam essa lógica como a correta e a incorporem como deles. Daí o surgimento do preto racista, ou melhor, do preto que reproduz racismo. É dito que o preto se inferioriza diante da situação colonial, porém Fanon usa o argumento da imposição cultural para corrigir essa afirmação, rebatendo que o preto não se inferioriza, ele é inferiorizado pela relação colonial e é vitimado por essa ideologia.

Dentro da ideologia dominante do branco ocidental o mal é representado pelo preto. Desde as expressões do dia-a-dia até as metáforas artísticas e religiosas, o branco representa a bondade, a pureza e a paz enquanto o preto representa o mal, a corrupção e o perigo. Portanto não é surpreendente notar que, sendo vítima da imposição ideológica colonial, o negro se enxergue como o portador do pecado e da miséria.

Da mesma forma, não é surpresa que o negro não se enxergue como negro. Se o negro é selvagem, violento, ignorante e preguiçoso, naturalmente a pessoa que se insere na cultura do branco, fala a sua língua, estuda nas suas escolas e trabalha não se entende como negro. Por isso que Fanon (2007, p. 132) diz que o negro antilhano só se descobrirá como negro quando for para a Europa.

A Martinica é uma ilha no Caribe de população majoritária negra. A língua lá falada é o francês. A cultura dominante é a francesa. Lá não existe expressão negra (FANON, 2008, p. 135), por isso o martinicano não se entende como preto, pois

preto é o africano. Em *Pele negra, máscaras brancas* (2008, p. 135), este autor afirma que “até 1940, nenhum antilhano era capaz de se considerar preto.” Em outro texto de *Por uma revolução africana* (2020), intitulado *Antilhanos e africanos*, Fanon explica melhor essa afirmação, relacionando o ponto de ruptura à 2ª Guerra Mundial. A situação até antes da guerra era do antilhano que se considerava superior ao africano, quase como europeu. A diferença entre europeus (brancos) e africanos (pretos) é evidente, está exposta na epiderme. Contudo, a cor da pele é a semelhança entre o antilhano e o africano. Mesmo assim, o antilhano se consideraria quase que da metrópole, ele tem a sua semelhança com o africano na aparência, mas é um antilhano. “O antilhano era um negro, mas o preto estava na África.” (FANON, 2020, p. 59). Por isso é comum que o antilhano tenha ódio ao preto e recuse a sua própria cor.

A noção de “comportamento de preto” e “comportamento de branco” se espalha pela Martinica dessa maneira. “Quando desobedeço ou faço barulho demais, me dizem: ‘não se comporte como um preto.’” (FANON, 2008, p. 162). Assim, a noção de civilização está no branco enquanto a noção de primitivo está no africano. Falar o francês sem sotaque, estudar, conhecer a cultura erudita – se comportar como branco – torna o martinicano um branco. Por isso afirmamos anteriormente que ele se descobre preto quando vai para a França, pois lá a sua diferença em relação ao branco fica evidente, e ele experiencia o racismo de uma nova forma, da forma que o reproduz sobre o africano.

Não apenas isso, a incorporação da ideologia colonial, o ódio ao negro, não apenas *vêm* do sentir-se branco, mas são também comportamentos *para* sentir-se branco. Tanto causa, como consequência:

Os agentes da autoridade, funcionários, caides, policiais, etc., recrutados entre os colonizados, formam uma categoria que pretende escapar à sua condição política e social. Entretanto, ao decidirem se pôr a serviço do colonizador, e defender exclusivamente os interesses dele, acabam adotando sua ideologia, mesmo em detrimento do próprio grupo e de si mesmos. (MEMMI, 2007, p. 49)

Em suma, o senso comum nas sociedades em que a ideologia dominante é a colonial estabelece o discurso de que o negro se rebaixa, se faz submisso, se inferioriza diante do branco. O que Fanon corrige, e é corroborado por Césaire e Memmi, é que essa condição não é desenvolvida natural e automaticamente pelo negro, mas sim que lhe é imposta através da supressão das suas cultura e

identidade originárias, e, por lhe ser imposta inconscientemente, ele a absorve como sua e a reproduz. Além disso, não apenas o negro a absorve e a reproduz, o povo colonizado o faz, porque é uma imposição ao inconsciente coletivo.

Voltando ao Discurso de Aimé Césaire, tudo isso corrobora a sua tese sobre o erro de Hitler ter sido aplicar as práticas coloniais à Europa. O caráter racial antes do econômico no colonialismo permite que a violência que é entendida como uma das maiores atrocidades da humanidade receba tentativas de justificativa quando é aplicada a territórios coloniais e povos colonizados. O exemplo do Congo sob domínio da Bélgica é, na nossa análise, o mais marcante. À época da Expo 58, o Congo ainda era colônia da Bélgica, situação na qual se manteve desde 1908 até 1960. Antes disso, o Estado Livre do Congo foi por cerca de 21 anos, entre 1877 e 1908, propriedade pessoal do rei Leopoldo II da Bélgica.

Depois da Conferência de Berlim, foi criado o Estado Livre do Congo, que, como afirma Martinho Milani em sua pesquisa sobre o caso do imperialismo no Congo, era um nome completamente ilusório e contraditório. Estando em posse do território, o rei Leopoldo II expropriou terras e deu início ao que é conhecido como o mais brutal dos regimes coloniais. Nesse período o Congo foi explorado por diversas empresas privadas – das quais Leopoldo era sócio –, que fizeram uso da mão-de-obra local para extrair recursos naturais, inicialmente o óleo de palma e o marfim, depois a borracha, que se tornou a principal fonte de lucros para Leopoldo.

O uso-da-mão de obra local incluiu a completa desumanização das populações nativas, com trabalho forçado e cobranças massivas de cotas de produção que envolviam punições brutais no caso de não cumprimento. Punições essas que variavam de decepção de mãos a assassinatos em massa com o desmembramento e exposição de corpos e membros. Segundo Milani, estima-se que metade da população do Congo, que na época contava com aproximadamente 20 milhões de pessoas, tenha sido dizimada nesse período de colonização, e mais milhões tenham perdido mãos nas punições.

A violência do regime colonial no Congo se tornou notória e foi discutida e cobrada internacionalmente, sendo sempre negada por Leopoldo II. Milani destaca que os investimentos nas estruturas do Congo – escolas, hospitais, urbanização, tudo o que justificava o “desenvolvimento” de uma sociedade – foi ínfimo neste

período. Ou seja, a exploração do Congo por Leopoldo exemplificou em sua integralidade a definição de colonização de Walter Rodney, citada no início deste capítulo: “a expatriação dos produtos da mão-de-obra africana a partir dos recursos locais, com o fundamental objetivo de produzir lucros para a metrópole.” Nada mais do que isso, o Congo durante anos serviu apenas como fonte de lucros privados para Leopoldo; um local de abundância de matéria-prima e mão-de-obra barata. Não houve investimento no “desenvolvimento” dos congolezes, não lhes foi levado o “progresso” como prometido pelos que justificam a colonização.

Evidentemente que as populações nativas do Congo não simplesmente aceitaram essa situação de cabeça baixa. Milani traz exemplos de guerrilhas de resistência que sofreram com a repressão das forças de segurança. Porém o foco neste momento foi trazer o caso do Congo como exemplo do Discurso de Cesaire para demonstrarmos como as atrocidades do sistema colonial são medidas pela régua racial. Em suma, o colonialismo explica o motivo de Leopoldo II não ser lembrado historicamente com a mesma repulsa que Hitler.

### 3.1.2. O colonialismo à brasileira e o jornal *A Alvorada*

No Brasil, a história do colonialismo é a história da exploração e extermínio dos povos indígenas e escravizados africanos. Como o foco deste trabalho é a população negra, concentramos a pesquisa nos segundos. Tal ideia já foi explorada no capítulo anterior, contudo aqui lembraremos o período pós-escravidão, em que a colonização formalmente já havia acabado, porém o a ideologia colonialista se manteve.

Em 1972, o sociólogo Florestan Fernandes publicou o livro *O negro no mundo dos brancos*. Tal livro trata-se de um conjunto de textos que sintetizam os estudos deste autor sobre a situação dos negros no Brasil. É basicamente um estudo científico que comprova a existência de racismo no país. A escola de Fernandes já passou por críticas devido ao fato de atribuírem uma característica sempre passiva aos negros, como vítimas nunca reagentes às violências. Contudo, ao que interessa a essa pesquisa, nossa análise se restringirá aos aspectos mais essenciais dessa

obra específica de Florestan Fernandes, que nos atestam a persistência da ideologia colonial no Brasil.

O negro no mundo dos brancos foi uma forma de resposta ao pensamento vigente no senso comum da época – no inconsciente coletivo – que foi chamado de *mito da democracia racial*. Trata-se da ideia de que há sim diferentes “raças” vivendo no Brasil, porém não há barreiras que impeçam a igualdade entre elas, ou seja, não há racismo institucional, apenas casos pontuais individuais. Essa ideia foi trazida no primeiro capítulo, onde demonstramos que foi reforçada pelo argumento de não haver qualquer dispositivo legal que diferenciasse negros de brancos. Contudo, a obra de Florestan Fernandes mostra o contrário, comprovando que essa ideologia é, de fato, um mito.

Segundo este autor, existe sim o preconceito racial no país, mas, além disso, existe também o preconceito contra o preconceito: “O ‘preconceito de cor’ é condenado sem reservas, como se constituísse um mal em si mesmo, mais degradante para quem o pratique do que para quem seja sua vítima.” (FERNANDES, 2007, p. 41). Ou seja, Fernandes constatou que a sociedade brasileira em geral prefere negar que pratique racismo a admitir sua existência como um problema a ser resolvido. Com nossa leitura até aqui, entenderemos isso como parte da ideologia colonial descrita pelos teóricos citados, pois a negação do racismo implica, no inconsciente coletivo, na ideia de que não há nada que impeça os negros do Brasil de chegarem ao patamar de vida dos brancos, ou seja, se a maioria da população negra é pobre, isso tem a ver com capacidade de desenvolvimento, já que a ausência de racismo torna as condições iguais dentro do sistema onde já não existe mais a colonização e nem a escravidão. Assim, a culpa sentida pelo colonizador, como descrita por Memmi, é aliviada, pois, demonstrando a repulsa pelo comportamento discriminatório de cor, negando-o veementemente, o colonizador – no caso o branco – comprova que o colonialismo aqui já terminou, e o racismo terminou junto, restando assim apenas homens e mulheres livres e constitucionalmente com os mesmos direitos, com uma diferença que é apenas biológica, e seria essa diferença biológica que impediria o negro de “evoluir”, e não as heranças de quase 400 anos de escravidão. Como resume Fernandes:

No contexto histórico surgido após a abolição, portanto, a ideia de “democracia racial” acabou sendo um expediente inicial (para não se enfrentarem os problemas decorrentes da destituição do escravo e da



espoliação final de que foi vítima o antigo agente de trabalho) e uma forma de acomodação a uma dura realidade (que se mostrou com as “populações de cor” nas cidades em que elas se concentraram, vivendo nas piores condições de desemprego disfarçado, miséria sistemática e desorganização social permanente). O “negro” teve a oportunidade de ser livre: se não conseguiu igualar-se ao “branco”, o problema era dele, não do “branco”. (FERNANDES, 2007, p. 46-47)

Em sua análise, este autor atesta a subsistência do sistema colonial no Brasil, tendo suas características presentes em tudo o que envolve a formação e a existência do capitalismo dependente no país. Fernandes inclusive repete em parte as afirmações de Fanon e Memmi no que se refere ao racismo residual do colonialismo:

Criou-se e difundiu-se a imagem do “negro de alma branca” – o protótipo do *negro leal*, devotado ao seu senhor, à sua família e à própria ordem social existente. Embora essa condição pudesse ser, ocasionalmente, rompida no início do processo, nenhum “negro” ou “mulato” poderia ter condições de circulação e de mobilidade se não correspondesse a semelhante figurino. Daí o paradoxo curioso. A mobilidade eliminou algumas barreiras e restringiu outras apenas para aquela parte da “população de cor” que aceitava o código moral e os interesses inerentes à dominação senhorial. Os êxitos desses círculos humanos não beneficiaram o negro como tal, pois eram tidos como obra da capacidade de imitação e da “boa cepa”, ou do “bom exemplo” do próprio branco. Os insucessos, por sua vez, eram atribuídos diretamente à incapacidade residual do “negro” de igualar-se ao “branco”. (FERNANDES, 2007, p. 45)

Aqui este autor traz as características não apenas da ideologia colonial em si, mas também do que já vimos como a *imposição cultural irrefletida* em Fanon, a ascensão do branco como a figura da evolução a ser alcançada pelo negro, e essa ideia sendo imposta ideologicamente aos próprios negros. A existência disso no Brasil é atestada também por Darcy Ribeiro:

Para seus descendentes, o negro livre, o mulato e o branco pobre são também o que há de mais reles, pela preguiça, pela ignorância, pela criminalidade inatas e inelutáveis. Todos eles são tidos consensualmente como culpados de suas próprias desgraças, explicadas como características da raça e não como resultado da escravidão e da opressão. Essa visão deformada é assimilada também pelos mulatos e até pelos negros que conseguem ascender socialmente, os quais se somam ao contingente branco para discriminar o negro-massa. (RIBEIRO, 2015, p. 167)

Em resumo, a escravidão das populações africanas<sup>12</sup> foi a marca do colonialismo no Brasil, e todo o contexto que se formou no pós-abolição agiu para que os negros brasileiros mantivessem a condição de povo colonizado perante os brancos colonizadores. O racismo que se originou do colonialismo brasileiro foi

---

<sup>12</sup> Sem desconsiderar o caso das populações nativas do Brasil, nos referimos aos negros por serem o foco dessa pesquisa.

fundamental para a manutenção desse sistema que, como vimos no primeiro capítulo se baseou – e se baseia – nos princípios de exclusão e exploração.

O hebdomadário pelotense *A Alvorada* nos exemplifica bem a reprodução dessa ideologia e os limites do contexto para o seu combate. Os redatores, desde o início do periódico até seus anos finais, sempre praticaram uma cobrança muito forte em relação à moralidade, ao comportamento e à instrução, pois, para eles, conforme trazido no primeiro capítulo, a emancipação dos negros viria pelos próprios negros. Por isso insistiam no cumprimento de regras para comportamento exemplar e instrução entre seus leitores. Assim, frequentemente suas páginas exibiam alguma coluna dando dicas sobre criação dos filhos, manutenção de um casamento saudável, entre outras instruções de nível privado. Ainda, vez ou outra aparecia algum texto contendo denúncias de maus comportamentos que pudessem, na opinião dos redatores, comprometer a reputação da população negra, como texto assinado por José Mira, publicado na edição de 12 de abril de 1947, do qual destacamos os trechos abaixo:

#### OS VALENTES DE SALÃO

Desde algum tempo para cá venho notando a presença em nossas sociedades de jovens e indivíduos que simplesmente lá penetram a-fim-de fazerem demonstrações físicas, as quais não passam às vezes de efeitos alcoolicos ou provalhecimento.

[...]

Em relação à falta de decôro moral também tenho a comentar que de alguns anos para cá a Procissão da Madrugada é um passeio a fantasia, e isso acontece por parte dos meus irmãos de côr, os quais se exibem mais fantasiados do que a carater!!!

Esse fato vem nos depreciar moralmente e dar motivo a que as autoridades eclesiásticas suprimam tão bela manifestação religiosa, a qual é uma tradição para Pelotas, terra bastante culta, intitulada «Princesa do Sul», não só em nosso Estado como também no país.

Já é tempo de nós mesmos tomarmos uma atitude contra esses por assim dizer «cancros» que tanto mal fazem para seus irmãos como também para a sociedade, cujos dirigentes devem pôr de lado o interesse monetário em pról daqueles que lá vão bem intencionados, do contrário servirá para aumentar o ódio a essa raça que desde longos anos vem com seu sangue, seu suor, seu trabalho, enfim, com todo o seu sêr contribuindo não para manchar o Brasil, como dizem os ignorantes, mas para honra-lo e eleva-lo ao nível das demais nações que compõem o mundo. (MIRA, 1947, p. 7)

Não restrito a esses textos pontuais sobre comportamentos, o *Alvorada* contava com uma coluna intitulada *Pesquei*. Trata-se de uma coluna fixa, que aparece em quase todas as edições durante toda a vida do jornal. No período pesquisado, aparece com a devida frequência semanal em todos os anos. *Pesquei* era uma coluna assinada por um redator anônimo – que já se sabe que era Juvenal

Penny<sup>13</sup> – que assinava como *Dr. Pescadinha*, e tinha como objetivo expor comportamentos inadequados que fossem flagrados. As fofocas (ou denúncias) podiam ir desde alguém que passou na rua sem cumprimentar um conhecido, até casos de agressão em público, e podiam ser nominais, por siglas ou mantendo o anonimato da pessoa flagrada. Abaixo seguem exemplos:

- pesquei uns srs. no baile de sábado no «Chove», além de estarem fazendo o «fiasco» que fizeram, um deles ir discutir com um rapaz por cousa de namorada.

É preciso que o sr. tome outro jeito, porque fica muito ridículo.

- pesquei, na saída do baile das «Futuristas» de sábado, o Carlinhos, fazer uma proeza que não estava no meu «caderno»: agrediu a uma snha. da rua Andrade Neves, em «bruto» para tirar-lhe satisfação não sei porque, mas de maneira agressiva.

Ora, seu Carlinhos, daquele jeito não é maneira de se falar nem com homem. O sr. está ficando muito «bamba». Cuidado, ouviu? (A ALVORADA, 12/04/1947)

- pesquei, na semana passada o João Carlos, passar pela Osório, assim ao anoitecer, com uma garota e voltar, no mesmo intente com outra.

Ora, seu João, aquelas garotas são pequenas para você, mas mesmo assim, será que você está treinando p'ra «barba-azul», ou se empregou para levar as garotas em casa?

- pesquei, num casamento, na Teles, lá embaixo, uma patuscada que fizeram com os músicos. Antes estavam dansando de rádio, depois que os músicos tocaram umas marcas, suspenderam eles, dizendo que havia criança com meningite.

Seria «meningite» ou «escassite de comitê e beberite»?

- pesquei, na geral do Guaraní a gritaria e a desordem que estava, no domingo á noite, naturalmente feita por gente réles e sem educação.

Quem não gostar dos filmes não pode prejudicar, perturbando a calma alheia, retira-se, não expondo á público a pouca ou nenhuma educação que em centro como aquele requer. (A ALVORADA, 19/04/1947)

O dr. Pescadinha hoje se apresenta indignado, por ler nos diversos jornais locais, anúncios de bailes organizados pelas alunas de um dos nossos estabelecimentos de ensino superior.

Será que ditas alunas em lugar de darem instrução de português, estão instruindo a mocidade feminina para bailarina ?

Digo isso porque não aprovo bailes para estudantes, porque quando chega no fim do ano, a época dos exames, a maioria das alunas rodam, devido ao namorisco que arranjam nos ditos bailes e mesmo porque a mocidade deve cuidar da instrução e não de bailes, que só servem para quem vive de festinhas... (A ALVORADA, 05/05/1951)

Estes foram apenas alguns exemplos pontuais da coluna do *Dr. Pescadinha* para demonstrar o ponto que queremos trazer aqui: a pauta moral do *A Alvorada* era fortíssima. Não podemos afirmar com certeza que todos os alvos do *Dr. Pescadinha* eram negros, pois apenas o mesmo o saberia. Todavia, sabemos que os clubes

<sup>13</sup> Ver: OLIVEIRA, Ângela Pereira. **A racialização nas entrelinhas da imprensa negra: o caso O Exemplo e A Alvorada – 1920-1935.** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, 2017.

*Chove e Não Molha* e *Bloco dos Futuristas* eram agremiações negras<sup>14</sup>, portanto as pessoas citadas vistas nas festas desses clubes muito provavelmente eram negras. Além disso, o público-alvo do jornal era a população negra, então mesmo que o indivíduo denunciado não fosse negro, a denúncia deveria servir de exemplo.

O controle social que o jornal pretendia exercer através dessa coluna se mostra condizente com as afirmações a respeito da ideia de “emancipação dos negros pelos próprios negros”. Enquanto a sociedade branca vai exigir do negro um padrão de comportamento que não é exigido do branco, os negros, através da imposição cultural, adotarão inconscientemente esta mesma visão. Como veremos a seguir, o *Alvorada* ainda não havia abandonado o mito da democracia racial – e, conseqüentemente, da eugenia que o acompanhava – então, de certa forma, ainda existia entre seus editores e leitores a ideia de alcançar o branco.

Complementando este tema, abaixo trazemos um poema publicado na edição de 24 de dezembro de 1948, de autoria atribuída a Demostenes Cristino, intitulado *A raça*:

#### A RAÇA

O brasileiro traz dentro de si  
Um português, um negro e um índio guarani.

O luso deu-lhe a fibra audaz, arrojadiça  
E a fidalguia própria dessa raça;  
O bugre, a natureza apática, a preguiça,  
O amor à pesca, a inclinação à caça.

No excesso de carinhos e de zelos,  
Reflete do africano o doce coração;  
E, às vezes, dos cabelos,  
Aquele permanece ondulação...

Em harmonia vivem sempre os três:  
Enquanto o negro bebe e o guarani batalha,  
O pobre português  
Trabalha.

Mas aí! Se no esplendor da graça,  
Quebrando as ancas em lascivo jogo,  
Uma mulata passa:

O negro dança,  
O bugre pega fogo,  
E o português... avança!

<sup>14</sup> Ver: LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena de Almeida. Clubes carnavalescos negros na cidade de Pelotas. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 145-162, jan./jun. 2009.

Demostenes Cristino (CRISTINO, 24/12/1948, p. 5)

Demostenes Cristino foi um poeta mineiro que morou por décadas em Goiás. Provavelmente nunca foi leitor do *A Alvorada*. Mesmo assim, os editores fizeram questão de trazer este seu poema nas páginas do periódico. Essas linhas exibem fortemente o pensamento da democracia racial, e reforçam a ideologia colonialista de superioridade do colonizador europeu sobre os povos colonizados – no caso aí citados os negros e os indígenas, vistos como *ainda* não civilizados.

Da mesma forma, vemos esse tipo de ideologia fortemente inculcado em outro texto, publicado em 5 de maio do ano anterior, intitulado *O Brasil inexplorado*. Nesse texto, o autor, que assina por Heitor Alves, exalta a extensão e a riqueza do território brasileiro, reforçando que uma parte significativa ainda permanecia inexplorada, habitada por pessoas que “desconhecem a nossa língua; homens que lutam contra os elementos, homens tão selvagens e ferózes como as feras... e no entanto são brasileiros, são os legítimos brasileiros, pois ainda não sofreram, através do tempo, a influência de outra raça.” (ALVES, 1947). Este autor conclui o texto exaltando o caráter civilizatório da colonização, como mostramos a seguir:

É triste! Quando conseguirás, Brasil, ser um paiz totalmente civilizado? Quando conseguirás, pelo auxílio dos que te dirigem, fazer-te conhecido em todas as minúcias?

Brasil! És grande e rico! Atravéz da Corografia, és retalhado, e todos pensam conhecer-te. Vã chiméra, pois tu não és conhecido, de três partes, talvez nem duas. Muito falta ainda. E um dia em que pudémos dizer: “De onde existia o desconhecido, de onde existiam florestas virgens, emergiram cidades florescentes, tu serás grande pela dimensão de teu sólo, pela riqueza de teu sub-sólo, pela beleza de tua fauna, pela prosperidade de teu comércio, pelo desenvolvimento de tua cultura, pela hospitalidade de teus filhos, mas sobre tudo, Brasil, pela emancipação econômica!” Tu serás grande e poderoso, e viverás p’ra til! (ALVES, 05/05/1947, p. 12).

Esses dois autores citados não necessariamente fazem parte do quadro de redatores do *A Alvorada*, pois o jornal costumava publicar textos enviados por seus contribuintes, ou reproduzir textos publicados em outros veículos do Brasil ou de fora. Contudo, a veiculação destes textos nos espaços do jornal demonstra que seus editores não se opunham a ideias deste caráter, pois, como já vimos, nada em um jornal é publicado por acaso, considerando que este é um veículo com o objetivo claro de informação, especialmente no caso do *A Alvorada*, que possuía objetivos e ideologias específicos. Se os editores selecionaram aquele poema de Demostenes Cristino e optaram por divulgá-lo em suas páginas, significa que acreditavam

naquelas ideias, tinham em suas mentes ao menos um resquício da ideologia colonial que coloca o *status social* de branco como um objetivo a ser atingido e compartilha a ideia de que a solução do racismo não está nos brancos, mas na “evolução” dos próprios negros. Evidentemente não afirmaremos que todos os membros do corpo editorial e todos os leitores do *A Alvorada* pensavam desta maneira, contudo o compartilhamento de textos deste teor certamente não era impensado.

Foi dentro dessa linha de pensamento que o periódico aderiu a uma longa e forte campanha contra o analfabetismo. Como vimos no primeiro capítulo, durante muito tempo o *Alvorada* foi ligado à Frente Negra Pelotense<sup>15</sup>, que a dado momento tentou-se mudar o nome para Frente Negra Educacional, pois o seu principal objetivo era a educação da população negra pelotense.

Não nos alongaremos no assunto da FNP pois, no período em que focamos o estudo do *A Alvorada* nesta pesquisa (1945-1957), esta organização já não existia mais. Todavia, mesmo não existindo mais a FNP, o hebdomadário continuou sua campanha contra o analfabetismo, sempre separando um espaço em suas edições para um texto atacando veementemente o problema que é o analfabetismo, e convocando a população a ajudar a resolvê-lo, como exemplifica o trecho abaixo:

Nosso problema fundamental é o analfabetismo. A unica solução é combate-lo. E resposta nitida e clarividente é «uma cruzada de alfabetização.»

Este é o axioma dai seu corolário – devemos, isto é, cada um de nós deve cooperar para formar uma parcela na soma total desta formidável obra de transformação étnica, a rota cotemporanea da sociedade brasileira. (*A Alvorada*, 24/12/1947)

Este excerto foi retirado de um texto publicado na edição de 24 de dezembro de 1947, assinado por Mario Rodrigues, e se trata de um texto que explica a necessidade da fundação do Grêmio Cultural Luiz Gama “.que tem como lema educar os brasileiros de côr”. O G.C. Luiz Gama foi uma agremiação fundada e com funcionamento em Rio Grande, cujo grande objetivo era a alfabetização e enriquecimento cultural da população negra. Essa agremiação contou com o apoio incondicional do *A Alvorada*, que veiculou textos divulgando-a e, em certas ocasiões,

---

<sup>15</sup> Sobre a Frente Negra Pelotense, ver mais em: SILVA, Fernanda Oliveira da. **Os negros, a constituição de espaço para os seus e o entrelaçamento desses espaços**: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943). Dissertação (Mestrado em História. Porto Alegre: PUC-RS, 2011.

defendendo-a de ataques. O texto do excerto que separamos é um texto que introduz o G.C. Luiz Gama à sociedade pelotense, e para isso, deixa explícita não apenas o seu apelo contra o analfabetismo, mas também a opinião do seu redator – e, supõe-se, também dos fundadores da agremiação e dos editores do *A Alvorada* que organizaram a veiculação do texto – a respeito da questão cultural, no que segue abaixo:

Muito se tem criticado na confusão destes últimos tempos a falta de orientação da cultura brasileira. Cultura de índole literária, superficial poética, escrava da sensibilidade, denunciando crise de recurso e de conhecimento.

O mundo moderno é um libelo violento ante a formas antigas da literatura da ciência, e da arte, a renascença inesperada das energias que produziram o conflito entre a civilização de quantidade e a civilização de qualidade. Entretanto, em face da tormenta nossa atitude continua a apresentar aspectos meramente românticos.

De que valem porém. Estas formas em voga na cultura hodierna?

Dela nada pode esperar-se a não ser o declive, o retrocesso, e a destruição de suscetibilidades que procuram avistar e até mesmo avistam o itinerário verídico e certo para chegarmos na meta de nossos ideais e aspirações. (*A Alvorada*, 24/12/1947)

Evidentemente que, ao falar de uma “falta de orientação da cultura brasileira”, o autor não está se referindo especificamente à população negra, mas sim à população em geral, não apenas do Brasil, e a um “empobrecimento” cultural generalizado das gerações atuais – no caso, da primeira metade do século XX – em relação às gerações anteriores. Especificamente sobre o Brasil, o autor critica o estrangeirismo das soluções que se propõem aos problemas locais:

Divergimos entretanto dessa cultura romancista forjada pela vasta existência, em nosso meio de um espírito universitário num ambiente puramente «hipercritico», tudo querendo analisar, tudo querendo criticar; e, para os problemas primórdios da atualidade aplicam soluções estrangeiras soluções estas em voga na Europa desconfiada e dividida. Brasileiros, enquanto nos divertimos com essa literatura empírica baseada sobre realidade, imaginárias dada a nossa condição de país sem utilidades coordenadas, reflexivo, indisciplinado com trabalhos imensos a vencer esquecemos os nossos objetivos fundamentais. (*A Alvorada*, 24/12/1947)

Estes objetivos fundamentais se tratavam da erradicação do analfabetismo e da educação cultural – no sentido da erudição. Sendo dedicado à população negra, e focando na questão educacional, percebemos que esta agremiação fazia parte do rol de alternativas do *A Alvorada* para discutir a emancipação dos negros por si próprio. Até aqui, foi reforçada a hipótese de que os responsáveis pelo jornal seguiam a linha de pensamento do racismo dominante, sem enxergar claramente as barreiras impostas culturalmente ou, talvez, enxergando-as, mas buscando

ultrapassa-las através de um “melhoramento” dos indivíduos negros, e não eliminando-as.

É o que nos reforça um artigo publicado alguns meses antes deste último texto citado. Trata-se da notícia de uma reunião do G. C. Luiz Gama organizada em Pelotas a convite do *A Alvorada*. Consta no texto que, além de representantes do G. C. Luiz Gama e do *A Alvorada*, compareceram também os membros dirigentes S. R. Futurista e do G. C. Chove não Molha. Sobre os assuntos da reunião, o texto discorre:

Foram tratados e debatidos vários assuntos, com respeito a cultura e moral, traçando-se os planos para fundação de um centro de cultura entre nós, deleniando-se os problemas da utilidade e do direito em torno do desenvolvimento desta agremiação que é o G. C. Luiz Gama.

E num élo cultural riograndinos e pelotenses dispõem-se nesta conquista nobre, de levar avante o intercambio da cultura entre a nossa gente. (A ALVORADA, 21/06/1947, p. 04)

O foco na cultura e na moral reforça o que trouxemos até aqui, a respeito da nossa hipótese de o limite da luta do *A Alvorada* contra o racismo ser encontrado na imposição cultural, na absorção da ideologia colonial ainda em vigor. Se o foco dos redatores e de agremiações aos quais o jornal era associado esteve em aperfeiçoar o comportamento e os padrões morais e culturais da população negra – elevados a um ponto que não era exigido dos brancos – para que os indivíduos negros pudessem, cada um, ultrapassar as barreiras raciais, e não buscar a formação de uma sociedade em que essas barreiras não existam, significa que encontramos um dos limites à luta antirracista do jornal, limite este criado pela ideologia colonial, imposto cultural e inconscientemente à população colonizada, como nos disse Fanon.

Entendemos a ideologia colonial como a impositora desses limites com base no que estudamos nesta pesquisa. Para o colonialista, o mais conveniente é atribuir a culpa do racismo ao atraso evolutivo da população colonizada. Este atraso, por óbvio, puramente construído ideologicamente. Dessa forma, se o negro tem dificuldades de se encaixar na sociedade branca, essa dificuldade está na sua impossibilidade de seguir a moral “correta”; se o negro é preterido nas contratações em relação ao branco, é porque ele é menos capacitado devido às características típicas da sua “raça”; se há uma briga entre dois homens brancos em uma festa,



isso é uma exceção à regra, ação isolada de dois indivíduos que tiveram um comportamento inadequado; contudo se há uma briga entre dois homens negros em uma festa, não há nada a estranhar, pois é típico deles. Essa é a ideologia que Fanon e Memmi nos descrevem como dominantes nos países coloniais e colonizados, e é a ideologia que Florestan Fernandes nos diz existir no Brasil.

Não bastando a existência dessa ideologia entre os povos colonizadores, ela é imposta aos povos colonizados, que a absorvem inconscientemente como uma doença, de acordo com Fanon. Dessa forma, se um negro nasce e é criado em meio a uma ideologia racista, é natural que ele a internalize e reproduza, da mesma forma que um contágio. O negro, assim, acredita que precisa ser um branco para ser aceito entre os brancos, independentemente de qual classe social ele se encontre, pois dentro do colonialismo a classe dominante é sempre a branca, e comportar-se-á como tal. Por isso que Clóvis Moura afirma que

Um negro diretor de uma multinacional é sociologicamente um *branco*. Terá de conservar a discriminação contra o negro na divisão de trabalho interno da empresa, terá de executar suas normas racistas, e, com isso, deixar de pensar como negro explorado e discriminado e reproduzir no seu comportamento empresarial aquilo que um executivo branco também faria. (MOURA, 2019, p. 32-33)

Isso porque as posições de poder são, por definição, brancas. Por isso, para alcança-las, o negro precisa assumir essa personagem, mesmo que não tenha consciência de que o está fazendo. Desse modo, o executivo negro pensará como um executivo branco, o policial negro pensará como um policial branco, o responsável pela manutenção da ordem em um território colonial pensará como um colonizador. A *imposição cultural irrefletida* de Fanon acompanha dessa forma, imputando essa ideologia não apenas aos negros em posições de poder, mas a todos abaixo dessas posições, justamente como uma doença psíquica que afeta os povos colonizados e os faz se entender como inferiores, sem enxergar que essa inferiorização é fruto de construção ideológica.

Voltando à questão da democracia racial, por vezes o jornal nos traz referências a essa ideologia. Isso fica explícito em diversos textos publicados ao longo dos anos pesquisados, dos quais comentaremos alguns exemplos a seguir. Existe um caso específico de racismo noticiado pelo *A Alvorada*, ocorrido no Rio de Janeiro, que foi assunto de uma matéria em 05 de maio de 1956, e que já havia sido

mencionado em outro texto meses antes, no dia 14 de janeiro do mesmo ano. Trata-se do caso de um menino de três anos de idade que foi expulso de uma escola infantil por ser negro, por reclamação dos pais de outros alunos. A matéria que noticia o caso nos diz o seguinte:

Está causando indignação ao povo desta capital o ato de discriminação racial praticado pelos diretores do Jardim de Infância “The Happy School” que expulsaram por imposição de algumas famílias ianques, o menor Fernando, de 3 anos de idade, devido à coloração de sua pele.

Nesse jardim de infância, estão matriculados, principalmente, filhos de diplomatas e homens de negócios ingleses e americanos. Quando os pais souberam da existência do menino de cor entre as crianças brancas acorreram ao estabelecimento e um deles chegou a dizer : “tira esse negro daí”. Os diretores não tiveram dúvidas : ante à pressão, comunicaram ao responsável pelo menino que a “The Happy School” era extremamente selecionada e não podia ensinar a crianças pretas. (A ALVORADA, 05/05/1956)

Dentro do que estudamos neste trabalho, o comentário do jornal sobre esse caso nos é especificamente interessante. Este texto não é atribuído ou assinado por um autor, portanto nos resumiremos a tratar como um comentário do *A Alvorada* enquanto organização. O comentário do periódico começa ironizando os Estados Unidos: “Se isso tivesse acontecido no país da Democracia não nos causaria admiração, mas, no Brasil, país da mestiçagem, onde são raros os que não possuem nas veias uma gota do sangue africano, nos causa nôjo”.

Há algumas camadas desse comentário a serem exploradas. Quanto à referência ao “país da Democracia”, comentaremos mais adiante. Primeiramente, é explicitado no texto que esse “nôjo” é devido principalmente ao fato de os discriminadores serem estrangeiros, como se não soubessem o que esperar de um país tão miscigenado como o Brasil. No caso, para os redatores, o que esses estrangeiros deveriam esperar do Brasil seria justamente a *democracia racial*, um país tão miscigenado que não há espaço para preconceitos.

Isso nos é mostrado não apenas nesse texto específico. Voltando alguns meses, ao texto em que este caso foi comentado, se trata de uma publicação redigida por Rodolfo Xavier, sob o título de *Efeitos raciais*. Este autor reforça a união das diferentes “raças” na formação da identidade brasileira, mas não deixa de considerar a persistência da existência do racismo, apesar da miscigenação:

Contudo, o português, manteve a raça india e a preta juntas à raça branca não isolando-as em suas colônias como os ingleses e

posteriormente os norte-americanos, fazendo delas ou com elas a estrutura da nacionalidade brasileira sem contudo eliminar o preconceito racial que sobrevive e que continua apesar dos cruzamentos de raças através de mais de quatro séculos, considerando o homem de cor como coisa ou alimária, um ser inferior sem expressão humana e de condições servil. (XAVIER, 14/01/1956, p. 01)

Esses textos, além de expressarem o pensamento de que a miscigenação e convivência das diferentes “raças” na formação do Brasil deveria ser argumento suficientemente antirracistas, nos explicita também uma visão muito crítica a respeito tanto da África do Sul, quanto dos Estados Unidos. Este segundo texto carrega também a seguinte referência:

São casos que repetem-se como o do barbeiro em Porto Alegre que não quis fazer a barba de um homem por ser de cor, típicos e insultuosos como o do colégio Theappy Chvol [The Happy School] Brasil-Canadá querendo fazer discriminação racial como se estivesse na África do Sul ou nos Estados Unidos, telefonando à residência dos pais de um aluno informando que não poderia continuar «naquele estabelecimento, por ser de cor, e que poderia ocasionar conflitos sociais com os demais alunos brancos.»

Será que esse colégio que funciona no Rio julga que está na África do Sul, ou nos Estados Unidos? (XAVIER, 14/01/1956, p. 01)

Abdias do Nascimento se refere à democracia racial como “a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos, e nem legalizado qual o *apartheid* da África do Sul” (NASCIMENTO, 2016, p 111). Contudo, lembremos que, no momento desta publicação de Nascimento<sup>16</sup>, o *apartheid* ainda existia na África do Sul, porém as leis de Jim Crow já não estavam mais em vigor nos Estados Unidos. Mesmo assim essa referência é importante para nos ajudar a entender essa crítica feita repetidamente pelo *A Alvorada*.

Quanto aos países mencionados nessa comparação – Brasil, Estados Unidos, e África do Sul –, na década de 1950, apenas o Brasil não tinha leis de segregação, portanto o racismo estava garantido nas leis dos Estados Unidos e da África do Sul. Mas como o primeiro era (e ainda é) a referência mundial da democracia, era curioso para os redatores do jornal pelotense que essa democracia fosse restrita à população branca. Por isso, o “país da democracia” era frequentemente ironizado.

Neste texto que citamos por último, repetimos o trecho onde se questiona: “Será que esse colégio que funciona no Rio julga que está na África do Sul, ou nos Estados Unidos?” (XAVIER, 14/01/1956, p. 01). No texto que noticia esse mesmo

<sup>16</sup> Livro *O genocídio do negro brasileiro*, publicado pela primeira vez em 1978.

caso de racismo da escola contra a criança de três anos: “Se isso tivesse acontecido no país da Democracia não nos causaria admiração”. E, retornando ao texto citado no primeiro capítulo, há a frase que usamos de título neste trabalho, quando, ao noticiar casos de homens negros sendo impedidos de entrar em festas e cafeterias, o autor afirma que esses casos estavam cada vez mais frequentes, “fazendo parecer que caminhamos para uma democracia *tipo americana...*” (GONZALEZ, 21/01/1950, p. 1). Este grifo no “*tipo americana*” está no texto original publicado no jornal, dando ênfase à ironia presente nessa expressão em referência à grande democracia ocidental onde havia leis de segregação racial. Ainda, na edição de 19 de novembro de 1949, vemos uma publicação que se trata da veiculação de duas notícias vindas dos Estados Unidos, da rede americana *United Press*, trazidas ao Brasil pelo *Diário de Notícias*. O título contém a mesma ironia: *No país da democracia...* A primeira notícia é sobre o racismo do então governador do estado da Geórgia, Herman Talmadge, notório segregacionista, que lutava contra uma ação judicial movida por um grupo de jovens negros que buscavam direito de igualdade no acesso à educação:

Talmadge, em seu discurso pelo rádio, disse que seu governo lutaria contra esta ação judicial «perante a opinião pública no Congresso e com todas as nossas armas». E acrescentou:

«Nunca permitiremos que se modifique uma polegada do nosso tipo tradicional de segregação». (Do «Diário de Notícias», de 22/10/49).

A segunda notícia era sobre conflitos raciais na cidade de Chicago, em que cerca de 300 policiais estiveram envolvidos na dispersão de algo entre 1000 e 1200 pessoas que causavam distúrbios motivados pela notícia de que famílias negras passariam a habitar bairros até então exclusivos para brancos.

As declarações desse teor do *A Alvorada* nos mostram mais alguns traços de ideologia colonial. Ao mesmo tempo em que os autores conhecem as questões raciais do Brasil e do mundo afora, parecem contar com a *democracia racial* brasileira. Ou seja, veem como se essas situações de racismo fossem naturais em países como os Estados Unidos e a África do Sul, onde a segregação é definida em lei, e totalmente anormais no Brasil, onde não há leis de segregação desde a assinatura da Lei Áurea em 1888, e tem a miscigenação como uma característica fundamental da formação nacional.

Evidentemente não nos apegaremos somente a isso, pois o *A Alvorada* também traz exemplos explícitos de pensamento decolonial. Na edição do dia 5 de maio de 1956 há um texto escrito por Rodolfo Xavier sob o título de *A capoeiragem*. Como o próprio título já indica, trata-se de uma publicação contendo um breve histórico sobre a prática da capoeira. Nesse texto, Xavier exalta a capoeira como uma herança africana, trazida pelos ancestrais escravizados para os principais centros escravistas da colônia como uma forma de nostalgia da terra natal, e que fora proibida e combatida no Brasil pelo perigo e potencial de desordem que representava:

Foi preciso que o Marechal Deodoro da Fonseca, então chefe do Governo Provisório, determinasse ao Chefe de Polícia Silvestre Ferraz para que acabasse com a capoeiragem.

Contavam, aqui no Sul, os que vinham do Norte, baianos e pernambucanos servindo no Exército, que o Chefe de Polícia quando desconfiava de algum malandro, gingava na frende dêle e se correspondia imediatamente era trancafiado.

Homem enérgico, indiferente aos ataques da imprensa, aos pedidos e empenhos, processava-os, os deportava ou trancafiava-os na cadeia conseguindo o que o Príncipe Regente D. Pedro, em 1821, não pôde com “bolos de palmatória, açoites, exposição pública no tronco”, terminar com a capoeiragem. (XAVIER, 1956)

Xavier segue contando como a capoeira se espalhou, chegando ao sul do Brasil, tendo encontrado mesmo em Pelotas alguns homens que conheciam esses movimentos, e sabendo de histórias contadas pelos mais velhos sobre capoeiristas que vieram para Pelotas vendidos para as charqueadas. Nesse texto a capoeira é exaltada como parte de uma cultura verdadeiramente brasileira, quase perdida por causa da sua perseguição, e como uma cultura tipicamente negra, mãe de outros aspectos culturalmente importantes:

Da capoeiragem dos africanos nasceu os movimentos dos sambas, dos blócos carnavalescos, dos jogos de futebol, da dolência de seus cantos, da excitação e remelêxo de suas dansas e que sòmente ao negro como disse alguém em referência ao jazz americano, só o negro pode executar com genialidade porque está na massa do sangue. (XAVIER, 1956)

Este autor defende a ideia de que, como a capoeira é um traço cultural verdadeiramente brasileiro, deveria ser ensinada a todos os brasileiros. Contudo, a sua proibição gerou uma escassez de mestres capazes a ensina-la nas possíveis escolas de capoeira. Para Xavier isso é um problema, pois ‘Não faltariam intrujões metidos “a capoeiragem” para viver à sombra das verbas destinadas a essas

escolas. Brancos e mestiços ensinando ao negro – o verdadeiro criador do jogo da capoeiragem...” (XAVIER, 1956).

Entendemos, assim, a exaltação da capoeira como um pensamento decolonial, visto que se trata de uma cultura tipicamente negra, herdada diretamente dos escravizados, que existe perante uma ideologia colonial dominante, depreciadora do que é relacionado à população negra. Esse texto de Rodolfo Xavier se mostra como uma forma de resistência ao que ainda resta do colonialismo.

Outra publicação importante a ser discutida aqui é um longo texto veiculado na edição de 5 de maio de 1948, assinado por Aristides Barbosa, intitulado *A difusão do mulatismo*. É um texto puramente crítico à ideologia de branqueamento da população. Nesse texto, o autor começa citando o caso do poeta estadunidense Langston Hughes. Hughes era mestiço, e se identificava como negro. Como diz o texto, viveu entre a comunidade negra dos Estados Unidos, à qual era pertencente. O poeta, que se orgulhava de sua negritude, tinha o sonho de ir para a África, e realizou-o. Contudo, lá encontrou dificuldade em ser identificado entre a população local, que não o via como negro.

Era constantemente apontado como branco, ao que êle objetava dizendo: não sou branco, sou negro. Os negros meneavam a cabeça, sorriam e num esgar de zombaria afirmavam: “O senhor não é branco mas também não é negro”. (BARBOSA, 1948, p. 05)

Lá, também, Hughes encontrou um rapaz de 16 anos que vivia situação semelhante. Era filho de uma mulher negra com um homem branco, e por isso não se encaixava em nenhum dos espaços, pois os negros o viam como branco, e os brancos o viam como negro. A esse fenômeno, o autor do texto oferece uma explicação:

Bem, isso é lá na África onde a extensão do vocábulo negro se mede unicamente pelo completo negror da pele e não também pela porcentagem de sangue negro que flui nas veias do mulato. Acho porém, que a não ser na África (talvez nem sempre também) o mulato é sempre considerado negro, porque fora de lá é o branco quem o julga e classifica. E para este – numa concepção quase generalizada – negro é todo indivíduo em cujas veias correm sangue de negro. (BARBOSA, 1948, p. 05)

É uma afirmação interessante, mas que precisa ser lida com cuidado. Tenhamos em mente que o local visitado por Langston Hugues na África era território colonial – isso é indicado no texto, sem revelar qual o país, mas é

informado que se trata de uma colônia britânica –. Se trata de uma concepção sociológica que tem suas bases coloniais. Os Estados Unidos, como potência imperialista, já é visto como colonialista, e é de conhecimento geral que a identificação de raça lá se dá pela descendência, não pela aparência. Nesse caso, como citado pelo autor, nos Estados Unidos, o branco que tem uma fração de sangue negro é socialmente um negro, ao contrário de outras culturas, onde essa classificação se dá pela coloração da pele. Assim, como Fanon nos fala do negro que, por ser natural da América, é socialmente mais branco que o africano, o negro que tem sangue e cor mais próxima da do colonizador, é socialmente menos negro que o preto africano, contudo não é branco o suficiente para ser aceito entre os colonizadores.

O autor segue, então, afirmando que essa cultura da hierarquização com base na tonalidade de cor já havia chegado ao Brasil, e faz uma crítica veemente ao que ele chama de *mulatismo*, que seria a preferência pelo mulato – ou o negro menos negro – em relação ao negro. Para Barbosa, estaria acontecendo um apagamento da população negra através da exaltação do mulato:

Ontem fui ao cinema e tive a oportunidade de assistir ao desfile de algumas das mulatas que tomaram parte no concurso intitulado “A Mais Bela Mulata Carioca”, que teve lugar no Rio de Janeiro há alguns meses. Não existe a menor dúvida de que fora um espetáculo atraente à vista. Afinal de contas, é bem agradável ver uma linda mulata sorrindo e gingando com maliciosa gaifonice... Mas quando o locutor disse: “O Teatro Negro Experimental do Rio de Janeiro está de parabéns, etc.”, senti-me perpassado de algum descontentamento. Não por querer desmerecer as mulatas que vi. Não. Eram dignas de todo aplauso. Eram de impor respeito. Foi unicamente porque achei que no fundo daquela beleza estava a pretensão de elevar a mulata e deixar a “pretinha” no esquecimento. (BARBOSA, 1948, p. 05)

Defendendo que beleza “não é privilégio de raça”, o autor levanta que não existiria motivo para não ter mulheres pretas junto às mulatas no concurso, pois, grosso modo, seriam todas negras. Assim, para ele, um concurso intitulado “A Mais Bela Negra Carioca”, agregando todas, seria muito mais cabível. Entende-se a revolta do autor, constatando que essa separação reforça o racismo na medida em que separa uma categoria de negros menos negros como sendo a mais bonita, a ideal, reforçando, assim, o apagamento da negritude. Dessa forma, compreendemos que essa manifestação em defesa da beleza independente da cor reforça uma

busca decolonial do jornal, na medida em que joga contra a ideia do ideal de branqueamento como visualizado em *A redenção de Cam*.

Encerraremos essa etapa citando uma das passagens mais anticolonialistas encontradas no *A Alvorada* no período pesquisado. Trata-se de um curto texto anedótico publicado na edição de 5 de maio de 1947, intitulado Motivo de descrença:

#### MOTIVO DE DESCRENÇA

Em certa localidade da Índia um missionário lutava com um nativo para convertê-lo ao Cristianismo. Mas os seus esforços não pareciam surtir o desejado efeito.

- Não sejas cabeçudo - insistia o missionário, já cansado - Não gostarás de ir para o céu quando morreres?

E o homezinho, indiferente meneava a cabeça:

- Não acredito que o céu seja lá grande coisa! Se fosse, os ingleses já estariam todos lá explorando os outros em proveito do Império Britânico.  
(A ALVORADA, 05/05/1947, p. 13)

Por mais que pareça, à primeira vista, uma simples piada publicada em um jornal, temos que levar alguns pontos em consideração: a) para que a piada tenha graça é necessário que o leitor ao menos conheça o fato de a Inglaterra conquistar colônias; b) os editores certamente conhecem o caráter imperialista da Inglaterra, e supunham que ao menos uma parte dos seus leitores conheceriam, caso contrário não faria sentido veicular esta publicação. O jornal não nos fornece identificação do autor desta piada, nem indicação de quem escolheu publicá-la, porém, repetindo o jargão de que nada que está em um jornal o está por acaso, entendemos essa piada como uma forte manifestação anticolonialista mesmo que involuntária, pois aquele que entende muito pouco do assunto para conhecer as raízes do colonialismo e seu papel na disseminação do racismo e no subdesenvolvimento das nações colonizadas, ainda pode entender o suficiente para ver graça na piada.

## **3.2 Identidade de classe e operariado negro através do *A Alvorada***

### **3.2.1 O jornal *A Alvorada* e sua posição na luta de classes**

A partir daqui, estaremos pensando o *A Alvorada* também dentro do espectro da identidade de classe e do movimento operário. Esta questão aparece fortemente



nas edições do período estudado, contudo vemos a necessidade de, juntamente da descrição e análise do posicionamento do jornal sobre esses temas, esclarecermos o que entendemos destes conceitos e com que base faremos essa análise.

Primeiramente entendamos que, no período pós 1945, no qual concentramos nosso estudo, o Estado Novo havia chegado ao fim. O Estado Novo representou um momento de grandes mudanças para a classe trabalhadora, tanto positivas, considerando as conquistas dos trabalhadores – como a CLT –, quanto negativas, considerando, por exemplo, o encurralamento dos sindicatos. No período imediatamente após a queda de Vargas, essa parte negativa ainda não havia mudado muito, pois o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) se utilizou da concentração de poder que ainda estava nas mãos do presidente antes da constituição de 1946 para impor severos limites ao direito de organização dos trabalhadores, havendo “prática de violências e arbitrariedades contra lideranças, a intervenção nos sindicatos, a proibição de greves, paralisações, comícios e manifestações” (LUCA, 2016, p. 482).

Considerando isso, é pertinente destacar que o jornal *A Alvorada* tinha a postura de apoio à organização dos trabalhadores em sindicatos, considerando uma forma de luta coletiva pelos direitos de cada profissão. É o que nos deixa claro, por exemplo, um texto no qual o autor, que se apresenta como “Observador” questiona o motivo de os trabalhadores do ramo do entretenimento de Pelotas ainda não terem se unido em um sindicato, e os incentiva a fazê-lo:

Pelotas, contando com grande número de músicos, cantores e trabalhadores no rádio, já devia ter fundado o seu sindicato de classe, o que daria organização eficiente aos seus sindicalizados, sendo, portanto, o seu verdadeiro advogado em todas as circunstâncias.

A fundação desse sindicato, filiado ao existente no Rio e Porto Alegre e talvez em outras localidades do país, muito cooperaria para o bem estar da laboriosa classe musical, principalmente sendo de fundo beneficente.

Cada associado munido da sua carteira de identidade tem ampla liberdade em qualquer casa de diversões – música, canto, rádio- teatro, etc. – sem gasto de espécie alguma e, mais ainda, quando em viagem, é sempre amparado aonde aportar, pelo sindicato da classe existente na localidade, que dessa forma proporcionará ao associado em vilegiatura, todos os meios de conforto, evitando que aconteça o que tem acontecido a muitos músicos e cantores se verem em situações embaraçosas, apelando para benefícios e outros meios humilhantes de amparo.

Em Pelotas, os que se dedicam á música, ao canto e ao rádio devem organizar-se em sindicato, procurando, assim, o seu amparo no futuro, auxílio que será garantido por intermédio dessa entidade de classe, que terá autoridade para intervir com segurança sôbre todo e qualquer assunto relacionado com os seus associados. (A ALVORADA, 14/03/1953, p. 01)

Este tipo de declaração demonstra a crença que o jornal tinha a respeito da função dos sindicatos na defesa dos trabalhadores. Mostra que não apenas acreditavam no papel do sindicato como órgão de lutas por direitos, mas também incentivavam essa atividade e cobravam que fosse cumprida. Outra manifestação do jornal que nos mostra isso é um texto de 19 de abril de 1947, sem autor declarado, intitulado *Os abonos e os sindicatos de classe*. Nesse texto, é explicado que, diante da situação extrema na qual viviam os trabalhadores pelotenses, convivendo com aumentos progressivos do custo de vida que não eram acompanhados pelos salários, empresas da cidade optaram por conceder um abono aos funcionários. Contudo, esse abono não era permanente, e quanto a isso, o jornal questiona:

Se o patrão reconhece que o seu empregado deve ganhar mais 100 ou 200 cruzeiros por mês, porque razão não inclui no seu ordenado esses cruzeiros ?

Que interesse tem o empregador em prejudicar o seu auxiliar no futuro?

É isso espírito de esperteza ou má vontade ?

Não sabemos, mas o certo é que existe erro nesse assunto que precisamos corrigir enquanto é tempo, para evitar démarches, amanhã. (A ALVORADA, 19/04/1947, p. 01)

Se a preocupação com essa incerteza sobre os salários dos trabalhadores é explícita, a cobrança por uma posição dos sindicatos é ainda mais, no que o texto segue:

Cabe, pois, aos sindicatos de classe, estudar a questão e entender-se com os empregadores no sentido de que o abono seja adicionado ao ordenado e oficializado, terminando, assim, essa dúvida que paira no ar, lançando o inqueitação no seio dos trabalhadores.

Aos sindicatos, pois endereçamos esta nossa sugestão, que vem ao encontro dos interesses dos seus associados, livrando-os, assim de maiores dissabores e questões morosas e que quasi sempre redundam em prejuízo das partes reclamantes.

Aqui fica, pois, o nosso ponto de vista, esperando a manifestação dos representantes dos nossos sindicatos. (A ALVORADA, 19/04/1947, p. 01)

Em outro texto, publicado em 10 de maio de 1947, Armando Vargas denuncia uma situação que presenciou, e que caracterizou como “lastimável”. Conforme conta no texto, Vargas observou operários de fábricas da cidade fazendo suas refeições na rua, sem qualquer estrutura fornecida pelos empregadores para que os empregados pudessem desfrutar dignamente do seu intervalo de almoço. O autor afirma que presenciou os trabalhadores sem qualquer conforto, tendo “como varanda o meio da rua, e como mesa e cadeira a relva”, vulneráveis ao pó que levantava da rua a cada vez que passava um carro e às ações do tempo, visto que o

inverno estava se aproximando. Demonstrando a sua solidariedade com a situação, Vargas afirma que a culpa recai meio a meio entre patrões, que deviam prover um mínimo de dignidade para os trabalhadores em seus intervalos, e empregados, que deveriam cobrar essas providências, coisa que se faria através dos sindicatos:

Nesse sentido deviam os sindicatos de classe agir junto a quem de direito, para evitar que seus associados vivam uma vida de verdadeiros abandonados.

[...]

A instalação, nesses estabelecimentos, de uma sala para refeição dos seus operários, é questão que se torna de urgente necessidade.

Será o único meio de se evitar semelhantes espetáculos em plena rua.

Aos sindicatos cabe sindicar e saber mesmo, como vivem os seus associados, pois isto compete-lhes obrigatoriamente, uma vez que todos pagam e estão sujeitos a todas as prerrogativas das leis. (A ALVORADA, 10/05/1947, p. 01)

Considerando a origem dos sindicatos como uniões de operários na busca por melhorias nas condições de trabalho, não é de surpreender que o jornal tome essa posição, visto seu claro viés trabalhista. Lembremos que, no Governo Provisório, Getúlio Vargas impôs severas restrições à autonomia dos sindicatos, exigiu uma série de critérios para a sua oficialização e submeteu-os à aprovação do Ministério do Trabalho, Comércio e Indústria<sup>17</sup>. Ou seja, o governo federal, durante e após o Estado Novo, manteve sério controle sobre as atividades reivindicatórias dos trabalhadores, por isso nos é curiosa a admiração que os redatores do *A Alvorada* tenham nutrido pelo presidente Vargas, o que fica explícito no texto de luto pela sua morte, publicado na capa da edição de 28 de agosto de 1954, onde é referido como “ilustre riograndense”, “o maior estadista dos últimos tempos”, e “extraordinário homem público”, e é exaltada a “esmagadora maioria de votos” que o levou de volta ao poder em 1951 e que demonstrava a “gratidão do povo e principalmente das classes operárias, agradecidas pelos relevantes benefícios prestados aos humildes trabalhadores brasileiros”, finalizando o texto com o trecho abaixo:

Diante do dramático e doloroso falecimento do grande brasileiro, que durante vinte anos dirigiu os destinos do maior país da América do Sul, o Brasil guardará no coração de todos os filhos agradecidos, uma imperecível saudade, lembrando os seus feitos e as suas obras em prol do engrandecimento de todas as suas atividades.

Lastimando o lutuoso desaparecimento do ilustre presidente d República, aqui deixamos o nosso sentir a todos os brasileiros, sem côres partidárias e nem políticas, por tratar-se de um filho das plagas

---

<sup>17</sup> BRASIL. Decreto nº 19.770, de 19 de Março de 1931. Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências.

riograndenses, que se revelou o maior estadista sul-americano e o maior amigo dos trabalhadores.

Ao país e a exma. família do ilustre extinto, aqui deixamos os nossos pezames. (A ALVORADA, 28/08/1954, p. 01)

É inegável que a conquista de direitos trabalhistas com a CLT foi fortemente atribuída à benevolência de Vargas, que teve a sua imagem fortemente associada – e propagandeada – à alcunha de “pai dos pobres”. Por isso, apesar de curiosa, essa admiração de Getúlio Vargas por um veículo que se dedicava à defesa da classe trabalhadora não é necessariamente estranha, mas sim reflexo do sentimento da época. Essa admiração é reforçada quando, ao analisar a impressão de 05 de maio de 1952, encontramos um breve texto comemorativo ao aniversário do então presidente, no qual o mesmo é referido como “ídolo do povo trabalhador do Brasil, cujas esperanças de melhores dias estão voltadas para o maior estadista da América do Sul”.

Evidentemente, sabemos que o editorial do *A Alvorada* era composto por diversos personagens, com linhas de pensamento variadas, uns mais radicalmente voltados à classe trabalhadora do que outros, menos radicais. Todavia, como já comentamos em outros momentos deste trabalho, devemos considerar o jornal como um veículo de informação, portanto consideramos que nada que é escrito em suas páginas ali está pelo simples acaso, especialmente no caso do *A Alvorada*. Desse modo, consideramos que, mesmo que essa opinião não fosse unânime entre os redatores – não podemos afirmar isso com certeza, pois não conheceremos os debates interno do periódico que definiam o que seria publicado –, a presença desse texto no jornal expressa uma opinião institucional, que foi considerada relevante o suficiente para ser exposta ao seu público alvo. Ou seja, caso algum membro mais radicalmente opositor a Vargas, ou mais crítico das políticas sobre os sindicatos, tenha se oposto à publicação de tamanha exaltação à figura do presidente e ex-ditador, sua opinião não foi suficientemente forte para impedir a publicação, nem houve publicação posterior debatendo os elogios. Poderíamos levantar a possibilidade de censura, caso tal enaltecimento tivesse sido publicado ainda durante o Estado Novo, o que não foi o caso.

O respeito e admiração pela figura de Vargas faz mais sentido quando voltamos à questão do mito da democracia racial, o qual, como já vimos, em mais de um momento os organizadores do periódico demonstraram acreditar. Tal teoria foi

muito difundida durante o Estado Novo, como parte da tentativa de Vargas em passar a imagem de um país sem diferenciações entre raças, criando de alguma forma uma identidade genuinamente brasileira.

Ainda assim, textos de cunho trabalhista se tornaram frequentes no *A Alvorada* com o passar dos anos, adquirindo, em dados momentos, uma radicalidade que demonstrava um viés não apenas trabalhista, mas socialista, por parte de alguns autores. Em alguns textos publicados entre as décadas de 1940 e 1950 fica explícita a questão da luta de classes. É o que mostra, por exemplo, um texto presente na primeira página da edição de 24 de abril de 1948, escrito por Hernani Gonzalez. Sob o título de *Críticas insensatas*, este redator fala da desigualdade de renda entre as classes operária e empresarial, e ataca as críticas que os trabalhadores sofrem por parte dos empregadores por aproveitarem parte do salário que considerariam baixo para lazer. A isso autor responde:

Para satisfazer os anseios retrógrados de alguns elementos da casta capitalista, o trabalhador teria que trabalhar muito, trabalhar sempre, e viver mais andrajoso, mais espoliado..

Acham, sempre exagerada e descabida qualquer reivindicação do proletariado. E, afirmam que na atual situação o operariado está *muito bem*, acrescentando que, *o empregado pretende a mesma vida e os mesmos direitos do patrão...*

Entretanto, nenhum desses ímpios argumentadores, seria capaz para trocar a sua posição de capitalista, pela posição «cômoda» do trabalhador. Essa é a verdade! (GONZALEZ, 24/04/1948, p. 01) (grifos do autor)

Não parando por aí, Gonzalez segue o texto explicitando as críticas que os trabalhadores recebem e como essas críticas seriam sinais da hipocrisia das classes dominantes. Ao dizer que “trabalhador teria que trabalhar muito, trabalhar sempre, e viver mais andrajoso, mais espoliado”, o autor se refere ao fato de os gastos com roupas melhores, as idas a cinemas, jogos de futebol, blocos carnavalescos, etc., serem criticados pelos empregadores na argumentação sobre os baixos salários, pois, para estes empregadores, na visão do autor, é como se o empregado devesse trocar qualquer momento de lazer por mais trabalho, e que gastos com qualquer coisa que não fosse básica para a sobrevivência já anulariam as reclamações sobre baixos salários, pois isso significaria que o operário é que não saberia administrar seu dinheiro. Quanto a isso, o autor responde expondo não apenas fraqueza do argumento, como também a hipocrisia desses críticos:

Somam, medem e mencionam aqueles dois ou três cruzeiros que foram subtraídos de um salário incapaz, como se esse gasto extraordinário,

ou melhor extravagante, uma vê aproveitado, resolvesse o problema econômico do trabalhador.

Mas, não falam e não condenam, aqueles que tomam bebidas caríssimas, muitas delas, importadas de vários países; não falam dos senhores que gastam a esmo, em poucos instantes, mais do que a quantia que uma família modesta necessita para cobrir a despesa total de um mês. (GONZALEZ, 24/04/1948, p. 01)

Durante o contexto que focamos o estudo nesta pesquisa, a primeira edição de todo mês de maio do *A Alvorada*, via de regra, continha duas mensagens na capa: uma em comemoração ao aniversário do periódico, e outra celebrando o primeiro de maio com um texto de temática trabalhista. Na edição de 5 de maio de 1947, há um texto escrito por Mozart Russomano<sup>18</sup> intitulada *Mensagem aos trabalhadores*. Este autor afirma que existem, fortes necessidades ainda a serem supridas para os trabalhadores, mas reforça que estes também têm deveres a cumprir com seus empregadores, de forma que, havendo cooperação e cumprimento dos deveres das duas partes, seria possível que a classe trabalhadora atingisse os seus objetivos. Mesmo assim, o autor reforça, em tom de defesa dos trabalhadores:

Mas enquanto não chega essa situação utópica de equilíbrio, resta aos trabalhadores, em oposição aos capitalistas que não acompanham o ritmo do progresso, a conquista de uma união de pensamento, de atividade e de fins. Não ha dúvida de que o trabalhador é, economicamente, o ser mais fraco da sociedade normal. É repetir-se, então, a velha parábola «A união faz a fôrça».

Si o operariado se unir em tórno de si mesmo, si fôr intransigente na defesa dos seus direitos e respeitador dos direitos patronais e de terceiros, êle haverá de conquistar aquilo que êle almeja e aquilo que nós lhe almejamos. (RUSSOMANO, 05/05/1947, p. 01)

Por óbvio, este autor não traz a opinião de um comunista que crê na revolução do proletariado e abolição da propriedade privada dos meios de produção, pois, em seu texto, deixa explícita a via dos acordos entre patrão e empregado, na medida em que as duas partes cumpram os seus compromissos. Contudo, a defesa da organização do operariado contra as intransigências dos “capitalistas que não acompanham o ritmo do progresso” através da “união de pensamento, de atividade e de fins” demonstra o viés do autor e a sua crença na questão de classes. Como temos dito até aqui, não consideramos esta como a opinião estrita do jornal enquanto entidade, porém a sua veiculação indica ao menos um grau de

---

<sup>18</sup> Mozart Victor Russomano foi um conhecido jurista pelotense, membro proeminente do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª região, chegando a ser ministro do Tribunal Superior do Trabalho, do qual foi presidente entre 1972 e 1974. No momento da publicação deste texto, era Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Pelotas, cargo que ocupou de 1945 a 1959.

concordância, ou o entendimento de que este texto expunha uma opinião que fosse saudável em um possível debate.

Contudo, por vezes o texto do 1º de maio adquiria um caráter mais histórico e teórico, especialmente quando escrito por Rodolfo Xavier, pois este articulista, pedreiro por profissão, tinha por costume demonstrar sua simpatia pelas ideias socialistas e a profundidade das suas reflexões. Na impressão de 05 de maio de 1955, há na capa um texto escrito por este autor, intitulado justamente *1º de maio*, no qual é feito um breve histórico da relação entre a luta de classes e as conquistas de direitos pelos trabalhadores. Um ponto interessante deste texto é que o autor justamente fala da evolução dos direitos trabalhistas como conquista das lutas coletivas, e não como concessão benevolente das classes dominantes. Isso fica claro na primeira metade do texto:

Com o manifesto de Carl Marx e Angels em 1848 cujas tendências revolucionárias são de combate ao capitalismo, cria-se a luta de classes em memoráveis congressos debatendo-se anarquistas pelas reivindicações dos trabalhadores.

A Igreja, pela Encíclica Renum Novarum do Papa Leão XIII, procura solucionar as lutas entre o Trabalho e o Capital organizando sindicatos dentro de preceitos religiosos, obedecendo a um espírito de conciliação e de caridade da parte dos ricos para com os pobres.

Contudo, as lutas intensificam-se a proporção que as classes Trabalhadoras vão compreendendo as causas e efeitos das explorações do Capital sobre o Trabalho auferindo todas as vantagens e lucros enquanto a miséria aumenta e invade os lares da pobreza, cada vez mais necessitados.

São as greves, a principal arma dessas lutas, muitas vezes sufocadas em sangue, ou quando não prisões e desterros.

Surgem atentados terroristas contra ministros e chefes de Estado, e por ocasião dos dias 1.º de Maio os governos põem tropas em prontidão, a polícia em vigilância com receios de revoltas ou de revoluções, abatendo as Bastilhas do poder sacrificando os povos.

Após a primeira conflagração mundial, isto é depois da Revolução Russa, que os governos se aperceberam do perigo que os rondam, indo, pouco a pouco, cedendo algumas reivindicações aos trabalhadores até então sonegadas pelo capitalismo.

Dentro da Liga das Nações criaram um órgão para atender, a gritar, dirimir questões entre o Trabalho e o Capital.

Desde então, os trabalhadores, por meio de suas entidades sindicais corporificadas em Confederações do Trabalho foram reclamando e obtendo algumas reivindicações, postas em leis por vários países.

Entre eles, o Brasil, depois da revolução de 30, no período da Ditadura ou do Estado Novo abrangendo uma época de instabilidade e de receios e desconfianças entre os povos, com o aparecimento do «facismo» e do «nazismo», da revolução hespanhola culminando na 2a. Guerra Mundial. (XAVIER, 05/05/1955, p. 13)

Além de nos reforçar o ponto de apoio à atividade sindical, este texto abre margem para discutirmos um outro assunto teórico envolvendo o corpo editorial. Trata-se do viés anticomunista demonstrado no jornal, inclusive demonstrando

posições mais simpáticas ao anarquismo, como fica implícito na segunda metade deste texto de Rodolfo Xavier, no quando o autor afirma que, na época das conquistas de direitos mais significativos, os sindicatos “eram de feição anárquico-sindicalistas que pleiteavam melhores condições de vida e de trabalho”, e que mais tarde teriam sofrido com a infiltração de comunistas, o que teria motivado o poder público a intervir, “colocando a frente deles os «pelegos», praga de vivedores que não houve inseticidas que os exterminassem concorrendo para o desprestígio e o afastamento dos trabalhadores das sedes dos sindicatos”.

Uma opinião mais explícita sobre o assunto foi publicada na edição de 05 de maio de 1952, onde, na última página, foi impresso um texto intitulado *Comunismo e anarquismo*. Este texto traz justamente uma comparação entre os dois modelos, que se resume a uma crítica ao primeiro, reforçando a crença do autor no autoritarismo dos modelos comunistas, em defesa do segundo, como exemplificado no trecho abaixo:

O Estado [no comunismo] é quem dirige, administra, planta e colhe, enceleira, fabrica, forja, constroe, minéra, e distribue e o único possuidor de todas as riquezas e bens individuaes e coletivos.

É consciente, onipotente e ditador absoluto, governa, condena, fusila e desterra.

Se a primeira vista aparecem semelhanças entre comunismo e anarquismo, entretanto elas desaparecem a proporção que se as confrontem e se as examinem.

O anarquismo luta por uma humanidade mais esclarecida, na plenitude da paz e do bem estar livre de explorações e de ambições. Não dá ao Estado poderes ditatoriais usurpadores e escravizadores das massas operarias e da soberania dos povos.

Ambos desapropriam as terras, os bens e as riquezas particulares; o comunismo se apodera de tudo isto em nome do Estado e faz de tudo isto, sinecuras em proveito de minorias de autocratas.

O anarquismo, em nome das coletividades operarias e intelectuais, transforma-os em usufrutos indistintamente para todos. (A ALVORADA, 05/05/1952, p. 28)

Os movimentos sindicais estão historicamente relacionados ao anarquismo, inclusive no contexto brasileiro e também no regional, considerando que, na primeira metade do século XX, especialmente até a década de 1930, os anarquistas lideravam os movimentos operário e sindical em Pelotas<sup>19</sup>. Beatriz Loner (1999) destaca que na primeira metade do século XX, Pelotas contava com um dos

<sup>19</sup> Ver LONER, Beatriz Ana. O IV Congresso Operário Gaúcho e o caso do movimento anarquista no Rio Grande do Sul. **Patrimônio e Memória**. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.7, n.2, p. 176-203, dez. 2011; e CORRÊA, Anderson Romário Pereira. Sindicalismo revolucionário e anarco-sindicalismo: um estudo dos Congressos Operários no Rio Grande do Sul (1898 – 1928). **Estudios Históricos** - Año VIII - Diciembre 2016 - Nº 17 – ISSN: 1688 – 5317. Uruguay.



movimentos operários mais fortes do Rio Grande do Sul, ao lado de Rio Grande e superando Porto Alegre. Ainda, esta autora afirma que “o período áureo do movimento operário pelotense ocorreu durante a hegemonia das ideias anarquistas, particularmente na segunda década do século XX” (LONER, 1999, p. 229) e que a ideologia anarquista teve papel chave na criação de sindicatos e na formação da classe operária, definitivamente ajudando na sua organização. Portanto, faz sentido que uma instituição que defende abertamente o movimento sindical posicione-se de forma mais simpática ao anarquismo, mesmo que não de forma revolucionária, pois o *A Alvorada* sempre pregou o progresso pelos meios pacíficos e reformistas. Além do mais, Corrêa (2016, p. 03) destaca que as correntes políticas atingiam de forma muito variada os movimentos dos trabalhadores. Assim, era comum que as lideranças operárias do Rio Grande do Sul, tanto da capital, quanto do interior do estado, mesmo que demonstrassem afinidade ideológica com anarquismo ou socialismo, cressem nas “melhorias para a classe dentro do sistema econômico vigente”.

Esse texto é assinado pelo “Observador”, pseudônimo do qual não temos indícios sobre quem realmente estaria por trás. Contudo, como viemos reforçando continuamente ao longo deste trabalho, a simples presença deste texto em uma edição do jornal – especialmente na edição de 5 de maio, que, em geral, eram edições comemorativas – mostra se não a concordância, a aceitação do corpo editorial de opiniões deste viés, ao menos entendendo como argumentos de um debate aceitável dentro de seu espectro e limites ideológicos. Aliás, debates públicos aconteciam no jornal, e um debate particularmente interessante envolveu uma discordância entre os articulistas Hernani Gonzalez e Rodolfo Xavier a respeito da questão dos imigrantes.

Na capa da edição de 06 de agosto de 1949, há um texto escrito por Xavier sob o título de *Colonização*. Nessa publicação, o autor defende a imigração europeia no Brasil, em resposta a uma discussão iniciada por Hernani Gonzalez em um texto publicado dois meses antes, sob o título *A imigração e o problema agrário*. Gonzalez, grosso modo, defende que a ideia de que imigração é prejudicial, pois institui um pensamento de que o operariado brasileiro, o trabalhador do campo, é insuficientemente competente, demandando a vinda de trabalhadores estrangeiros. Com isso, este autor expõe o pensamento de que as autoridades governamentais

deveriam focar menos em trazer imigrantes e mais em usar essa verba destinada aos imigrantes no engrandecimento do próprio povo<sup>20</sup>. Não apenas isso, este autor aqui expressa sua defesa das demandas da classe trabalhadora, tanto fabril quanto rural. Gonzalez primeiramente defende o aumento de salários, pois, segundo o próprio, dentro de determinados meios, a alta da inflação estava sendo causada pelo aumento de salários, o que o autor rebate dizendo o contrário, que o aumento contínuo do custo de vida é que estava causando a necessidade de aumentos de salários, que raramente acompanhariam a progressão dos preços. Além disso, Gonzalez defende neste texto a execução de uma reforma agrária como um ponto chave para a solução de problemas político-sociais, independente da imigração.

Dois meses depois, Rodolfo Xavier publica uma resposta a este texto. Este articulista defende a vinda de imigrantes dando o exemplo do Canadá e da Argentina, países que, conforme diz no texto, aproveitam das “safras” boas de imigrantes, inclusive importando técnicos europeus para suas forças armadas. Ainda, Xavier demonstra preocupação em agilizar os processos de incentivo à imigração, com medo de que não sobrem esses técnicos para a indústria nacional:

Entravado como anda, a passos 'de boiadeiros, terá como corolário o aproveitamento de elementos indesejáveis quando todas as nações interessadas (até a própria Rússia com imigração forçada) tiverem se aproveitado de elementos mais compensadores. (XAVIER, 06/08/1949, p. 01)

O articulista segue o texto argumentando sobre os investimentos na indústria nacional. Xavier reconhece que a questão do investimento é uma preocupação, pois o desenvolvimento da indústria requer uma grande injeção de capital. Segundo este autor, o investimento deveria vir dos Estados Unidos:

Da mesma fonte donde tem saído e suprido, indistintamente, todas as partes do mundo inclusive a Rússia no período de Guerra – dos Estados Unidos.

Reconheço que o talentoso articulista embirra devéras com esses capitais...

Porém todo o mundo reconhece que esses capitais que entrarem no Brasil assim como por toda a América Latina, não se envolverão com a liberdade de pensamento, com a liberdade de opinião, com a liberdade de crenças espirituais de quem quer que seja.

O que seria de nós, brasileiros se além da negação de todas essas liberdades estivéssemos atados ao pelourinho de ideologias escravizadoras ?

Se falta-nos capitais, onde iremos buscá-los ? Na Rússia ? Na Europa bolchevista ? (XAVIER, 06/08/1949, p. 01)

---

<sup>20</sup> Ver A ALVORADA 21/05/1949, p. 01.

Lembremos que, em 1949, o mundo já vivia a Guerra Fria, e os Estados Unidos já viviam o período da segunda ameaça vermelha<sup>21</sup>. Ou seja, o contexto ideológico dominante no ocidente pesava contra a União Soviética e se somava ao anticomunismo que, como vimos, era uma característica do *A Alvorada*. Portanto, vê-se de onde o articulista se baseia para se referir à União Soviética – portanto ao comunismo – como fonte de “ideologias escravizadoras”. Entretanto, é evidente que Rodrigo Xavier não vê os Estados Unidos (país referido em vários momentos ao longo da trajetória do jornal pela pecha irônica de “país da democracia”) com inocência, quando escreve: “Não julgue, sr. Hernani Gonzales, ao apontarmos os capitais norte-americanos porque sejamos *amigos de imperialismos*, tanto faz da direita como da esquerda.” (XAVIER, 06/08/1949, p. 01). O autor deixa claro que existe receio em firmar dívidas tanto com os Estados Unidos, quanto com a União Soviética, mas que, em nome do desenvolvimento do país, o incentivo à imigração era um imperativo, e necessitava de investimentos para que a indústria nacional crescesse para comportar o contingente de trabalhadores. Esse investimento precisaria vir de fonte externa, já que não havia recurso interno para isso, e, dentro desse cenário, entre as maiores potências mundiais da época (todas imperialistas, na visão do articulista), o “país da democracia” seria o único viável, em contraponto com a “ideologia escravizadora” da União Soviética.

Uma resposta de Gonzalez vem na edição da semana seguinte, em 13 de agosto de 1949, em um texto que toma quase todo o espaço da primeira página, sob o título de *Imigração e capitalismo*. É um texto longo e que merece a nossa atenção, pois nele o articulista rebate ponto a ponto dos argumentos de Xavier. Gonzalez começa reiterando a sua preocupação com o que se chama de “má aplicação da verba”, se referindo aos recursos empregados nos incentivos à imigração, que, segundo o autor, seria mais justo que fossem direcionados às melhoras nas condições de vida e trabalho dos próprios brasileiros, antes dos estrangeiros. Para ele, isso é uma questão do ponto de vista da eficiência, pois a sua interrogação está em saber se se considera os trabalhadores estrangeiros superiores aos nacionais, “ou melhor, se o «nativo» é incapaz a construir a grandeza de sua própria Pátria”. Não apenas isso, o autor afirma que “Há, entretanto, os que defendem a infiltração

---

<sup>21</sup> Expressão que define o período de auge anticomunista nos Estados Unidos, em que o contexto político favorecia perseguições e violações de direitos civis, além de forte propaganda anticomunista.

imigratória, alegando ser o povo brasileiro de natureza indolente”. Isso se relaciona não apenas com a questão trabalhista, mas também com a questão colonialista, pois, como vimos anteriormente, a ideia de que o trabalho do colono europeu vale mais do que o trabalho do nativo, e de que o nativo precisa da presença do colonizador para ajuda-lo no desenvolvimento do país são pensamentos puramente colonialistas, nesse momento contestados por Hernani Gonzalez. Ele destaca que Rodolfo Xavier, em sua argumentação, buscou focar nas “utilidades da imigração”, porém reforça que o seu argumento contra a imigração não está na utilidade, mas sim na defesa de que os trabalhadores agrícolas brasileiros recebam as oportunidades e auxílios que os governantes pretendiam dar aos camponeses estrangeiros, e em seguida rebate as afirmações de Xavier sobre o Canadá e a Argentina fazerem grande proveito da imigração:

A indagação está em saber qual o procedimento mais coerente, mais patriótico e mais satisfatório.

Encarando a realidade nacional e considerando que as precárias condições do nosso camponez é um problema que exige imediata solução, foi que optei no sentido de se dar preferencia aos brasileiros, colocando-se em segundo plano os imigrantes.

O caso do Canadá, apontado pelo ilustre amigo, não se pode adaptar ao Brasil. Si fossem invertidos os papéis, isto é, si a Light em vez de canadense fosse brasileira e arrancasse do Canadá, um lucro de 520 mil contos, (26 milhões de dólares) conforme o líder católico, sr. Francisco Mangabeira, denunciou em carta aberta ao sr. ministro Adroaldo Costa, talvez, necessitássemos de imigrantes.

Por outro lado, o ilustre articulista, aponta o exemplo da Argentina. Exemplo êsse falho porque o Gal. Peron tem recebido imigrantes cuidando ao mesmo tempo, de seus compatriotas. Tanto que termina de tributar uma verba destinada a repatriação dos argentinos imigrados. (GONZALEZ, 13/08/1949, p. 01)

Quanto à questão dos capitais estrangeiros para o investimento no crescimento da indústria nacional, Gonzalez também traz argumentos, expondo que a resposta de Rodolfo Xavier, segundo o qual essa ajuda deveria vir dos Estados Unidos, que supriu “indistintamente, todas as partes do mundo inclusive a Rússia no periodo de Guerra” (XAVIER, 06/08/1949, p. 01), não foi satisfatória. Segundo Hernani Gonzalez, o auxílio para a União Soviética foi uma exceção histórica proveniente dos Aliados e em caráter estritamente militar em um momento em que se unia forças contra a expansão nazista, e com esse capital este autor ainda não havia “embirrado”, como Xavier afirmara. Gonzalez apresenta uma firmeza muito forte no que acredita em relação ao capitalismo imperialista, e deixa isso claro na seguinte passagem do texto:

Combato, sr. Rodolfo Xavier, os capitais que no dizer de Adolfo Coelho formaram a «Internacional do dinheiro».

Combato sim, os capitais que, por exemplo, formam a rêde dos «trusts» petrolíferos, e que, tem causado a ruína de vários países da América Latina. A propósito, trago para melhor justificar, o depoimento insuspeito do sr. Odilon Braga, referindo-se a ação desenvolvida no México, por esses capitais :

- «Abusos inomináveis de uma policia privada, ostensiva ou clandestina ; *intolerável e persistente intervenção das empresas na politica nacional e até a custeio de rebeliões contra o governo constituido* ; (o grifo é meu) alimentação quase sem dissimulações do espírito de resistencia a medida que lhes prejudicavam os interesses; enriquecimento imoderado dos seus testas de ferro, advogados administrativos e espiões dispostos nos centros de deliberação oficial.»

Esses, sr. Rodolfo Xaveir, são os capitais imperialistas : capitais que não só exploram os povos, como também, envolvem-se na politica interna dos países onde penetram, atingindo consequente todas as liberdades. Isto quer dizer, fazendo perigar a «liberdade de pensamento, de opinião e de crenças espirituais».

Pois além do que se constata na parte grifada do que diz o sr. Odilon Braga, temos o caso da denúncia do sr. Arthur Bernardes em que deixou claro, a intervenção de um agente da Standard Oil, na redação de um ou mais artigos da ultima Carta Constitucional, o que é suficiente, para provar, que esses capitais não só exploram, como também, ameaçam as liberdades politicas. Por isso eu «embirro» e creio que o sr. Rodolfo, há-de «embirrar» também... (GONZALEZ, 13/08/1949, p. 01) (grifos do autor)

Gonzalez reforça a pergunta sobre de onde viria o capital, que chama de “capitais benévolos”, para a expansão da indústria brasileira comportando a imigração, já que, em sua visão também não estaria nos Estados Unidos e segue fazendo uma referência irônica a um texto anterior de Rodolfo Xavier, no qual o autor responsabilizava os “dólares americanos” por um caos na Europa, e que a corrida armamentista e preparo para a guerra protagonizados pelos Estados Unidos colocavam o mundo em uma zona de risco para uma terceira guerra mundial.

Não encontramos continuações dessa discussão nas edições seguintes, o que nos leva a crer que o debate público terminou aqui. Cabe destacarmos que, enquanto Rodolfo Xavier via na imigração uma oportunidade de crescimento da indústria nacional, Hernani Gonzalez se posicionava contra, antes por defesa dos trabalhadores nacionais do que por xenofobia. Ficou claro que, para o segundo, a busca do governo por imigrantes e o incentivo que esses receberiam configurariam uma injustiça para com os trabalhadores locais, especialmente os trabalhadores rurais, que não estariam recebendo qualquer tipo de amparo do Estado.

### 3.2.2. Classe operária, operariado negro e o local do *A Alvorada*

Considerando questões teóricas que durante muito tempo foram latentes dentro das análises de formação de classe, esse detalhe se mostra importante quando consideramos o trabalhador rural como membro da classe operária. Negro e Gomes (2006) retomam essa discussão quando questionam o significado de classe social e alegam a complexidade da história da classe trabalhadora que, quando restrita ao sentido que reduz a classe trabalhadora ao operário fabril, cria uma simplificação que não dá conta do tamanho da tarefa de análise. “Em outras palavras, aqueles fenômenos coletivos que não são urbanos, industriais, nem galvanizados por multidões sindicalizadas, podem ser perfeitamente fenômenos da história operária” (NEGRO; GOMES, 2006, p. 223). Sobre a classe, E. P. Thompson nos diz:

Não vejo a classe como uma estrutura, nem mesmo como uma categoria, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas.

[...] A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra os outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. (THOMPSON, 2019, pp 9-10)

A formação da classe se dá através da identificação coletiva dos sujeitos. Justamente por esse caráter “orgânico” da formação da classe, como algo que acontece naturalmente conforme os trabalhadores se percebam como partes em desvantagem nas relações de trabalho, é que podemos enxergar o jornal e seus redatores como partícipes dessa identidade, à medida que abrem provocações desse tipo, expondo a luta de classes aos elementos em desvantagem no processo, inclusive estendendo essas identificações aos trabalhadores do campo, como foi o caso das argumentações de Hernani Gonzalez a respeito da injustiça que a imigração representaria aos trabalhadores rurais. Contudo, devemos considerar que a avaliação de Thompson não é universalmente aceita, conforme sintetiza Perry Anderson sobre as críticas a *A formação da classe operária inglesa*:

De modo geral, o que a omissão simboliza é a ausência, em *A formação da classe operária inglesa*, de qualquer tratamento real de todo o processo histórico, por meio do qual grupos heterogêneos de artesãos, pequenos proprietários, trabalhadores agrícolas, trabalhadores domésticos e pobres ocasionais fossem gradualmente reunidos, distribuídos e reduzidos à condição de trabalho subsumido ao capital, primeiramente na dependência

formal do contrato de trabalho e, por fim, na dependência real da integração aos meios de produção mecanizados. (ANDERSON, 2018, p. 45)

A omissão à qual Anderson se refere se trata ausência de estimativas das dimensões da classe operária inglesa ou de sua proporção em relação ao total da população, o que este autor considera uma lacuna espantosa, tendo Thompson fornecido apenas “uma ou duas estimativas numéricas de categorias ocupacionais específicas” (ANDERSON, 2018, p. 45). Anderson faz uma análise bastante crítica a respeito d’*A formação da classe operária inglesa*, na qual não nos prolongaremos neste trabalho, pois nos deteremos no objetivo de situar o *A Alvorada* na conceituação de classe e identidade.

Diferentemente de Thompson, que entendia a classe como uma identidade coletiva, “definida pelos homens enquanto vivem sua própria história” (THOMPSON, 2019, p. 12) e, portanto, uma consciência coletiva e independente entre os trabalhadores, Lênin traz outra definição, na qual a formação da classe depende de fatores externos aos trabalhadores. Para Lenin:

A consciência política de classe pode ser levada ao operário *somente a partir de fora*, ou seja, de fora da luta econômica, de fora da esfera das relações entre operários e patrões. O único campo em que se pode obter esse conhecimento é no campo das inter-relações de *todas* as classes e camadas com o Estado e o governo, no campo das inter-relações entre *todas* as classes. (LÊNIN, 2020, p. 95) (grifos do autor)

O revolucionário russo afirma que a função do militante que deseja despertar o conhecimento político do operário é rigorosamente ir ao operário, justamente porque este dependeria da interferência externa para se entender dentro da luta de classes. Assim, para Lênin, o militante ideal seria aquele que se aproxima mais do perfil de um sindicalista do que o do perfil de um dirigente socialista, pois o contato direto com o trabalhador e o intermédio nas suas reivindicações e organizações contribuiriam melhor no despertar da consciência de classe do operário e da sua identificação.

Thompson acreditava em uma consciência de classe que se formava além das relações de trabalho, “pois estou convencido de que não podemos entender a classe a menos que a vejamos como uma formação social e cultural, surgindo de processos que só podem ser estudados quando eles mesmos operam durante um considerável período histórico” (THOMPSON, 2019, p. 13). Não excluindo as

relações de trabalho, consideremos que os trabalhadores de um mesmo centro urbano como era a Pelotas da primeira metade do século XX não apenas trabalhavam nas mesmas atividades, mas também frequentavam os mesmo clubes e bares, moravam nos mesmos bairros, liam os mesmos jornais e, no caso dos trabalhadores negros, passavam pelas mesmas situações na sociabilidade e no mercado de trabalho que não eram vivenciadas pelos trabalhadores brancos. Nesse sentido, cabe pensarmos na identidade de classe como uma identificação, ao mesmo tempo que econômica, cultural, e que é afetada pela questão racial.

No *A Alvorada*, ao longo do período que restringimos este estudo, existe, na prática, uma distinção entre os temas do racismo e do operariado. Os textos que versam sobre racismo, em geral não mencionam a temática trabalhista, e os textos destinados à temática trabalhista não mencionam a população negra ou os trabalhadores negros. O jornal aparentemente nunca separou trabalhadores dos trabalhadores negros, ou pelo menos nunca fez essa distinção nos seus textos. Essa distinção teórica também é um assunto a ser mencionado, pois a definição do conceito de classe pode ser universal, no sentido de encontrarmos a sua organização em todo o mundo capitalista, mas a sua identificação o é? Nos perguntamos isso porque, sendo o operário, em qualquer lugar do mundo, um operário, as condições do operariado não são as mesmas em todos os lugares. Ou seja, se Thompson faz a sua análise sobre a classe operária inglesa, seriam as condições do operariado inglês as mesmas do operariado indiano, por exemplo? Evidentemente que não. Conforme discutimos na etapa anterior, o trabalhador inglês, por mais que seja um operário, ou seja, alguém em completa desvantagem nas relações de trabalho na perspectiva da luta de classes, se reside e labuta na Índia, este trabalhador branco e europeu, cidadão da nação colonizadora, está em vantagem perante os trabalhadores indianos colonizados. Além disso, Lênin já nos indicou as diferenças salariais entre os trabalhadores da colônia e da metrópole, e Fanon também já nos alertou sobre a percepção do racismo que o colonizado adquire ao chegar na Europa, através mesmo de membros de sua própria classe. Em suma, o operariado, em qualquer lugar do mundo, sofre com a opressão de classe. Todavia, a opressão não é igualitária, havendo sobre uns o peso extra do racismo.



Considerando as relações raciais que discutimos anteriormente, é apropriado considerarmos o operariado sem destacar o operariado negro? Fazemos este questionamento levando em consideração as questões raciais latentes no período. Nesse caso, tratemos da questão do chamado “paradigma da ausência”, que grosso modo, se trata da desconsideração das questões de cor nas pesquisas sobre movimento operário<sup>22</sup>. Álvaro Nascimento<sup>23</sup> critica a historiografia trabalhista que não reconhece as particularidades da população operária negra, e afirma que as pesquisas que tratam da transição da escravidão para o trabalho assalariado sem considerar o fator de cor e o racismo acabam “embranquecendo” o debate. Este autor compara a ausência desse debate a uma reafirmação da história única, marcada pela superioridade dos imigrantes que se concentraram no Sul e no Sudeste após a abolição, e eram preferidos para o trabalho assalariado em relação aos negros. Essa ausência “impede-nos, ainda, a compreensão dos males provocados pelo racismo para a sobrevivência e ascensão socioeconômica da população negra e indígena do século XIX até os dias atuais.” (NASCIMENTO, 2016, p. 610). Trata-se também da ideia generalizada de que o movimento operário teria se originado a partir dos imigrantes, considerando a influência dos anarquistas que estavam especialmente entre os imigrantes italianos, e desconsiderando a consciência de classe entre os trabalhadores brasileiros, especialmente os negros. Sidney Chalhoub se refere a esse fenômeno decorrente do “paradigma da ausência” de “Muro de Berlim historiográfico”, definindo a noção de uma separação marcante entre a historiografia da escravidão e a historiografia do movimento operário. Segundo Chalhoub, existe a necessidade de diálogo entre os pesquisadores dessas duas áreas, que via de regra são entendidas como totalmente desconexas. Gomes e Negro<sup>24</sup> corroboram a visão de Chalhoub sobre a organização dos escravizados, conscientes de sua situação. “Tal percepção acurada, avaliou [Chalhoub], era informada por sua própria linguagem social, produto no caso de uma cultura de classe” (NEGRO; GOMES, 2006, p. 218). Ora, se “a história de toda a sociedade até

---

<sup>22</sup> Lembramos que esse debate tem evoluído desde os questionamentos iniciais de Chalhoub e Nascimento. Contudo, optamos por trazer essa discussão nesse momento devido ao fato de o jornal *A Alvorada* manter em todas as suas publicações uma separação entre as questões de cor e classe, demonstrando na prática da época o questionamento levantado por pesquisadores no século XXI.

<sup>23</sup> Ver NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**. V. 29, n. 59, Rio de Janeiro, 2016.

<sup>24</sup> NEGRO, Antonio Luigi e GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas uma história social do trabalho. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 18, n. 1, junho de 2006.

hoje tem sido a história da luta de classes. / Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e artífice, em suma, opressores e oprimidos [...]” (MARX; ENGELS, 2015, p. 62), e os escravizados se entendiam como um conjunto em contraponto aos senhores – o que percebemos através dos movimentos de resistência –, ou seja, como uma classe, não há razão para considera-los fora do movimento operário, ao menos que se reduza o operário ao funcionário fabril assalariado, o que não é o caso. Dessa forma, considera-se os escravizados como os precursores da classe trabalhadora brasileira, antes dos imigrantes anarquistas.

Assim, reiteramos a necessidade de pensar no recorte de cor dentro do movimento operário, principalmente considerando a conjuntura de Pelotas, cidade com antiga tradição escravista e largo contingente de trabalhadores negros no pós-abolição. Pelotas não teve um movimento de trabalhadores negros, mas sim um movimento negro e um movimento trabalhista, no qual os negros participavam e já foram protagonistas, e isso se reflete no *A Alvorada*, que também faz essa separação, tendo uma espécie de “Muro de Berlim interno”. A diferença, como percebemos, está nas razões dessa separação. Enquanto a historiografia “embranquece” o debate trabalhista ao omitir os recortes de cor, o jornal estudado, enquanto instituição, demonstra crer na democracia racial, e em um racismo que terminaria quando a população negra atingisse certos objetivos.

O jornal demonstrava posição e identificação nos dois movimentos – operário e negro – e expunha a sua identificação com as partes oprimidas nos processos – negros nas situações de racismo e operários nas situações da luta de classes – servindo como veículo de informação, denúncias, debates e organização. Em *O que fazer?*, Lênin descreve o que chama de “tribuno do povo” dessa forma:

*o tribuno do povo* que saiba reagir contra toda manifestação de arbitrariedade e de opressão, onde quer que se produza e qualquer que seja a camada ou a classe social atingida, que sabe sintetizar todos esses fatos para traçar um quadro de conjunto da brutalidade policial e da exploração capitalista, que sabe aproveitar cada detalhe para expor *perante todos* suas convicções socialistas e suas reivindicações democráticas, para explicar *a todos* e a cada um o alcance histórico-mundial da luta emancipadora do proletariado. (LÊNIN, 2020, p. 97) (grifos do autor)

Juntando o que analisamos até aqui, esse parece ser um papel cumprido pelo jornal e seus redatores, buscando denunciar situações de opressão de classe e de

raça. Mesmo considerando o pensamento da democracia racial e da “emancipação dos negros pelos próprios negros”, devemos destacar o fato de que o jornal, mesmo chamando a atenção para comportamentos “incivilizados” que, no seu ponto de vista, prejudicaria a imagem da população negra, o jornal nunca justificou casos de racismo. A mesma coisa se aplica aos operários, pois mesmo exaltando a ideia de “cada um cumprir com o seu dever, patrões e empregados”, os articulistas nunca buscaram justificar os casos de desigualdade e opressão de classe, servindo como um veículo de exposição das ideias que, inevitavelmente cumpriria o papel de agregador de classe ao atingir seus leitores.

Assim, consideramos o operariado negro não como um movimento à parte do movimento operário, mas como um recorte dentro deste que deve ser considerado devido às particularidades da população que, logo que saiu da escravidão, se viu obrigada a disputar o mercado de trabalho com operários brancos (estrangeiros e nacionais), contra os quais o racismo remanescente da ideologia colonial a deixava em desvantagem, como nos lembrou Clóvis Moura (2019, p. 31): “o negro é o último a ser contratado e o primeiro a ser demitido.” E esse é o momento onde os dois nortes teóricos deste trabalho se conectam, pois a aplicação do conceito de colonialismo – ou melhor, da ideologia colonialista – à análise da realidade histórica brasileira nos atesta a necessidade de fazer esse recorte.

Ainda pensando em recortes particulares do movimento trabalhista notados no jornal, cabe destacarmos o operariado feminino. Dentro do período no qual essa pesquisa se circunscreve, notamos que as referências ao trabalho feminino são poucas. Todavia, são elementos textuais bastante singulares que merecem comentários. Na capa da edição de 18 de outubro de 1947, encontramos mais um texto de Hernani Gonzalez, sob o título de *A mulher, a moda e o primitivismo*. O texto é aberto com a frase “O excessivo rigor em trajar a moda sempre foi a preocupação mestra das mulheres”, e basicamente expõe críticas do autor às vestimentas femininas, destacando o encurtamento progressivo das saias através dos séculos e a obsessão “sobrenatural” das mulheres por casacos de pele, que Gonzalez atribui a um sentimento primitivista ao lembrar que o ser humano descende de “uma determinada espécie extinta, de macaco”, o que explicaria a compulsão por portarem uma vestimenta “peluginosa”. Mas o que nos chamou mais a atenção neste texto foi o trecho final, que segue abaixo:

Algumas, aquelas mais desprotegidas de meios, chegam ao ponto de agirem com um certo desprendimento digno de admiração.

Pois, da classe média, não são poucas as que se jogam para dentro de escritórios, lojas, fábricas ou repartições públicas, para arrecadarem uma verba destinada a aquisição de vestidos, sapatos, pinturas e outras extravagâncias semelhantes a esta última.

E muitas vezes, um lugar que podia ser aproveitado por um chefe de família sem emprego ou por um outro chefe de remuneração inferior, está ocupado por uma notista desnecessitada.

Fóra isto, não são poucas as que em busca do luxo, tem sacrificado a própria honra... (GONZALEZ, 18/10/1947, p. 01)

De cara, já se nota o caráter explicitamente machista da publicação. Para além disso, percebemos algumas camadas a serem analisadas nessas últimas afirmações de Hernani Gonzalez. Inicialmente, é curioso o fato de o articulista associar a busca de emprego ao objetivo único de usar o salário na compra de roupas. Em segundo plano, é ainda mais curiosa a associação desse hábito de trabalhar para comprar roupas da moda às mulheres da classe média, enquanto as das classes baixas teriam “um certo desprendimento digno de admiração” e as das classes mais altas não são mencionadas. Poderíamos formular hipóteses relativas aos padrões de consumo da classe alta almejados pela classe média e à necessidade da classe média em obter renda extra para atingir esse padrão de consumo, mas ainda assim com vantagem sobre as classes mais baixas, pois teriam a possibilidade de dispendir essa renda extra em artigos que não são de primeira necessidade, o que não seria possível no âmbito das famílias pobres. Contudo, como nenhuma razão que justifique essas afirmações é apresentada no texto, não temos como corroborar qualquer dessas hipóteses. Não podemos afirmar nem mesmo que essas afirmações não sejam mais do que suposições do autor. Certamente são de sua opinião pessoal, que os organizadores do jornal consideraram digna de publicação.

Particularmente interessante é a afirmação de que “muitas vezes, um lugar que podia ser aproveitado por um chefe de família sem emprego ou por um outro chefe de remuneração inferior, está ocupado por uma notista desnecessitada”. É uma fala com tantas camadas, que precisa ser cuidadosamente analisada. O autor expressa, ao mesmo tempo, sua linha de pensamento que já vimos anteriormente ser solidária à classe trabalhadora, e a expressão de um pensamento claramente em desvalorização do trabalho feminino. Comentamos com cuidado porque não temos acesso às estatísticas nas quais Gonzalez teria se baseado para afirmar que muitas mulheres desnecessitadas ocupam cargos que poderiam ser aproveitados por

homens de maior necessidade. Não sabemos sequer se essas estatísticas existiriam ou se seriam mera suposição do autor, por isso nos deteremos às linhas ideológicas expostas.

Insistimos na questão da desvalorização do trabalho feminino pelo fato de o autor afirmar que o posto ocupado por uma mulher sem necessidade poderia ser melhor aproveitado por um chefe de família, no masculino. Ou seja, o autor não considera a existência de mulheres chefiando famílias sem marido ou de mulheres das classes baixas que necessitassem renda complementar a renda da família. Já foi notada dentro da historiografia marxista a necessidade de destacar o papel da mulher dentro da classe trabalhadora, abrindo ainda mais o espectro da classe operária restrita ao assalariado fabril. Silvia Federici afirma que muitos marxistas deixam de fazer essa abertura sob a justificativa de tratar o gênero e a raça “como questões culturais, dissociando-as da classe” (2020, p. 06), e considerando o que já vimos a respeito da perspectiva da inclusão do recorte de cor no movimento operário devido às camadas de opressão, a mesma perspectiva pode ser aplicada a um recorte das mulheres. Dentro da ideologia dominante em que, desde a transição para o capitalismo, o trabalho doméstico tenha sido progressivamente desvalorizado<sup>25</sup>, ficando restrito à tarefa feminina não merecedora de remuneração, e participando da cadeia de trabalho no mundo capitalista sob a função de reprodução, ou seja, a “produção” de mais operários, é notável que esta ideologia se reproduz da forma como enxergamos no texto.

Mais claro do que o texto de Hernani Gonzalez talvez seja um outro, publicado meses antes, intitulado *A eterna interrogação*. Nesse texto, a autora, que assina por Norah Castellani, explica detalhadamente o seu ponto de vista sobre o casamento, e como ela enxerga o casamento da mesma forma que uma carreira profissional:

Devo casar-me ou preparar-me para abraçar uma carreira ? Muitas vezes temos ouvido esta pergunta: há pouco, estando num grupo de amigas que falavam sobre isto, verifiquei que ficaram surpresas quando lhes afirmei: "Minha carreira é o casamento."

"Uma carreira, expliquei, ou o trabalho de tóda uma vida para que seja realmente valioso, deve representar uma contribuição definida a sociedade ou ao meu país. Essa é a minha maneira de pensar. Sendo assim, então vale a pena dedicarse-lhe tóda uma vida. Creio que não há nada mais importante para a sociedade que um lar onde todos sejam

---

<sup>25</sup> Ver FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017. Particularmente o capítulo 2: a acumulação do trabalho e a degradação das mulheres.

felizes. E sei, por experiência, que não há nada que possa significar mais para uma família que um lar onde todos se acham fortalecidos em todos os sentidos para fazer frente à vida.”

[...]

Quando tinha eu quinze anos, resolvi que o que mais desejava era casar-me e ter uma grande família. Minha mãe declarou que se era isso que eu desejava, tinha de preparar-me para esse trabalho da mesma maneira que eu me prepararia para exercer qualquer profissão. Assim comecei: ajudando minha mãe no cuidado dispensado aos meus irmãos menores, aprendendo a coser, cozinhar, fazer conservas de frutas e verduras. Li tudo quanto encontrava acerca do cuidado com as crianças e segui cursos de arte culinária. Dedicava-me aos filhos de algumas de minhas amigas. (CASTELLANI, 05/05/1947, p. 06)

Certamente não por coincidência, como já repetimos ao longo deste trabalho, este texto saiu na edição de 05 de maio de 1947, ou seja, na primeira edição do mês de maio do ano, tradicionalmente a edição “comemorativa” do jornal, que continha as comemorações relativas ao aniversário do *A Alvorada* e ao 1º de maio, sempre publicando mais textos a respeito das questões dos trabalhadores do que o usual. Ao longo do texto, a autora discorre sobre como enxerga o casamento como uma relação de trabalho, no qual a esposa é não uma funcionária, mas uma sócia do marido, ambos buscando o sucesso do empreendimento matrimonial. Dentro disso, a função da esposa estaria em zelar pelo lar e pela família enquanto o marido gera a renda, o que não se distancia do que tratamos aqui, pelo fato de que, mesmo que a autora considere o cuidado do lar como trabalho, em nenhum momento cita remuneração por ele.

Não nos questionamos se essa era a opinião da instituição *A Alvorada*, pois esse questionamento seria puramente abstrato, carente de resposta objetiva. Contudo, como viemos fazendo ao longo desta dissertação, ressaltamos que num veículo de informação e propaganda como é um jornal, se considera que nenhum texto lá disposto o esteja por acaso. A montagem do jornal é sempre pensada de modo a difundir a informação, especialmente em veículos de teor explicitamente conscientizador sobre as questões defendidas pelos membros de seu corpo editorial, como é o caso do *A Alvorada*. Assim, consideramos que a exposição deste texto na edição anual comemorativa do dia do trabalho tenha de fato o objetivo de difundir uma linha de pensamento no mínimo semelhante à de Norah Castellani.

Entretanto, podemos usar o mesmo argumento sobre uma edição de nove anos depois, em 5 de maio de 1956, na qual, na página 49, se percebe uma breve

nota divulgando uma conferência de mulheres operárias. O texto completo da nota é o que abaixo:

#### CONFERÊNCIA DE TRABALHADORAS

Rio (inter Press) – Realizar-se-á hoje (5 de maio) nesta capital, a Conferência Nacional de trabalhadoras, que terá, segundo o regimento interno divulgado, as seguintes finalidades:

- a) Discutir a situação das trabalhadoras nas empresas, no campo e nos domicílios, sua organização e suas aspirações;
- b) Ratificar a eleição das representantes brasileiras à Conferência Mundial de Trabalhadoras, a realizar-se em Viena, de 14 a 17 de junho de 1956;
- c) Adotar resoluções que visem a melhoria das condições de vida e de trabalho das mulheres.

É uma nota puramente informativa, sem divulgação de qualquer tipo de opinião, que não demonstra explicitamente apoio, mas certamente demonstra não rechaço ao braço feminino do movimento operário pelotense. Em uma pesquisa sobre as mulheres operárias em Pelotas e Rio Grande<sup>26</sup>, Maria Amélia da Silva atesta a participação de mulheres nas organizações e agitações operárias das duas cidades, especialmente nas duas grandes greves que se deram pelo estado em 1917 e 1919. Inclusive, ao se referir à greve de 1917, que foi mencionada no primeiro capítulo deste trabalho, esta autora destaca a adesão do corpo operário da empresa pelotense Fábrica Fiação e Tecidos, “notadamente composto por mulheres” (SILVA, 1998, p. 158). Claro que aqui falamos de um contexto imediatamente anterior ao período estudado, porém que comprova a existência de uma tradição operária feminina na cidade, que certamente também acabou se refletindo, mesmo que em menor grau, no jornal que se mostrava um veículo de conscientização e informação operária. Assim, se o operariado feminino já era, de certa forma, apagado ou pouco considerado, podemos adicionar um grau ainda maior de apagamento ao operariado feminino negro, sobre o qual pouco podemos discorrer devido à carência de pesquisas sobre o tema, especialmente no contexto de Pelotas.

Não querendo incorrer a um possível esvaziamento da pauta da classe trabalhadora abrindo cada vez mais recortes dentro do movimento operário, justificamos essa menção ao operariado feminino negro da mesma forma que

---

<sup>26</sup> Ver SILVA, Maria Amélia Gonçalves da. **Rompendo o silêncio**: mulheres operárias em Pelotas e Rio Grande (1890-1920). Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), 1998.

justificamos sobre o operariado negro. Ou seja, a partir do momento que a discussão sobre colonialismo baseia a nossa pesquisa, percebemos a necessidade não de hierarquizar opressões, mas de identifica-las como agravantes. Assim, da mesma forma que se atesta, dentro da luta de classes, a opressão dos trabalhadores pela burguesia, aos negros é somado o peso do racismo – sendo o próprio racismo, através do colonialismo, um fator fortalecido pelo capitalismo imperialista –, às mulheres é somado o peso do machismo, e às mulheres negras são somados os dois pesos, não buscando entender quem sofre mais opressões, mas entendendo os diferentes recortes que existem dentro delas.



#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na introdução deste trabalho citamos um artigo de Sanjay Seth, o qual discutimos junto com argumentos de Slavoj Žižek<sup>1</sup>. É uma intervenção que, à primeira vista, pode parecer desconexa do texto geral. Contudo, creio que, ao passarmos por uma discussão mais detalhada sobre colonialismo, fique explícita a contribuição deste debate frente ao que discutimos até aqui. A lógica é que se entende como impossível tudo aquilo que não condiz com o sistema vigente. Dentro da ciência – ou melhor, da Razão científica – existe um método hegemônico que uma pesquisa deve seguir para ser considerada científica, especialmente dentro do delicado caso da História, como na situação retratada por Seth em relação aos indianos. Acontece que o ocidente criou a noção contemporânea de ciência, que se espalhou pelo mundo sem considerar as particularidades culturais de cada sociedade, impondo os mesmos critérios sobre sociedades com culturas e crenças diversas. Trouxemos este debate para exemplificar a lógica fundamental da ideologia colonialista, que busca hierarquizar culturas de modo a impor o padrão de pensamento do colonizador, que passa a ser considerado o auge do desenvolvimento, e o objetivo a ser alcançado por todas as sociedades *ainda* não evoluídas. Esse é o argumento que funcionou durante muito tempo para justificar a invasão, o domínio e a exploração de povos.

O filósofo Domenico Losurdo expõe a discussão sobre colonialismo dessa forma. Este autor lembra da máxima colonial de reduzir os povos habitantes de terras que se queria conquistar à insignificância. Isso funcionaria para considerar o território como *res nullius* – terra de ninguém – e livre para a ser tomado e ter o trabalho de seus habitantes explorado em nome do lucro, ou melhor, livre para que seu povo possa ser conduzido ao desenvolvimento pelas mãos benevolentes do colonizador. Esse desenvolvimento muitas vezes teve um alto preço cobrado com vidas:

Não há dúvida de que o colonialismo, em certos casos, assumiu um caráter explicitamente exterminador (em particular, no caso do nazismo, mas também, anteriormente, no dos que fizeram os aborígenes australianos e outros grupos étnicos desaparecer da face da terra), ao passo que, outras vezes, foi detido no limiar do genocídio. (LOSURDO, 2020, p. 32)

---

<sup>1</sup> Ver página 19.

Este autor também traz a lembrança pertinente do discurso de posse de Bill Clinton, presidente dos Estados Unidos, no qual o mesmo afirmou que os este país é a democracia mais antiga do mundo. Ora, o próprio *A Alvorada* nos mostrou o que pensava da “democracia americana”, até então com as leis de segregação racial ainda vigendo. Frederick Douglass, em *Autobiografia de um escravo*, traz um relato detalhado de sua vida como escravizado na recém fundada democracia americana, vivenciando a violência desde cedo. Já em liberdade, em 1852, foi convidado a fazer um discurso para as celebrações do 4 de julho (dia da independência dos Estados Unidos) na cidade de Rochester. Nesse discurso, Douglass abre com uma reflexão sobre o que significava a liberdade da independência para os negros:

Caros concidadãos, perdoem-me e me permitam perguntar: por que sou chamado a falar aqui hoje? O que tenho eu – ou aqueles que represento – a ver com sua independência nacional? Aqueles grandes princípios de liberdade política e de justiça natural, incorporados naquela Declaração de Independência, são estendidos a nós? Então sou chamado para oferecer nossa humilde contribuição para o altar nacional, e para professar os benefícios e expressar gratidão pelas graças resultantes de sua independência para nós? (DOUGLASS, 2021, p. 171)

Com a escravidão ainda vigente em muitas partes do país, o questionamento de Douglass se trata de como o povo negro americano conseguiria comemorar a liberdade da colonização britânica sendo que, para eles, a colonização ainda existia. É uma situação que, mesmo depois do fim da escravidão, ainda vigoraria por muitas décadas através da segregação racial. A abolição da escravidão nos Estados Unidos não significou a liberdade dos negros, que continuaram a viver sob o colonialismo através das leis Jim Crow, como Angela Davis (2016, p. 99) afirma, trazendo o exemplo de que negros só poderiam frequentar ambientes e locais reservados para brancos quando estivessem a serviço.

É uma situação, que, no Brasil, não existia na teoria, como tentou-se divulgar através do mito da democracia racial, mas se mostrou existir na prática. Desde a Lei Áurea em 1888, não houve mais respaldo legal para segregação racial no país, ao contrário do que foi nos Estados Unidos e na África do Sul, por exemplo. Contudo, como discutimos ao longo deste trabalho, o colonialismo intrincado na ideologia dominante faz com que não sejam necessárias leis de segregação para que a segregação de fato exista. As crenças criadas para se garantir a dominação dos povos colonizados perdurou, mantendo as visões negativas sobre as populações

negras, como pessoas que tivessem um condicionamento à indolência, ao crime, à preguiça, à malandragem inerente à “raça”.

É o contexto ideológico que motiva situações como a matéria veiculada pelo jornal *Estado de São Paulo* em 26 de novembro de 2022, intitulada *Por que ataques em escolas têm se repetido no Brasil? Armas, saúde mental e internet podem explicar*. Tal matéria foi motivada pelo ataque a tiros a uma escola no Espírito Santo no dia anterior, no qual três pessoas foram mortas. A publicação gerou polêmica instantânea ao ilustrar a reportagem com a imagem de uma arma sendo segurada por uma mão negra, quando o criminoso do evento era um homem branco. Uma clara alusão à associação direta da criminalidade aos negros, mesmo que involuntária, mesmo que a pessoa que montou a matéria final não tenha tido tal intenção, o que não seria de surpreender, considerando a ideologia colonialista que discutimos nesta pesquisa. Como nos diz Chimamanda Adichie ao falar da história única, “mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna” (ADICHIE, 2019, p. 22), ou seja, séculos de associação da população negra à criminalidade invariavelmente fariam com que isso se tornasse uma regra, um impulso como que “natural” de enxergar tudo que é relacionado ao crime, aos negros primeiro, antes de qualquer outro. O mesmo vale para as justificativas da colonização e negação posterior dos seus efeitos: “comece a história pelo fracasso do Estado africano, e não com a criação colonial do Estado africano, e a história será completamente diferente” (ADICHIE, 2019, p. 23-24). Mesmo com as tragédias do continente africano sendo perfeitamente justificadas pelo colonialismo, como Walter Rodney atestou em *Como a Europa subdesenvolveu a África*, é muito fácil convencer o mundo de que os países africanos possuem um atraso inato, especialmente quando a ideologia colonizadora já fez o trabalho, séculos antes, de garantir a justificativa de que os povos que foram colonizados, o foram, entre outras razões, por não ter capacidade de se autogovernar, de atingir o progresso por si próprios.

Isso, dentro dos contextos regionais, se reflete dentro das particularidades de cada conjuntura. Vimos como o jornal semanal pelotense *A Alvorada* trabalhou dentro dessas ideologias, por vezes contestando-a, por vezes sendo limitado por ela. Dentro do período que nos propusemos a estudar, o jornal se mostrou combativo na luta contra o racismo, mas, ao mesmo tempo, apareceu como um

reprodutor da ideologia colonialista, ao estar mais preocupado em fazer com que os negros superassem a barreira do racismo, do que em derrubá-la.

Historicamente organizado, o operariado pelotense apareceu representado no *A Alvorada*. O jornal se mostrou bastante engajado ao lado dos trabalhadores, mas também dentro dos seus limites. Percebemos como os articulistas apresentaram posições que em certos momentos divergiam, mas estavam sempre do lado oprimido na luta de classes. Por vezes na crítica à desigualdade, à desumanização dos funcionários pelos patrões na busca do aumento de lucratividade, às condições ruins de trabalho que eventualmente apareciam, mas pendendo sempre para a resolução pacífica das querelas trabalhistas, crendo fortemente em possibilidades de intermédios de sindicatos eficientes, pregando acordos entre trabalhadores e patrões nos quais todos cumpram seus papéis, e jamais envergando ao comunismo, à socialização dos meios de produção. Muito pelo contrário, se mostraram anticomunistas.

Nos chamou a atenção a falta de menção aos trabalhadores negros no jornal. Vemos sempre as discussões raciais sendo restritas aos temas raciais, ou seja, a cor é mencionada quando o jornal fala de racismo, nunca nas reivindicações para os operários. Junto a isso, procuramos demonstrar a importância da consideração do recorte de cor dentro do movimento operário, pois, embora a opressão na luta de classes seja severa ao operariado, o racismo faz com que essa opressão seja desigual, pois dentro da sociedade dominada pela ideologia colonialista, o trabalhador negro é preterido em relação ao branco e, socialmente, suas condições de vida não são vivenciadas da mesma forma.

Temos visto uma progressiva evolução nos debates entorno dos assuntos de colonialismo e de operariado negro. François Dosse afirma que o colapso dos impérios coloniais – representado pelas independências das colônias europeias no século XX – tem levado ao florescimento de novos pensamentos de suspeição ao saber comum e às ideologias dominantes (DOSSE, 2021, p. 349.). Temos observado também a frutificação e crescimento do debate em torno do paradigma da ausência, ou seja, o questionamento da ausência dos recortes de cor dentro do movimento operário, e o novo tratamento dado a esse recorte dentro do movimento, como é visto em autores como Sidney Chalhoub e Álvaro Nascimento. Afinal, se

uma classe é definida pela união de seus trabalhadores em contraponto a uma força opressora, por que não se considera os escravizados organizados em movimentos de resistência, em contraponto aos senhores, como uma classe? O apagamento dessa história como uma fase incipiente do movimento operário no Brasil ainda carece de ser discutido.

Encerraremos, então, trazendo a epígrafe deste trabalho: uma citação de Didier Fassin, que reforça a afirmação de que “é precisamente porque as raças não existem que é necessário se interessar por aquilo que leva nossas sociedades a fazê-las existir tanto na linguagem comum quanto no discurso acadêmico, tanto nas ideias como nos atos” (FASSIN, 2018, p. 61). Assim, entendendo a racialização como um fenômeno construído através do colonialismo, é necessário que retomemos esse debate constantemente e incentivemos as discussões decoloniais que ascendem novamente no século XXI. Florestan Fernandes atestou que a sociedade brasileira nega o racismo e a segregação por repulsa ao próprio preconceito, e é importante que revisitemos continuamente essa definição, pois como disse Frederick Douglass em seu discurso (2021, p. 175), “não há um único homem sob a abóbada celeste que não saiba que a escravidão é errada para ele mesmo”.

## FONTES E REFERÊNCIAS

### FONTES

Edições do jornal semanal *A Alvorada* de 1945 a 1957, disponíveis na Biblioteca Pública Pelotense, consultadas *on-line* no Acervo Digital através do site <<http://acervobibliotheca.com.br/>>.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda. **O perigo de uma história única**. (tradução de Júlia Romeu). São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AL-ALAM. Caiuá Cardoso. **A negra força da princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)**. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2007.

ANDERSON, Perry. **Teoria, política e história: um debate com E. P. Thompson**. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. **Pelotas: escravidão e charqueadas (1780-1888)**. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/PUC-RS, Porto Alegre, 1992. pedir

BALLADARES, Ângela Pereira Oliveira. A cidade de Pelotas pelo olhar do nascido de ventre livre Rodolfo Xavier. In: LOPES, Aristeu Elisandro Machado; VARGAS, Jonas Moreira (orgs.). **Capítulos de história de Pelotas**. Porto Alegre: Casalettras, 2020.

BARROS, José D'Assunção. **Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos**. Petrópolis: Vozes, 2019.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BODEA, Miguel. **A greve de 1917: as origens do trabalhismo gaúcho**. Porto Alegre: L&PM, 1978.

BRASIL. Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931. Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

Brasil. Tribunal Superior do Trabalho. **Composições, biografias e linha sucessória dos ministros do Tribunal Superior do Trabalho** [recurso eletrônico] / [organizado

pela Comissão de Documentação e Memória]. – Brasília: Tribunal Superior do Trabalho, Secretaria de Comunicação Social, 2021. 287 p.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

CÉSAIRE, Aimé. **Cahier d'un retour au pays natal** : Diário de um retorno ao país natal. (tradução de Lilian Pestre de Almeida). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução de Claudio Willer. São Paulo: Veneta, 2020.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 14, n. 26, 2009.

CORRÊA, Anderson Romário Pereira. Sindicalismo revolucionário e anarco-sindicalismo: um estudo dos Congressos Operários no Rio Grande do Sul (1898 – 1928). **Estudios Históricos** - Año VIII - Diciembre 2016 - Nº 17 – ISSN: 1688 – 5317. Uruguay.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. (tradução de Heci Regina Candiani). São Paulo: Boitempo, 2016.

DOSSE, François. **A saga dos intelectuais franceses**, volume 1: à prova da história (1944-1968). (tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira). São Paulo: Estação Liberdade, 2021.

DOUGLASS, Frederick. **Autobiografia de um escravo**. (tradução de Oséias Silas Ferraz). São Paulo: Vestígio, 2021.

DREYS, Nicolau. **Notícia descritiva da Província do Rio-Grande de São Pedro do Sul**. Rio de Janeiro: J. Villeneuve e comp., 1839.

DZIDZIENYO, Anani. The position of Blacks in Brazilian Society. **Report nº 7: The position of Blacks in Brazilian and Cuban society**. Minority Rights Group, 1979. (pp 02-11)

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas do seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos do PPG em História da UFRGS**. Porto Alegre, n. 13, 1995.

ELMIR, Cláudio Pereira. Uma aventura com o Última Hora: o jornal e a pesquisa histórica. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 67-90, dez. 2012.

FANON, Frantz. **Escritos Políticos**. (tradução de Monica Stahel). 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro, Zahar, 2022.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. **Por uma revolução africana: textos políticos**. (tradução de Carlos Alberto Medeiros). 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

FASSIN, Didier. Nem raça, nem racismo: o que racializar significa. In: MACHADO, Maria Helena P. T.; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). **Emancipação, inclusão e exclusão: desafios do passado e do presente**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017

FEDERICI, Silvia. **Notas sobre gênero em “O capital” de Marx**. Editora Terra sem Amos, 2020.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2ª ed. São Paulo: Global, 2007.

FISCHER, Brodwyn; GRINBERG, Keila; MATTOS, Hebe. Direito, silêncio e racialização das desigualdades na História afro-brasileira. In: ANDREWS, G.R.; FUENTE, A. **Estudos afro-latino-americanos: uma introdução**, Buenos Aires: CLACSO, 2018.

GILL, Lorena Almeida. Labirintos ao redor da cidade: as vilas operárias em Pelotas (RS) 1890-1930. **História Unisinos**. Vol. 10. nº 1 - janeiro/abril de 2006.

GOMES, Ângela Maria de Castro. 1998. Nas malhas do feitiço: O historiador e os encantos dos arquivos privados. **Revista Estudos Históricos**, FGV, v. 11, n. 21.

GOMES, Fabrício Romani. **Sob a proteção da princesa e São Benedito**. Identidade étnica, associativismo e projetos num clube negro de Caxias do sul (1934-1988). Dissertação (Mestrado em História] - São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008.

GONÇALVES, Mariana Couto. A Princesa do Sul de Bernardo e Jerônimo: a Pelotas escravista a partir de crônicas e folhetins. **Anais do VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Florianópolis: UFSC. 2013.

GUTIERREZ, Ester J. B. **Negros, charqueadas e olarias**. Um estudo sobre o espaço pelotense. 2ª ed. Pelotas, Ed. Universitária/UFPEL, 2001.



KARAWEJCZYK, Mônica: O jornal como documento histórico – breves considerações. **Historiæ**, Rio Grande, vol. 1, n. 3: 131-147, 2010.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. A imprensa como fonte: apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica. **Bilros**, Fortaleza, v. 4, n. 6, p. 11-29, jan.- jun. 2016.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**: ensaio de divulgação ao público. São Paulo: Boitempo, 2021.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O que fazer?**: Questões candentes de nosso movimento. São Paulo: Boitempo, 2020.

LO RE, Ítalo. Por que ataques em escolas têm se repetido no Brasil? Armas, saúde mental e internet podem explicar. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 26 de novembro de 2022. Disponível em: <[https://www.estadao.com.br/educacao/por-que-ataques-em-escolas-tem-se-repetido-no-brasil-armas-saude-mental-e-internet-podem-explicar/?utm\\_source=twitter:newsfeed&utm\\_medium=social-organic&utm\\_campaign=redes-sociais:112022:e&utm\\_content=:::&utm\\_term=>](https://www.estadao.com.br/educacao/por-que-ataques-em-escolas-tem-se-repetido-no-brasil-armas-saude-mental-e-internet-podem-explicar/?utm_source=twitter:newsfeed&utm_medium=social-organic&utm_campaign=redes-sociais:112022:e&utm_content=:::&utm_term=>)> Acesso em: 21 de janeiro de 2023.

LONER, Beatriz Ana. Antônio: de Oliveira a Baobad. **II ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL**. 2005, Porto Alegre. p. 1-20.

LONER, Beatriz Ana. **Classe operária**: mobilização e organização em Pelotas: 1888-1937 (volumes 1 e 2). Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

LONER, Beatriz Ana. Negros: organização e luta em Pelotas. **História em Revista**. Universidade Federal de Pelotas, vol. 5: 7-27. Dez 1999.

LONER, Beatriz Ana. O IV Congresso Operário Gaúcho e o caso do movimento anarquista no Rio Grande do Sul. **Patrimônio e Memória**. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.7, n.2, p. 176-203, dez. 2011.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osorio. [organizadores]. **Dicionário de História de Pelotas**. 3. ed. Pelotas: Editora da UFPel, 217.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena de Almeida. Clubes carnavalescos negros na cidade de Pelotas. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 145-162, jan./jun. 2009.

LOSURDO, Domenico. **Colonialismo e luta anticolonial**: desafios da revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2020.

LUCA, Tânia Regina de. Direitos sociais no Brasil. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2016, pp. 469-493.

MAGALHÃES, Magna. **Entre a preteza e a brancura brilha o Cruzeiro do Sul**: associativismo e identidade negra em uma localidade teuto-brasileira (Novo Hamburgo/RS). Tese (Doutorado em História). São Leopoldo: Unisinos, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. 3ª ed. São Paulo: EDIPRO, 2015.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador**. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MILANI, Martinho Camargo. **Estado Livre do Congo**: imperialismo, a reoedura geopolítica (1885-1908). 2011. Dissertação (Mestrado em História Econômica). São Paulo, Universidade de São Paulo, 2011.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; AL-ALAM, Caiuá Cardoso. “Já que a desgraça assim queria” um feiticeiro foi sacrificado: Curandeirismo, etnicidade e hierarquias sociais. (Pelotas / RS – 1879). **Afro-Asia** (UFBA. Impresso). Número 47, 2013. p. 119-159.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MÜLLER, Liane Susan. “**As Contas do Meu Rosário são Balas de Artilharia**”. Irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre 1889-1920. Porto Alegre, Pragmatha, 2013. pedir

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. 4ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. 5ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3ª ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**. V. 29, n. 59, Rio de Janeiro, 2016.

NEGRO, Antonio Luigi e GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas uma história social do trabalho. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 18, n. 1, junho de 2006.

NEWKIRK, Pamela. **Spectacle**: the astonishing life of Ota Benga. Nova Iorque: Amistad: 2015.

OLIVEIRA, Ângela Pereira. A imprensa negra do Rio Grande do Sul e alguns de seus homens. **Revista Espacialidades**: revista eletrônica dos discentes do mestrado em História da UFRN, 2017, v. 12, n. 2: 1-25.

OLIVEIRA, Ângela Pereira. A racialização nas entrelinhas da imprensa negra: o caso O Exemplo e A Alvorada – 1920-1935. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, 2017.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói-RJ, 2009.

PINTO, Natália Garcia. **Gerações de senzala, Gerações de liberdade**. Experiências de liberdade em Pelotas/RS, 1850/1888. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

PINTO, Natália Garcia; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; AL-ALAM, Caiuá Cardoso. **Os Calhambolas do General Manoel Padeiro**. Práticas quilombolas na Serra dos Tapes (RS, Pelotas, 1835). 2. ed., rev. e ampl., e-book. São Leopoldo: Oikos, 2020.

POTTS, Randolph G. The social construction and social marketing of the "dangerous black man". **Journal of African American Men**. Vol. 2, No. 4 (Spring 1997), pp. 11-24.

RODNEY, Walter. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. São Paulo: Boitempo, 2022.

SÁNCHEZ-GOMEZ, Luiz A. Human zoos or ethnic shows? Essence and contingency in living ethnological exhibitons. **Culture & History Digital Journal** 2(2), December 2013, e022. eISSN 2253-797X doi: <http://dx.doi.org/10.3989/chdj.2013.022>.

SANTOS, José Antônio dos. **Prisioneiros da história**: trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: PUC-RS, 2011.

SANTOS, José Antônio dos. **Raiou a alvorada**: intelectuais negros e imprensa, Pelotas (1907-1957). Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SETH, Sanjay. **Razão ou raciocínio? Clio ou Shiva?** Ouro Preto: História da Historiografia, n.11, 2013. pp.173-189.

SILVA, Fernanda Oliveira da. As páginas da imprensa negra pelotense e os estudos históricos sobre o pós-abolição (1907-1935). In: LOPES, Aristeu Elisandro Machado; VARGAS, Jonas Moreira (orgs.). **Capítulos de história de Pelotas**. Porto Alegre: Casalettras, 2020.

SILVA, Fernanda Oliveira da. **Os negros, a constituição de espaço para os seus e o entrelaçamento desses espaços:** associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943). Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PUC-RS, 2011.

SILVA, Fernanda Oliveira da; SÁ, J. R.; GOMES, L. C.; ROSA, M. V. F.; PERUSSATTO, M. K.; SILVA, S. C. A.; SANTOS, S. **Pessoas comuns, histórias incríveis:** a construção da liberdade na sociedade sul-rio-grandense. Porto Alegre: UFRGS: EST Edições, 2017.

SILVA, Maria Amélia Gonçalves da. **Rompendo o silêncio:** mulheres operárias em Pelotas e Rio Grande (1890-1920). Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), 1998.

SILVEIRA, Helen da Silva. **A Força Viva da Cor Preta.** Associativismo Negro como Caminho no Vale do Rio Pardo/RS (1880-1940). Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa** (vol. 1: a árvore da liberdade) tradução de Denise Bottmann. 10ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

VARGAS, Jonas. **Pelas margens do Atlântico:** um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

ŽIŽEK, Slavoj. **Primeiro como tragédia, depois como farsa.** (tradução de Maria Beatriz de Medina). São Paulo: Boitempo, 2011.

## ANEXOS – TRANSCRIÇÕES DE TEXTOS DO JORNAL A ALVORADA

Nesta seção serão dispostas em tabela as transcrições completas dos textos citados ao longo da dissertação, por ordem de publicação no jornal, juntamente de sua referência completa.

<p>Pesquei. <b>A Alvorada</b>, Pelotas, 19 de abril de 1947, p. 02.</p>	<p>PESQUEI</p> <p>Por real falta de tempo só pode permanecer no lugar de pescaria por pouco tempo, assim que pesquei, dessa vez, poucos peixinhos.</p> <p>- pesquei, na semana passada o João Carlos, passar pela Osório, assim ao anoitecer, com uma garota e voltar, no mesmo intento com outra.</p> <p>Ora, seu João, aquelas garotas são pequenas para você, mas mesmo assim, será que você está treinando p'ra «barba-azul», ou se empregou para levar as garotas em casa?</p> <p>- pesquei, num casamento, na Teles, lá embaixo, uma patuscada que fizeram com os músicos. Antes estavam dansando de rádio, depois que os músicos tocaram umas marcas, suspenderam eles, dizendo que havia criança com meningite.</p> <p>Seria «meningite» ou «escassite de comitê e beberite»?</p> <p>- pesquei, na geral do Guaraní a gritaria e a desordem que estava, no domingo á noite, naturalmente feita por gente réles e sem educação.</p> <p>Quem não gostar dos filmes não pode prejudicar, perturbando a calma alheia, retira-se, não expondo á público a pouca ou nenhuma educação que em centro como aquele requer. Se um filme vasado em tema fraco, monótono, e que não agrade os espectadores em geral, como a empresa poderá transforma-lo? ... na voragem estúpida de um assovio?</p> <p>DR. PESCADINHA</p>
<p>Pesquei. <b>A Alvorada</b>, Pelotas, 12 de abril de 1947, p. 05.</p>	<p>PESQUEI</p> <p>Meus amigos e leitores de minha secção, é com grande prazer que digo que, durante a Semana Santa, no «Mercado» o movimento foi colossal, bastante venda de peixes, camarão, etc.</p> <p>Agora, quem como eu, «pescou», é, que comeu peixe barato, isto é, deixando de lado o «camarão», para isca, porque estavam «brutos» aqueles cr \$ 7,00 e 8 de serviço.</p> <p>As «comadres tainhas» estavam saltando muito o nosso «amigo cação», saiu a caçar, por isso se vendeu caro. O bacalhau só em óleo, e assim por deante.</p> <p>Mas não tem nada, pesquei as brigas que constantemente tem saído em uma sociedade que já tornou-se assunto obrigatório, até para os que não tem nada com o caso, pois ainda na última festa tinha-se a impressão de que o 1º posto policial estaca sediado ali, pela quantidade de guardas ali presentes.</p> <p>É preciso que esses elementos nocivos á sociedade sejam passados por um corretivo e eliminados para sempre.</p> <p>- pesquei uns srs. no baile de sábado no «Chove», além de estarem fazendo o «fiasco» que fizeram, um deles ir discutir com um rapaz por cousa de namorada.</p> <p>É preciso que o sr. tome outro jeito, porque fica muito ridículo.</p> <p>- pesquei, na saída do baile das «Futuristas» de sábado, o Carlinhos, fazer uma proeza que não estava no meu «caderno»: agrediu a uma snha. da rua Andrade Neves, em «bruto» para tirar-lhe satisfação não sei porque, mas de maneira agressiva.</p> <p>Ora, seu Carlinhos, daquele jeito não é maneira de se falar nem com homem. O sr. está ficando muito «bamba». Cuidado, ouviu?</p>

	<p>- pesquei J. C. B. dizer em assunto, sábado nas Futuristas, a umas garotas, eu me sinto admiravelmente bem aqui nas Futuristas, quando mudar a diretoria do Fica, eu voltarei e se não mudar, fico onde estou.</p> <p>Ora seu Claudinho seja bem vindo, porque todos sabem o que você disse, faz parte da sua meninice, você deve retratar-se e quando voltar não faça cousas no ar. Está legal ou não, heim?</p> <p>- pesquei uma turma tomar por gracejo o nome de outros e começar a fazer dedicatórias lá no Sul-America Parque, onde saiu uma com o nome Bola de Neve, á uma senhorinha e outra a um cidadão de bom conceito, o que ficou contra-mão.</p> <p>Os srs. mudou de programa se não vão arranjar muitos inimigos.</p> <p>- pesquei a pescaria que um rapaz foi fazer na boca do arroio, e trazer em vez de peixe um par de sapatos velhos. Ora sr. pescador, se o sr. se dedicar a caçar, pode ter mais futuro, pode arranjar um dotes, e isso não está de sópa não!</p> <p>DR. PESCADINHA</p>
<p>Os abonos e os sindicatos de classe. <b>A Alvorada</b>, Pelotas, 19 de abril de 1947, p. 01.</p>	<p><b>OS ABONOS E OS SINDICATOS DE CLASSE</b></p> <p>Um assunto que está a merecer a atenção dos sindicatos de classe é, sem dúvida, a regulamentação dos chamados abonos provisórios. Como é sabido, diante da aprimente situação porque vem atravessando as classes trabalhadoras, obrigou o pedido de aumento de salários.</p> <p>Diante desse pedido, os empregadores arranjaram o tal «abono provisório», quasi como que uma ajuda de vida para os seus operários.</p> <p>Até aí tudo vai bem, só restando salientar que esse abono póde de um momento para outro ser suspenso e o trabalhador voltar ao seu estado de penuria.</p> <p>Essa gratificação não consta na carteira profissional do beneficiado, mas desconta para o Instituto, que amanhã, por motivo de aposentadoria ou qualquer outro assunto, só será pago de acôrdo com o que reza a carteira.</p> <p>Assim é que o abonado fica prejudicado em todo o sentido, uma vez que esse abono não consto nos seus documentos legais.</p> <p>Se o patrão reconhece que o seu empregado deve ganhar mais 100 ou 200 cruzeiros por mês, porque razão não inclue no seu ordenado esses cruzeiros ?</p> <p>Que interesse tem o empregador em prejudicar o seu auxiliar no futuro ?</p> <p>É isso espírito de esperteza ou má vontade ?</p> <p>Não sabemos, mas o certo é que existe erro nesse assunto que precisamos corrigir enquanto é tempo, para evitar démarches, amanhã.</p> <p>Cabe, pois, aos sindicatos de classe, estudar a questão e entender-se com os empregadores no sentido de que o abono seja adicionado ao ordenado e oficializado, terminando, assim, essa dúvida que paira no ar, lançando o inqueitação no seio dos trabalhadores.</p> <p>Aos sindicatos, pois endereçamos esta nossa sugestão, que vem ao encontro dos interesses dos seus associados, livrando-os, assim de maiores dissabores e questões morosas e que quasi sempre redundam em prejuízo das partes reclamantes.</p> <p>Aqui fica, pois, o nosso ponto de vista, esperando a manifestação dos representantes dos nossos sindicatos.</p>
<p>RUSSOMANO, Mozart Victor. Mensagem aos trabalhadores. <b>A Alvorada</b>, Pelotas, 05 de maio de 1947, p. 01.</p>	<p><b>MENSAGEM AOS TRABALHADORES</b></p> <p>Na data em que se assinala o 46° aniversário deste jornal, quizeram seus responsáveis enviar – como brado de alerta e um convite á confraternização dos homens – esta mensagem aos trabalhadores incançáveis de Pelotas.</p> <p>Este pequeno jornal – veículo da opinião da grande classe obreira –</p>

	<p>não desacreditou, jámais, dos destinos do povo. E dêsse povo é a classe trabalhadora a mais sacrificada e, felizmente, a que já vai quebrando as ultimas grilhetas escravizadoras que lhe tolhiam a marcha pelos séculos.</p> <p>O trabalhador moderno já assumiu consciência dos seus direitos. Aí está uma legislação social, em certos pontos incipientes em outros tantos dificilmente superável. Deve, também, o operariado do mundo contemporâneo e, em particular, o operariado brasileiro, conquistar a noção exata dos seus deveres. Aliás, no momento em que os patrões cumprirem os seus e os trabalhadores forem fiéis no cumprimento de suas obrigações, uns e outros não precisarão alegar direitos. Mas enquanto não chega essa situação utópica de equilíbrio, resta aos trabalhadores, em oposição aos capitalistas que não acompanham o ritmo do progresso, a conquista de uma união de pensamento, de atividade e de fins. Não ha dúvida de que o trabalhador é, economicamente, o ser mais fraco da sociedade normal. É repetir-se, então, a velha parábola «A união faz a força». Si o operariado se unir em tórno de si mesmo, si fôr intransigente na defesa dos seus direitos e respeitador dos direitos patronais e de terceiros, êle haverá de conquistar aquilo que êle almeja e aquilo que nós lhe almejamos.</p> <p>Tudo conquistará sem colapsos, sem luta, sem revoltas. Todas as grandes transformações brasileiras foram feitas sem sangue. A Abolição da Escravatura – que exigiu uma luta civil terrível nos Estados Unidos; a Independencia e a República, que se tingiram de sangue nas outras nações sul-americanas – no Brasil foram obtidas dentro da paz e do entendimento.</p> <p>A mais radical reforma econômica, modernamente, talvez não seja tão radical quanto foi, para a época, a Abolição da Escravatura. E a transformação política mais violenta que se imponha não será mais violenta do que foi, para o espírito da contemporaneidade, a Independência ou a República. – A História do Brasil indica, pois, que, sob êste céu azul e plácido, tudo se pôde obter sem desordens e pela fraternidade. Esta grande mensagem que enviamos aos trabalhadores de Pelotas, do Estado, do País: – mensagem de paz, de luz, de amor. Para que não haja diferenças incompreensíveis entro os homens, é preciso que todos se queiram bem. Para que não haja perseguições, é preciso que alguém não as faça, Por tanto, aos trabalhadores caberá um grande exemplo e uma grande missão: –Abrir os braços a todos os homens, sem pensar de onde êles vêm e para onde êles vão. Ama-los, amando o próximo como a si mesmo. E assim. unicamente assim, construindo, com seus próprios esforços, o seu reino, o mundo de amanhã, o império da Justiça, da Liberdade e da verdadeira Democracia.</p> <p>Pelotas, Maio de 1947.</p> <p><i>Mozart Victor Russomano</i></p>
<p>CASTELLANI, Norah. A eterna interrogação. <b>A Alvorada</b>, Pelotas, 05 de maio de 1947, p. 06.</p>	<p><b>A ETERNA INTERROGAÇÃO</b> <i>Uma carreira ou o casamento ?</i></p> <p>Devo casar-me ou preparar-me para abraçar uma carreira ? Muitas vezes temos ouvido esta pergunta: há pouco, estando num grupo de amigas que falavam sobre isto, verifiquei que ficaram surpresas quando lhes afirmei: "Minha carreira é o casamento."</p> <p>"Uma carreira, expliquei, ou o trabalho de tóda uma vida para que seja realmente valioso, deve representar uma contribuição definida a sociedade ou ao meu país. Essa é a minha maneira de pensar. Sendo assim, então vale a pena dedicar-se-lhe tóda uma vida. Creio que não há nada mais importante para a sociedade que um lar onde todos sejam felizes. E sei, por experiência, que não há nada que possa significar mais para uma família que um lar onde todos se acham fortalecidos em todos os sentidos para fazer frente à vida."</p>

O casamento, para muitas pessoas é a meta. Casam-se por qualquer razão, e logo, como não põem nenhum empenho nisso, muito pouco proveito tiram. Muitas pessoas queixam-se de romance perdido, de incompatibilidade e monotonia, e julgam que tiveram má sorte por ter escolhido um companheiro que não lhes convinha. O casamento não é um jogo de azar. E como um esporte, porque se deve aprende-lo bem, e depende o seu exito da habilidade e dedicação que se lhe dispense.

Isso não é apenas "sorte". O casamento não é o final da história senão nos contos de fada. É, na verdade, o começo, a base sobre que se fundam os lares.

Quando tinha eu quinze anos, resolvi que o que mais desejava era casar-me e ter uma grande familia. Minha mãe declarou que se era isso que eu desejava, tinha de preparar-me para esse trabalho da mesma maneira que eu me prepararia para exercer qualquer profissão. Assim comecei: ajudando minha mãe no cuidado dispensado aos meus irmãos menores, aprendendo a coser, cosinhar, faser conservas de frutas e verduras. Li tudo quanto encontrava acerca do cuidado com as crianças e segui cursos de arte culinária. Dedicava-me aos filhos de algumas de minhas amigas.

Em meu romance nada ouve de espetacular. Caseime com um rapaz que conheci aos dezessete anos e que foi meu companheiro de estudos. Como nos interessavamos pelas mesmas coisas, ficamos amigos. Porem se alguem me tivesse dito que viria a casar-me com ele, não o teria acreditado. Nossa amizade era tão natural que não pensávamos no futuro. Quando saí do colégio, passamos sem nos ver alguns meses. Quando o encontrei novamente, parecia-me que não o via ha anos. Assim foi cimentada nossa amizade; pouco tempo depois ficávamos noivos. Muito apaixonados, casamo-nos aos vinte e dois anos.

#### UM PLANO DEFINIDO

Com o auxilio de meu marido sempre considerei meu casamento do mesmo ponto de vista que teria considerado um empreendimento importante. Sabia o que queria. Havia me preparado para isso da melhor maneira possivel. Desde o início, meu marido e eu tinhamos um plano definido para nosso casamento.

Começamos nossa vida matrimonial sobre a base de que não podiamos viver um sem o outro; deviamos aprender a viver juntos. Para isso criamos certas regras de conduta que, de certo modo, são as que regulam a vida comercial.

Por exemplo, sentiamo-nos orgulhosos de nosso casamento da mesma maneira que um homem se sente orgulhoso da firma para a qual trabalha. Nunca contávamos nossas brigas e discussões aos parentes e amigos. Durante o primeiro ano de nosso casamento vivemos o mais possivel separados da nossa familia. Por momentos sentia-me só e tinha vontade de ir para a casa de minha mãe. Porem, meu amor ao meu marido e um sentimento de lealdade conseguiram vencer sempre esse desejo. Que os outros pensassem o que quizessem.

Quando discutiamos, não contavamos a ninguem, mas, quando tudo já estava serenado, procurava compreender a minha parte de culpa. Uma das primeiras obrigações de todo membro de uma organização que aspira ao éxito, é não queixar-se em publico; a mesma regra é importante no casamento.

A medida que foram passando os anos e se foram apresentando certas dificuldades, tomamos o hábito de discuti-las de todos os pontos de vista afim de encontrar-lhes uma solução que estivesse de acordo com o modo de pensar de ambos. E posso afirmar que nos demos muito bem.



<p>MIRA, José. Os valentes de salão. <b>A Alvorada</b>, Pelotas, 12 de abril de 1947, p. 07.</p>	<p>de <i>Norah Castellani</i></p> <p><b>OS VALENTES DE SALÃO</b></p> <p>Desde algum tempo para cá venho notando a presença em nossas sociedades de jovens e indivíduos que simplesmente lá penetram a fim de fazerem demonstrações físicas, as quais não passam às vezes de efeitos alcoólicos ou provalhecimento.</p> <p>Interessante de se notar é que esses jovens que «largam tais carreiras» não possuem aquilo que se diz na gíria popular – Munheca – e mesmo os seus adversários são pessoas com porte dobrado ao seu. Francamente dá até graça para as pessoas de espírito pacato e que estão a um canto do recinto social apreciando o «leão de salão».</p> <p>Quanto a parte dos indivíduos acho vergonhoso, pois, será que eles não sabem que a sua atitude prejudica o centro em que ele está se divertindo como também lesa moralmente e materialmente os outros que ali estão normalmente se divertindo ? Bradam alguns contra as nossas autoridades porque eles tomam severas medidas, outros queixam-se que estão privados de se divertirem por causa das autoridades, enfim, é um queixar sem alívio, mas mal sabem eles que os culpados disso tudo são esses por assim dizer anormais sociais que criam esse estado de coisas em torno de nossas sédes sociais.</p> <p>Em relação à falta de decôro moral também tenho a comentar que de alguns anos para cá a Procissão da Madrugada é um passeio a fantasia, e isso acontece por parte dos meus irmãos de côr, os quais se exibem mais fantasiados do que a carater!!!</p> <p>Esse fato vem nos depreciar moralmente e dar motivo a que as autoridades eclesiásticas suprimam tão bela manifestação religiosa, a qual é uma tradição para Pelotas, terra bastante culta, intitulada «Princesa do Sul», não só em nosso Estado como também no país.</p> <p>Já é tempo de nós mesmos tomarmos uma atitude contra esses por assim dizer «cancros» que tanto mal fazem para seus irmãos como também para a sociedade, cujos dirigentes devem pôr de lado o interesse monetário em pról daqueles que lá vão bem intencionados, do contrário servirá para aumentar o ódio a essa raça que desde longos anos vem com seu sangue, seu suor, seu trabalho, enfim, com todo o seu sêr contribuindo não para manchar o Brasil, como dizem os ignorantes, mas para honra-lo e eleva-lo ao nível das demais nações que compõem o mundo.</p>
<p>ALVES, Heitor. O Brasil inexplorado. <b>A Alvorada</b>, Pelotas, 5 de maio de 1947, p. 12.</p>	<p><b>O BRASIL INEXPLORADO</b></p> <p>Grande e rico é o território que, na partilha Universal, nos foi destinado. Grande, grandíssimo mesmo, para uma população pequena como a nôssa e que não pôde, mesmo possuindo um espírito dinâmico e creador, ultrapassar os limites das zonas já exploradas.</p> <p>Para lá dessas zonas, descortina-se o Brasil selvagem, completamente virgem, onde, a par de intransponíveis florestas, impera em seu reino sanguinário, o famoso Leão, Tigres, hienas, onças pantéras, monstruosas cobras, fazem desse espaço maior do que muitos paizes europeus, seu tranzito de sempre. Nada os detem; lá são eles os poderosos senhores absolutos.</p> <p>Si pudéssemos desbravar esses sertões ainda virgens, estaríamos em situação idêntica a de, famosos exploradores, dentro das matarías da África. Seria a luta do homem contra a féra, um sem número de perigos a toda a hora.</p> <p>Mas, ainda, dentro desses sertões virgens, vivem, como nós vivemos nos meios civilizados, homens que desconhecem a nossa língua; homens que lutam contra os elementos, homens tão selvagens e feróses como as féras... e no entanto são brasileiros,</p>

	<p>são os legítimos brasileiros, pois ainda não sofreram, através do tempo, a influência de outra raça.</p> <p>É triste! Quando conseguirás, Brasil, ser um paiz totalmente civilizado? Quando conseguirás, pelo auxílio dos que te dirigem, fazer-te conhecido em todas as minúcias?</p> <p>Brasil! És grande e rico! Através da Corografia, és retalhado, e todos pensam conhecer-te. Vã chiméra, pois tu não és conhecido, de três partes, talvez nem duas. Muito falta ainda. E um dia em que pudémos dizer: “De onde existia o desconhecido, de onde existiam florestas virgens, emergiram cidades florescentes, tu serás grande pela dimensão de teu sólo, pela riqueza de teu sub-sólo, pela beleza de tua fauna, pela prosperidade de teu comércio, pelo desenvolvimento de tua cultura, pela hospitalidade de teus filhos, mas sobre tudo, Brasil, pela emancipação econômica!” Tu serás grande e poderoso, e viverás p’ra ti!</p> <p>Heitor Alves</p>
<p>Motivo de descrença. <b>A Alvorada</b>, Pelotas, 5 de maio de 1947, p. 13.</p>	<p>MOTIVO DE DESCRENÇA</p> <p>Em certa localidade da India um missionário lutava com um nativo para converte-lo ao Cristianismo. Mas os seus esforços não pareciam surtir o desejado efeito.</p> <p>- Não sejas cabeçudo - insistia o missionário, já cansado - Não gostarás de ir para o céu quando morreres?</p> <p>E o homezinho, indiferente meneava a cabeça:</p> <p>- Não acredito que o céu seja lá grande coisa! Se fosse, os ingleses já estariam todos lá explorando os outros em proveito do Império Britânico.</p>
<p>VARGAS, Armando. Notas. <b>A Alvorada</b>, Pelotas, 10 de maio de 1947, p. 01.</p>	<p>NOTAS</p> <p>Ha tempos, passando pelo lamal que conduz ao porto local, imediações da fábrica do conservas Leal Santos, deparei com um fato que me chamou a atenção de observador.</p> <p>Eram, precisamente, doze horas.</p> <p>Sentadas, nas relvas, fronteiras áquele estabelecimento, diversas senhoras, senhorinhas e alguns cavalheiros, (operarias e operarios daqueles estabelecimentos ali localizados) faziam suas refeições em plena rua !</p> <p>Por que ?</p> <p>Eis o ponto da minha interrogação – moravam longe do serviço e a hora era curta para irem em casa e voltar a tempo de recommear a tarefa.</p> <p>Até aí nada de anormal.</p> <p>O que extranhei foi que aqueles estabelecimentos não tivessem, ainda, uma organização perfeita quanto á comodidade dos seus operários, construindo, no seu interior, uma sala para refeições e descanso daqueles que trabalham pelo progresso e engrandecimento dos mesmos.</p> <p>Aquele espetáculo de triste representação, podia ser evitado se a direção daqueles estabelecimentos construissem uma sala para refeições, embora nomeassem um fiscal de confiança para fazer guarda durante aquela hora.</p> <p>Nos grandes centros industriais do Rio e São Paulo, já existem salas para refeições dos operários nas proprias fábricas, evitando, desse modo que os trabalhadores façam longas caminhadas e comam na rua entregues aos olhares dos curiosos e absorvam o pó levantado pelo passar constante de veículos, o que não deixa de ser anti higienico.</p> <p>Não ha nada que justifique aquele lastimavel espetáculo, pois comer em plena rua constitue um espetáculo desagradavel e nos leva a relembrar os tempos coloniais e das senzalas. Queremos acreditar que parte da culpa caiba aos patrões mas, outra parte deve caber aos próprios operários, que, salvaguardando a sua saúde, deviam</p>

	<p>tomar providencias para evitar semelhante exhibição.</p> <p>Aquilo que observei foi em pleno verão, mas, agora no inverno, quando o pampeiro começar a se fazer sentir, acompanhado das impertinentes garôas, é que a cousa vai se tornar amarga.</p> <p>A construção, pois, de uma sala de refeições no interior dessas fabricas se torna necessaria e humana, e mesmo constitue uma obrigação dos seus proprietários zelar pelo bem estar dos seus auxiliares.</p> <p>Nesse sentido deviam os sindicatos de classe agir junto a quem de direito, para evitar que seus associados vivam uma vida de verdadeiros abandonados.</p> <p>Ali, pelo Largo Portugal, também, observei que algumas senhoras e cavalheiros fazem suas refeições ao ar livre, debaixo de uma árvore, sem nenhum conforto, sentadas no canteiro daquele logradouro.</p> <p>Devem ser operários de algumas das barracas ali estabelecidas, que por um dever humano e higiênico, deviam possuir, quando mais não fosse, um galpão, uma mesa e uns bancos toscos para refeição e descanso dos seus auxiliares, principalmente nos dias invernosos que se aproximam.</p> <p>Todos aqueles que trabalham, com especialidade em serviços braçais, são dignos de um melhor conforto, para evitar que sua saude seja alterada pela ação do tempo. E para evitar esses imprevistos torna-se necessario um pouco de carinho daqueles que possuem estabelecimentos fabris.</p> <p>A instalação, nesses estabelecimentos, de uma sala para refeição dos seus operários, é questão que se torna de urgente necessidade. Será o único meio de se evitar semelhantes espetáculos em plena rua.</p> <p>Aos sindicatos cabe syndicar e saber mesmo, como vivem os seus associados, pois isto compete-lhes obrigatoriamente, uma vez que todos pagam e estão sujeitos a todas as prerrogativas das leis. Não se justifica que o patrão deslize suavemente num bom auto em direção a um palacete e tendo a sua espera uma mesa suntuosa e farta e os seus empregados encontrem como varanda o meio da rua, e como mesa e cadeira a relva !</p> <p>Não criminamos A ou B. mas pedimos providencias a quem de direito, no sentido de acabar com essas desagradáveis e vergonhosas cenas de aldeias abandonadas.</p> <p>A. VARGAS</p>
<p>G. C. Luiz Gama. A Alvorada, Pelotas, 21 de junho de 1947, p. 4.</p>	<p>G. C. LUIZ GAMA</p> <p>Cumprindo a promessa, estiveram novamente entre nós, membros dirigentes do Grêmio Cultural Luiz Gama, da cidade vizinha, anexo ao C.C. Marcílio Dias. Á frente da caravana estiveram os srs. Júlio Verner da Silveira, Fernando Borges e Mário Rodrigues. Por intermédio do correspondente deste semanário, na noite de sábado passado, foi feito, na sede das Futuristas um convite a todos os presentes, em nome deste Grêmio para uma reunião, onde tomariam parte todos os dirigentes das sociedades, na campanha de integralização do homem de côr em todo o Brasil, a reunião foi efetuada na sede á rua Felix da Cunha, cedida gentilmente, comparecendo os presidentes da S. R. Futurista, do G. C. Chove não Molha e o da sede cedida e ainda o nosso representante. Foram tratados e debatidos vários assuntos, com respeito a cultura e moral, traçando-se os planos para fundação de um centro de cultura entre nós, deleniando-se os problemas da utilidade e do direito em torno do desenvolvimento desta agremiação que é o G. C. Luiz Gama. E num élo cultural riograndinos e pelotenses dispõem-se nesta conquista nobre, de levar avante o intercambio da cultura entre a nossa gente.</p>
<p>GONZALEZ, Hernani. A</p>	<p>A MULHER, A MODA E O PRIMITIVISMO</p>

<p>mulher, a moda e o primitivismo. A Alvorada, Pelotas 18 de outubro de 1947, p. 01.</p>	<p>O excessivo rigor em trajar a moda sempre foi a preocupação mestra das mulheres.</p> <p>Entre ela e o figurino, entre o escritor e o dicionário, creio que as distancias sejam iguais. Comumente, as mulheres se extasiam diante de um simples figurino colorido e se enchem de um idealismo irrisório diante de um casaco de péles. Estes para elas, superam até mesmo, as maiores e as mais consagradas obras.</p> <p>Nenhuma delas perde o contacto com os últimos modelos ...deixando, somente, de usa-los quando as condições econômicas não permitem...</p> <p>Da idade média aos dias atuais, o vestuário das mulheres tende reduzir-se cada vês mais...</p> <p>Não está muito distante no passado, a época em que as saias eram vastas e compridas. Hoje, ainda, muito se fala dos históricos vestidos de cauda que varriam os suntuosos salões da nobreza. Presentemente, entre as saias antigas e as modernas existe uma diferença enorme. Quer me parecer que o encurtamento dos vestidos, através o tempo veio se processando de uma fôrma tão lenta e prudente, que passa por desapercibido aos velhos moralistas e ao cléro. Acredito que se não fosse assim com astúcia e «despiste» não teriam chegado a situação atual. Pois cortar ao meio, uma saia, sem dúvida teria originado um tremendo movimento revolucionário... E, as filhas de Eva não teriam atingido a essa perfeição de <i>sentarem com deslumbrante estilo e elegancia...</i></p> <p>Quanto aos chapéus do belo sexo, apesar da variedade em feitios pouco ou nada evoluíram. Com flôres, penachos e cordões jamais se afastaram do espalhafato e da exotividade.</p> <p>Em relação aos casacos de pele muito tenho pensado pois estes que, geralmente, são de uso indispensavel nas altas hostes sociais; são a mais valiosa oferta que, após um «gordo balanço», os comerciantes apresentam as suas cara-metades; que custam uma soma de cruzeiros capaz à emancipar, economicamente, uma família pobre; que se tornaram uma predileção sôbrenatural das mulheres, muito me preocupam.</p> <p>Mas, não posso conceber, positivamente, a origem dessa ambição feminina por tais casacos. Entretanto as vêses me parece que isto esteja, profundamente, enraizado na pré-historia.</p> <p>Segundo os naturalistas, o homem tem como origem, uma determinada especie extinta, de macaco. Ninguem, portanto, poderá opôr-se a hipótese, de que, daí venha essa harmonia da mulher, com a vestimenta «peluginosa».</p> <p>Bem pode a mulher primitiva, ter sido um gênero «de macaca com muita cerda. muita juba e sobretudo exótica...»</p> <p>Mas, nem por isso, mesmo diante desta amarga e desoladora lembrança, elas não se apartam do zelo estremado pela moda.</p> <p>Algumas, aquelas mais desprotegidas de meios, chegam ao ponto de agirem com um certo desprendimento digno de admiração.</p> <p>Pois, da clásse média, não são poucas as que se jogam para dentro de escritórios, lojas, fábricas ou repartições públicas, para arrecadarem uma verba destinada a aquisição de vestidos, sapatos, pinturas e outras extravagâncias semelhantes a esta última.</p> <p>E muitas vezes, um lugar que podia ser aproveitado por um chefe de família sem emprego ou por um outro chefe de remuneração inferior, está ocupado por uma notista desnecessitada.</p> <p>Fóra isto, não são poucas as que em busca do luxo, tem sacrificado a própria honra...</p>
<p>RODRIGUES, Mario. Causas da fundação do Grêmio Cultural Luiz Gama. <b>A Alvorada</b>, Pelotas, 24 de</p>	<p>CAUSAS DA FUNDAÇÃO DO GRÊMIO CULTURAL LUIZ GAMA</p> <p>Muito se tem criticado na confusão destes ultimos tempos a falta de orientação da cultura brasileira. Cultura de índole literária, superficial poética, escrava da sensibilidade, denunciando crise de recurso e de</p>

<p>dezembro de 1947.</p>	<p>conhecimento.</p> <p>O mundo moderno é um libelo violento ante a formas antigas da literatura da ciencia, e da arte, a renascença inesperada das energias que produziram o conflito entre a civilização de quantidade e a civilização de qualidade. Entretanto, em face da tormenta nossa atitude continua a apresentar aspectos meramente românticos.</p> <p>De que valem porém. Estas formas em voga na cultura hodierna? Dela nada pode esperar-se a não ser o declive, o retrocesso, e a destruição de suscetibilidades que procuram avistar e até mesmo avistam o itinerario verídico e certo para chegarmos na méta de nossos idéais e aspirações.</p> <p>Divergimos entretanto dessa cultura romancista forjada pela vasta existencia, em nosso meio de um espirito universitário num ambiente puramente «hipercritico», tudo querendo analisar, tudo querendo criticar; e, para os problemas primórdios da atualidade aplicam soluções estrangeiras soluções estas em voga na Europa desconfiada e dividida. Brasileiros, enquanto nos divertimos com essa literatura empirica baseada sobre realidade, imaginarias dada a nossa condição de país sem utilidades coordenadas, reflexivo, indisciplinado com trabalhos imensos a vencer esquecemos os nossos objetivos fundamentais.</p> <p>Nosso problema fundamental é o analfabetismo. A unica solução é combate-lo. E resposta nitida e clarividente é «Uma cruzada de alfabetização.»</p> <p>Este é o axioma dai seu corolário – devemos, isto é, cada um de nós deve cooperar para formar uma parcela na soma total desta formidável obra de transformação étnica, a rota contemporanea da sociedade brasileira.</p> <p>Da magnificente compreensão de alguns jovens riograndinos, desabrochou a esplendorosa flor da união, e cooperação mutuas. E, este desabrochar derivou uma iniciativa magna a fundação do «Gremio Cultural Luiz Gama», que tem como lema educar os brasileiros de côr; despidos de qualquer vaidade e incentivados pelo proeminente deputado Carlos da Silva Santos e tambem pelo grande genio idealizador do jovem academico Otelo Gonçalves.</p> <p>Cumpr-me salientar aqui a nominata dos fundadores deste Gremio: Carlos Marcelino Boleto Santos, Sergio Benedito Fernandes, Darci Caldeira, Ari Caldeira, Peri Atkinson, Welbutangton S. John, Edi Silva e outros.</p> <p>Dia 21 de Junho de 1946 foi estabelecido solenemente esta entidade com a presença da diretoria do Centro Cultural Marcilio Dias e de grande número de pessoas. O novo grêmio foi anexado aos bandeirantes da alfabetização dos brasileiros de epiderme tosca e em sua testa estava o sargento do 9 G. M. A. C. Admar Oliveira, Seguido pelos jovens acima mencionados.</p> <p>Atualmente este gremio progredindo em seus ideais e programas devido a lucidez e iniciativas do seu inelito presidente o jovem Julio Verne da Silveira. Brasileiros auxiliai-nos nesta campanha, lutai! Lutai, nesta cruzada que a patria não sucumbirá jamais; eterna na nossa fé, no nosso amor na união sagrada que manteremos, guardando assim os lares dos nossos filhos e as tradições da nossa História.</p> <p>Mario Rodrigues</p>
<p>GONZALEZ, Hernani. Críticas insensatas. <b>A Alvorada</b>, Pelotas, 24 de Abril de 1948, p. 01.</p>	<p><b>CRÍTICAS INSENSATAS</b></p> <p>Ao homem que mercadeja o seu trabalho, não basta o contrôlo rigoroso das horas de labor, nem o limite insuficiente do ordenado e outras asperezas próprias da vida proletária ; não basta, ainda, o seu sacrificio mais produtivo á outros do que á si mesmo, para o livrar de certas críticas, a meu vêr: «insensatas».</p>

Conservadores inveterados, por vesês e em qualquer lugar, sempre que há oportunidade, tentam advogar a causa econômico-social dos trabalhadores. E' o fazem, parcialmente, isto é, de acordo com os seus modos irrisórios de analisar, levantando celeumas e críticas alarmantes, alaridos... contra o mínimo desvio moral do homem pobre.

Aproveitam tudo e em tudo sé pegam para massacrar o arquiteto anônimo de todas as realizações, que é, incontestavelmente, o operário.

Mesmo nesta época de após guerra, em que os regimes democraticos, aceleram e impulsionam, uma transformação social muito profunda, ainda condena-se, descarada e friamente no trabalhador que vai ou deseja ir ao cinema, no Prado, ou ao futebol, que toma parte em festas carnavalescas ou em outra diversão qualquer.

Condenam, também áquele que, embora privando-se de uma refeição melhor procura vestir-se, mais ou menos, como se vestem os granfinos. Os «gostosões», timoneiros da moda...

Para satisfazer os anseios retrógados de alguns elementos da casta capitalista, o trabalhador teria que trabalhar muito, trabalhar sempre, e viver mais andrajoso, mais espoliado..

Acham, sempre exagerada e descabida qualquer reivindicação do proletariado. E, afirmam que na atual situação o operariado está *muito bem*, acrescentando que, o empregado pretende *a mesma vida e os mesmos direitos do patrão...*

Entretanto, nenhum desses ímpios argumentadores, seria capaz para trocar a sua posição de capitalista, pela posição «cômoda» do trabalhador. Essa é a verdade!

Por outro lado, não se cansam de apontar, áqueles que, ao executarem as suas modestas compras tomam os seus aperitivos. Disso, os senhores anti-alcoólicos, em linguagem incompatível com a fidalguia que ostentam, fazem «cavalo de batalha» e dizem: - «tomam cachaça em vês de comprar um pão !...»

Somam, medem e mencionam aqueles dois ou três cruzeiros que foram subtraídos de um salário incapaz, como se esse gasto extraordinário, ou melhor extravagante, uma vês aproveitado, resolvesse o problema econômico do trabalhador.

Mas, não falam e não condenam, aqueles que tomam bebidas caríssimas, muitas delas, importadas de vários países; não falam dos senhores que gastam a esmo, em poucos instantes, mais do que a quantia que uma família modesta necessita para cobrir a despeza total de um mês.

Nos bares, cafés, confeitarias, clubes, «dancings», onde um que outro operário entra por acaso, o movimento é feito sómente por elementos da esfera capitalista. O mesmo ocorre com o comércio que explora artigos de luxo, e mesmo alguns produtos alimentícios de alto preço ou com os Institutos de Beleza, que teriam de ir à falência se fossem esperar o operariado para freguezia.

E, aqueles que ostentam algum objeto de valor, adquire-o através de crediários, não passando de pauperrimos bem trajados.

A crítica que, de fato, parte dos trabalhadores necessitam, não será levantada por defensores gratuitos da classe sofredora. Não hão-de ser elementos ligados a camada mandatária que, irão apontar ao proletariado vacilante e inconsciente, o caminho certo e eficaz ás suas reivindicações.

Eles, os falsos amigos do operário, não apontam o cáos sindical e nem criticam ao trabalhador, desta ou daquela atividade, que desprestigia e abandona o seu sindicato, deixando-o de portas abertas aos oportunistas e demagogos ; eles não se empenham em reerguer as entidades sindicais, para transforma-las em fóro de

	<p>proteção e defeza aos direitos humanos de todos os trabalhadores. E, também numa escola de moral, aos transviados que eles criticam, acerbamente.</p>
<p>BARBOSA, Aristides. A difusão do mulatismo. <b>A Alvorada</b>, 5 de maio de 1948, p. 5, 12.</p>	<p><b>A DIFUSÃO DO MULATISMO</b></p> <p>Langston Hughes, o poeta negro americano mulato nascido e vivido sempre na mais completa integração ao meio negro de seu país, sofrendo as mesmas restrições e os mesmos maus tratos que são impostos aos “retintos”, nunca nitriu nenhuma pretensão de não ser negro. Pelo contrário. Orgulha-se tanto em sê-lo que sempre aspirou a uma viagem à África, onde iria se pôr em direto contacto com a gente negra daquele continente. E foi. Conta-nos êle, numa de suas obras literárias, a tremenda dificuldade que teve em passar por negro lá no continente africano. Era constantemente apontado como branco, ao que êle objetava dizendo: não sou branco, sou negro. Os negros meneavam a caça, sorriam e num esgar de zombaria afirmavam: “O senhor não é branco mas também não é negro”. Langston refere-se à desesperadora situação de abandono em que vivia um jovem de dezesseis anos de idade, cuja mãe era preta e vivera muitos anos com um inglês de epiderme branca. Esse abandono era decorrente do fato de que os brancos daquele sítio da colônia inglesa consideravam aquele mulatinho como negro e os negros tinham-no como branco.</p> <p>Bem, isso é lá na África onde a extensão do vocábulo negro se mede unicamente pelo completo negror da pele e não também pela porcentagem de sangue negro que flui nas veias do mulato. Acho porém, que a não ser na África (talvez nem sempre também) o mulato é sempre considerado negro, porque fora de lá é o branco quem o julga e classifica. E para este – numa concepção quase generalizada – negro é todo indivíduo em cujas veias correm sangue de negro. De modo geral, não tem havido nenhum mal nessa classificação, porque os negros e os mulatos irmanam-se e entendem-se perfeitamente. Existem exceções, é claro. Há sempre os que estão descontentes neste degrau de “negrismo” que ocupam na escala social. Mesmo lá nos Estados Unidos, onde o sentimento de raça é encarado de maneira bastante séria pelos pretos, e, que a palavra Negro chega a assumir um aspecto de símbolo religioso, sendo até escrita com letra maiúscula, e onde mesmo os mulatos mais claros como Lena Horne – a graciosa estrela cinematográfica – , Walter White o escritor e secretário geral da grande organização de negros conhecida sob a breviação NAACP (Associação Nacional pelo Progresso do Povo de Côr) – e uma infinidade de outras criaturas em cujas veias existe uma diminuta porcentagem de sangue negro, se ufanam em serem negras, há sempre as que procuram refúgio contra o “peso” de sê-lo. Além disso há organizações de negros querendo dar mais requinte aos mulatos em detrimento dos “mais escuros”. Li há dias numa revista negra americana denominada “Our World” (O nosso Mundo), uma carta furiosa que uma assinante enviara ao editor protestando energicamente contra a abusiva insistência com que êle vinha publicamente somente fotografias de mulatas na capa da revista quando há anos nos Estados Unidos uma infinidade de pretas ao mesmo pé de igualdade em que se acham mulatas, tanto no terreno artístico como no intelectual e de beleza física.</p> <p>Aqui no Brasil as coisas estão no mesmo caminho. Entre a grande maioria de mulatos que devotam sincera e inabalável amizade ao seu parentesco negro, existem os que votam ardentemente pela formação do “mulatismo”, isto é, um grupo que não viva nem na comunidade negra, nem na comunidade do branco. Existem ainda as que sendo mulatos fazem tudo para passar por brancos. E esses sentimentos que vêm entressachar o negro entre duas forças de</p>

	<p>preconceito são também muitas vezes fomentados por organizações negras que vêm agindo (acredito que isso tem acontecido sem nenhuma má intenção, mas que afinal tem-se verificado constantemente), como a revista “Our World” e muitas outras organizações lá nos estados Unidos.</p> <p>Ontem fui ao cinema e tive a oportunidade de assistir ao desfile de algumas das mulatas que tomaram parte no concurso intitulado “A Mais Bela Mulata Carioca”, que teve lugar no Rio de Janeiro há alguns meses. Não existe a menor dúvida de que fora um espetáculo atraente à vista. Afinal de contas, é bem agradável ver uma linda mulata sorrindo e gingando com maliciosa gaifonice... Mas quando o locutor disse: “O Teatro Negro Experimental do Rio de Janeiro está de parabéns, etc.”, senti-me perpassado de algum descontentamento. Não por querer desmerecer as mulatas que vi. Não. Eram dignas de todo aplauso. Eram de impor respeito. Foi unicamente porque achei que no fundo daquela beleza estava a pretensão de elevar a mulata e deixar a “pretinha” no esquecimento. Eu aplaudiria com muito mais entusiasmo um concurso denominado “A Mais Bela Negra Carioca” e que nele aparecessem juntas mulatas e “escuras” comungando o mesmo entusiasmo e a mesma esperança de receber o prêmio que sua beleza lhe conferisse. E suponho que não seria difícil escolher uma candidata preta à altura de concorrer num concurso de beleza, lá no Rio de Janeiro, pois em qualquer parte do mundo, existem pessoas bonitas visto que “boniteza” não é privilégio nem de raça, nem de casta. Pelo contrário, onde existe faculdade existe beleza, porque não sendo as pessoas todas iguais, aquelas que não são feias são bonitas, como as que não são altas são baixas, as que não são gordas são magras e assim por diante. É verdade que essas qualidades se acentuam mais em umas pessoas do que em outras. Mas em se tratando de um concurso de beleza, é justamente isso que a comissão julgadora vai considerar. Sinceramente, se bem que o Teatro Negro Experimental merece as nossas melhores estimas e podemos sem rebuços, aponta-lo como paradigma às grandes realizações de negro que se pretenda empreender, não concordei com a atitude de patrocinar um espetáculo como aquele. Considerando até uma atitude insultante para as mais “escuras” do que as mulatas, porque a palavra Negro quando usada para designar uma associação de “gente de côr” – Como Frente NEGRA Brasileira, União NEGRA Brasileira, Teatro NEGRO Experimental, Associação dos NEGROS Brasileiros e muitíssimas outras que aparecem e morrem por este Brasil afora, tem suas portas abertas para os pretos e mulatos indistintamente sendo todos considerados negros. Por que então distinguir a mulata para concorrer num concurso de beleza e esquecer a preta? Não são todas negras?</p> <p>Francamente, com minha “corzinha de café preto”, se eu fosse mulher e vivesse no Rio de Janeiro eu iria querer explicação sobre isso...</p> <p><i>(Do “Novo Horizonte” de São Paulo)</i></p>
<p>CRISTINO, Demostenes. A raça. <b>A Alvorada</b>, 24 de dezembro de 1948, p. 5.</p>	<p>A RAÇA</p> <p>O brasileiro traz dentro de si Um português, um negro e um índio guarani.</p> <p>O luso deu-lhe a fibra audaz, arrojadiça E a fidalguia própria dessa raça; O bugre, a natureza apática, a preguiça, O amor à pesca, a inclinação à caça.</p> <p>No excesso de carinhos e de zelos, Reflete do africano o doce coração;</p>



	<p>E, às vezes, dos cabelos, Aquela permanece ondulação...</p> <p>Em harmonia vivem sempre os três: Enquanto o negro bebe e o guarani batalha, O pobre português Trabalha.</p> <p>Mas aí! Se no esplendor da graça, Quebrando as ancas em lascivo jogo, Uma mulata passa:</p> <p>O negro dança, O bugre pega fogo, E o português... avança!</p> <p>Demostenes Cristino</p>
<p>XAVIER, Rodolfo. Colonização. <b>A Alvorada</b>, Pelotas, 06 de agosto de 1949, p. 01.</p>	<p>COLONIZAÇÃO</p> <p>Uma polêmicazinha, de-vez-em-quando é bom para desopilar o fígado, mormente quando se discute com um cavalheiro que prima pela elegancia, pelo tratar social e pela ética de educação. Bancariamos o conselheiro Acacio ou por outra D. Quixote se viessemos para estas colunas tecer loas ou quebrar lanças na defesa de governos passados pelo que fizeram, e de governos atuais pelo que fazem e deixam de fazer em benefício dos nossos patrícios da campanha absolutamente nada ou quase nada. O nosso ponto de vista que parece do talentoso amigo, diametralmente oposto, é indagar se há ou não existe utilidades na Imigração ?</p> <p>Não havendo utilidades na imigração quais os motivos em que toda ou quasi toda a América Latina, inclusive o Canadá, empenha-se em receber e dar entrada aos imigrantes ?</p> <p>A Argentina não satisfeita de recebê-los, selecionados, além de se aproveitar da safra de imigrantes ainda importa (conforme interpelação feita por um deputado ao seu governo) <i>tecnicos</i> alemães para as suas Forças Armadas...</p> <p><i>Dos constantes desentendimentos entre o Conselho e o Departamento Nacional de Imigração</i>, é que depende em grande parte a solução do problema.</p> <p>Entravado como anda, a passos 'de boiadeiros, terá como corolário o aproveitamento de elementos indesejáveis quando todas as nações interessadas (até a própria Rússia com imigração forçada) tiverem se aproveitado de elementos mais compensadores.</p> <p>A <i>socialização da terra</i> e das indústrias já é matéria corrente e posta em pratica por governos europeus e americanos.</p> <p>Nesta fase entra o governo nacional, na campanha do Petróleo e da Siderurgia, na encampação de Estradas de Ferro e serviços de Eletrificação, na desapropriação de terras em vasta escala para mecanização do trigo no Rio Grande do Sul.</p> <p>A <i>superlotação das cidades e o desemprego</i> não se vê só no Brasil ; <i>não é a confirmação lógica e incontestável</i>, mas, sim, deita raízes por toda parte sendo cancro universal que aniquila e róe a seiva das nações.</p> <p>Isto de que as nossas Estações e Campos Experimentais estejam aquém das necessidades, pertence ao sr. Hernani...</p> <p>Por isso aventuramos na última resposta que dirigimos ser mais um motivo, mais uma razão para recebermos imigrantes especializados em agricultura...</p> <p>Quanto aos quistos raciais, sr. Hernani Gonzales, é produto do sangue de varias classes de imigrantes, é patrimônio de algumas</p>

	<p>raças que não se identificam com o sólo, portanto, mudando de habitat, não podiam fugir à regra comum e ainda mais amparados pela liberdade e pela apatia dispensadas pelos nossos governantes. Deseja o nobre amigo, sr. Hernani Gonzales, saber de onde nos virá os <i>capitais benévolos</i> para o desenvolvimento econômico do Brasil ? Da mesma fonte donde tem saído e suprido, indistintamente, todas as partes do mundo inclusive a Rússia no período de Guerra – dos Estados Unidos.</p> <p>Reconheço que o talentoso articulista embirra devéras com esses capitais...</p> <p>Porém todo o mundo reconhece que <i>esses capitais</i> que entrarem no Brasil assim como por toda a América Latina, não se envolverão com a liberdade de pensamento, com a liberdade de opinião, com a liberdade de crenças espirituais de quem quer que seja.</p> <p>O que seria de nós, brasileiros se além da negação de todas essas liberdades estivéssemos atados ao pelourinho de ideologias escravizadoras ?</p> <p>Se falta-nos capitais, onde iremos buscá-los ? Na Rússia ? Na Europa bolchevista ?</p> <p>Se precisamos desenvolver as nossas indústrias, nossas produções, extrair nossas riquezas adormecidas, prolongar nossas rêdes de estradas de ferro com que capitais, se não temos ?</p> <p>Se precisamos de técnicos, de divisas, com quem poderemos contar ? Com a Rússia ? Com a China ?</p> <p>Somos, sr. Hernani Gonzales, duas paralelas, que só numa bifurcação de caminhos e por meio de uma curva possa uma das extremidades tocar na outra, é que poderemos estar de acôrdo e nos encontrar.</p> <p>Não quer dizer com isto – nobre e talentoso amigo – que em umas tantas outras coisas quanto ao mecanismo social, econômico e trabalhista não poderemos nos encompreender.</p> <p>Ao contrário, caminharemos juntos, dentro do mesmo espírito de compreensão.</p> <p>O que seria de nós, brasileiros, se alem da negação de todas essas liberdades estivéssemos atados ao pelourinho de ideologias escravizadoras?</p> <p>Não julgue, sr. Hernani Gonzales, ao apontarmos os capitais norte-americanos porque sejamos <i>amigos de imperialismos</i>, tanto faz da direita como da esquerda.</p> <p>Se apontamos esses capitais benévolos é porque não vemos e nem sabemos de onde tira-los, não acreditar que os povos que os aceitam sejam tão indiferentes ao senso das responsabilidades, aos compromissos contraídos e indignos de patriotismo a ponto de firmar semelhantes empréstimos, como «recompensa» da «tutela» de suas próprias nacionalidades.</p>
<p>GONZALEZ, Hernani. Imigração e capitalismo. <b>A Alvorada</b>, Pelotas, 13 de agosto de 1949, p. 01)</p>	<p><b>IMIGRAÇÃO E CAPITALISMO</b></p> <p>Espero seja esta a minha ultima intervenção no assunto que debatemos.</p> <p>Entretanto, quero dizer ao nobre defensor da imigração que tenho discordado e discordarei sempre <i>quanto ao ponto de vista que vem convergir com a mal aplicação da verba</i>.</p> <p>Pensando como outros pensam que seria mais justo e mais patriótico amparar, primeiramente os nossos próprios patricios. Mas, não reduzimos o problema somente na justiça e no patriotismo. Vamos, também analisar o ponto de vista da «eficiência».</p> <p>E, esse ponto, precisamente, é o ponto que interroga, se o trabalhador nacional é inferior ao estrangeiro, ou melhor, se o «nativo» é incapaz a construir a grandeza de sua própria Pátria.</p> <p>Há, entretanto, os que defendem a infiltração imigratória, alegando ser o povo brasileiro de natureza indolente. Mas, esse argumento</p>

derrotista é sempre professado as ocultas, justamente por se tratar de uma argumentação que não resiste qualquer debate ; uma argumentação destruída e desmoralizada.

A tese, sr. Rodolfo Xavier, não se refere as «utilidades da imigração. Defendi, reivindiquei para os nossos trabalhadores agrícolas, «as oportunidades», «as ajudas» que se iria ou se irá dar a camponeses estrangeiros.

A indagação está em saber qual o procedimento mais coerente, mais patriótico e mais satisfatório.

Encarando a realidade nacional e considerando que as precárias condições do nosso camponez é um problema que exige imediata solução, foi que optei no sentido de se dar preferencia aos brasileiros, colocando-se em segundo plano os imigrantes.

O caso do Canadá, apontado pelo ilustre amigo, não se pode adaptar ao Brasil. Si fossem invertidos os papéis, isto é, si a Light em vez de canadense fosse brasileira e arrancasse do Canadá, um lucro de 520 mil contos, (26 milhões de dólares) conforme o líder católico, sr. Francisco Mangabeira, denunciou em carta aberta ao sr. ministro Adroaldo Costa, talvez, necessitassemos de imigrantes.

Por outro lado, o ilustre articulista, aponta o exemplo da Argentina. Exemplo êsse falho porque o Gal. Peron tem recebido imigrantes cuidando ao mesmo tempo, de seus compatriotas. Tanto que termina de tributar uma verba destinada a repatriação dos argentinos imigrados.

Quanto a socialização da terra e de outras indústrias o nobre polemista, sem discordar de minha resposta, afirma ser «matéria corrente e posta em prática por governos europeus e americanos.

Então porque perguntou:

- *Quantos séculos serão precisos para povoar os latifúndios?*

Outro ponto interessante é refere a cultura do trigo, e que não deixa de ser uma boa perspectiva. Pois, «desapropriação», «mecanização» e ainda «distribuição» aos camponeses é realmente, o primeiro passo a dar no sentido de restabelecer o nosso equilibrio econômico.

A propósito, poderia perguntar ao caro apologista da imigração si já chegaram os imigrantes para ministrarem a triticultura gaúcha. E justificaria a pergunta citando palavras de um artigo anterior, onde o preclaro articulista, dá a entender que seja indispensavel a colaboração alienígena, quando diz : «...Nem o colono estrangeiro será melhor, nem o colono nacional será inferior, *contanto que juntos cultivem as mesmas terras, se auxiliem um ao outro.* (O grifo é meu)

«E onde estão, sr. Rodolfo Xavier, esses capitais tão benévolos ?»

Queira tolerar-me sr. Rodolfo, mas insisto nessa pergunta porque a vossa resposta, em absoluto não satisfez.

A ajuda para União Soviética teve como fonte os governos aliados e foi puramente de caráter militar. Pois as condições excepcionais oriundas da guerra, levaram os aliados a extenderem auxilio a todos os povos que estavam a serviço da liberdade.

Com os capitais empregados nessa fase cruciante da Historia Universal, ainda não «embarrei» e nem espero fazê-lo.

Combato, sr. Rodolfo Xavier, os capitais que no dizer de Adolfo Coelho formaram a «Internacional do dinheiro».

Combato sim, os capitais que, por exemplo, formam a rêde dos «trusts» petrolíferos, e que, tem causado a ruina de vários países da América Latina. A propósito, trago para melhor justificar, o depoimento insuspeito do sr. Odilon Braga, referindo-se a ação desenvolvida no México, por esses capitais :

- «Abusos inominaveis de uma policia privada, ostensiva ou

	<p>clandestina ; <i>intolerável e persistente intervenção das empresas na política nacional e até a custeio de rebeliões contra o governo constituído</i> ; (o grifo é meu) alimentação quase sem dissimulações do espírito de resistencia a medida que lhes prejudicavam os interesses; enriquecimento imoderado dos seus testas de ferro, advogados administrativos e espiões dispostos nos centros de deliberação oficial.»</p> <p>Esses, sr. Rodolfo Xaveir, são os capitais imperialistas : capitais que não só exploram os povos, como também, envolvem-se na politica interna dos países onde penetram, atingindo conseqüente todas as liberdades. Isto quer dizer, fazendo perigar a «liberdade de pensamento, de opinião e de crenças espirituais».</p> <p>Pois além do que se constata na parte grifada do que diz o sr. Odilon Braga, temos o caso da denúncia do sr. Arthur Bernardes em que deixou claro, a intervenção de um agente da Standard Oil, na redação de um ou mais artigos da ultima Carta Constitucional, o que é suficiente, para provar, que esses capitais não só exploram, como também, ameaçam as liberdades politicas. Por isso eu «embirro» e creio que o sr. Rodolfo, há-de «embirrar» também...</p> <p>Insisto na pergunta justamente por desconhecer os capitais que chamei de benévolos, e que, até agora não sei onde estão.</p> <p>«Se falta-nos capitais onde iremos buscá-los ? Na Rússia ? Na Europa bolchevista ?»</p> <p>Ora, sr. Rodolfo, confesso que não sei responder e espero que me esclareça a respeito. Poderia admitir que os mesmos, «êsses» capitais que não pertencem nem aos imperialismos da direita nem da esquerda, estivessem nos Estados Unidos.</p> <p>Entretanto, em «O Periodo das Vacas Magras», o ilustre articulista, responsabiliza os americanos como cultivadores do cáos europeu, e ainda, como possiveis fomentadores de uma nova guerra. Fazendo justiça a coragem do honrado amigo, passo a transcrever a sua arrojada denuncia :</p> <p>«Enquanto não desaparecer o cáos, a insufiência européia <i>mantida pelos dólares americanos</i> todo o mundo sofrerá e não estará tranquilo. (novamente, o grifo é meu)</p> <p>A corrida armamentista, o preparo para a guerra, o ensino nas escolas não diferenciando sexos sobre instruções de movimentos e preparo das casernas, é índice seguro para uma terceira conflagração mundial.»</p> <p>E agora vamos a pergunta duas vezes formulada :</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- «O que seria de nós brasileiros, se além da negação de todas essas liberdades estivessemos atados ao pelourinho de ideologias escravizadoras ?»</li> <li>- Seríamos escravos ! Seríamos desgraçados, ou teríamos esquecido o seguinte :</li> </ul> <p>«<i>Ou ficar a Pátria livre, Ou morrer pelo Brasil ! Ou ficar a Pátria livre, Ou morrer pelo Brasil !</i>»</p> <p>Pelotas, 7/8/49</p>
<p>No paiz da democracia... <b>A Alvorada</b>, Pelotas, 19 de novembro de 1949.</p>	<p><b>NÓ PAIZ DA DEMOCRACIA...</b></p> <p><b>O rancor de um governador de Estado contra o ensino aos negros --- Distúrbios entre brancos no bairro de Southside</b></p> <p>Sem maiores comentários, por tratar-se de um assunto velho e enraizado no espirito humano, do ódio existente nos Estados Unidos entre brancos e negros, vamos transcrever abaixo o seguinte despacho telegráfico da United, de Atlanta (Georgia), para que se faça um juízo do «inferno» que deve constituir esta luta eterna no paiz do Tio Sam;</p> <p><b>“O governador de Georgia externa seu racismo em face dos</b></p>

	<p><b>negros</b></p> <p>Atlanta (Georgia), 22 – (United) – O governador do Estado de Georgia, Herman Talmadge, conhecido como um dos principais defensores da chamada «supremacia branca», no sul dos Estados Unidos, atacou, em discurso pelo rádio, o grupo de negros que procura, mediante decisão judicial, de obter as mesmas vantagens educacionais que os brancos.</p> <p>Os representantes de 18 crianças de cor negra, de Georgia, apresentaram um processo perante os Tribunais para que seja proibida a discriminação quanto ao ensino e acrescentam que até agora foi negado aos negros as facilidades de educação de que gozam os brancos.</p> <p>Talmadge, em seu discurso pelo rádio, disse que seu governo lutaria contra esta ação judicial «<i>perante a opinião pública no Congresso e com todas as nossas armas</i>». E acrescentou: «Nunca permitiremos que se modifique uma polegada do nosso tipo tradicional de segregação». (Do «Diário de Notícias», de 22/10/49).</p> <p>Outro telegrama de Chicago e despachado pela United, tem o seguinte teor:</p> <p><b>“Conflitos raciais nos Estados Unidos</b></p> <p>Chicago, 12 (United Press)</p> <p>- Trezentos policiais estiveram ativos hoje, dispersando grupos no bairro de Southside.</p> <p>As autoridades calculam em mil ou mil e duzentos o número de pessoas envolvidas nos distúrbios, que se repetem há vários dias, porque «constou que famílias de negros iam morar em bairros habitados pelos brancos», (Do «Diário Popular», de 12/11/49).</p> <p>Isto tudo faz parte do estado de fraqueza e desordem em que se encontra a humanidade – afastam o amigo e abrem os braços ao inimigo...</p> <p>É da peça.</p>
<p>GONZALEZ, Hernani. «Em baile de negra, preto não dança...». <b>A Alvorada</b>, Pelotas, 21 de janeiro de 1950, p. 1.</p>	<p>«EM BAILE DE NEGRA, PRETO NÃO DANÇA...»</p> <p>Esse o título de um comentário de Silva Filho, no qual este jornalista, referiu-se a incidentes raciais, ocorridos nesta cidade, ha poucos dias passados. Sendo que um deles ocorreu nas portas da Boite &lt;All-Babá&gt; e, teve como protagonista o proprio Silva Filho, quando ali foi vedada a sua entrada.</p> <p>Entretanto, embora lamentavel, é verdade que tais ocorrências vem, sensivelmente, aumentando e, fazendo parecer que caminhamos para uma democracia <i>tipo americana</i>...</p> <p>Não é somente aqui em Pelotas que acontecimentos dessa natureza tem surgido à luz da publicidade.</p> <p>Há meses passados, Abdias Nascimento, diretor do jornal «Quilombo», fundador do Teatro Experimental do Negro e um dos maiores atores contemporâneos, ao comparecer a uma festa artistica no Hotel Glória, para a qual fôra convidado, passou tambem pela decepção de ter a sua entrada prohibida pela policia, muito embora exhibisse o respectivo convite.</p> <p>E, posteriormente, esse fato tomou ampla repercussão tendo, além de debatido pela imprensa carioca, penetrado no Senado e na Câmara, através as denúncias do senador Hamilton Nogueira e do ex-deputado Barreto Pinto.</p> <p>Voltando ao assunto, mesmo reafirmando a nossa solidariedade ao sr. Silva Filho, achamos dispensável alongar nosso comentario nesse sentido.</p> <p>Pois a Boite &lt;Ali-Babá&gt;, ainda que dirigida por um dos nossos atuais vereadores, é um ambiente que, pela sua natureza, não merece a atenção daquêles que vivem normalmente, ou seja, uma vida equilibrada entre o trabalho, a família e as diversões sadias. Para nós, representa mais digno de comentário e, até mesmo de</p>

	<p>critica, o caso ocorrido com o jovem Wilson Santos no Café Lamego, precisamente por se tratar de um ambiente mais moralizado. Um recinto acessível a qualquer pessoa, uma vez, é lógico, que se apresente decentemente trajada e dentro do devido respeito que o público merece.</p> <p>Em um país que vive sob um governo constituído, num regime democrático, não vemos razão que justifiquem reações contra negros, principalmente tratando-se de cidadãos moralizados, como Silva Filho e Wilson Santos.</p> <p>tos.</p> <p>O bom senso nos mostra que a «escória» é formada, constituída de <i>brancos, mulatos e negros</i> : que a corrupção moral, como a tuberculose, tanto ataca o branco como o preto. Ainda o bom senso nos diz que a verdadeira ética social está precisamente, nas ações do indivíduo, e não na roupa e na epiderme.</p> <p>O homem de brio, de vergonha, de caráter, seja desta ou daquela cor, ande bem ou mal vestido : quer queiram, quer não queiram os <i>racistas</i>, é sempre um <b>HOMEM HONESTO !</b></p> <p>E o depravado, o corrupto, seja branco ou seja preto, esteja vestido de gala ou coberto de andrajos, é sempre o mesmo canalha. Pois ha canalhas paupérrimos e canalhas milionários, canalhas desleixados e granfinos, canalhas pretos e brancos,</p> <p>Além disso, quem repelir o negro está renunciando a própria origem. Ninguém ignora e ninguém poderá negar que descendemos do Índio primitivo, do Português e do Africano. Por outro lado, parece que os srs. proprietários do Café Lamego esqueceram-se de que o negro está na própria História-Pátria, personificado nos vultos imortais de Henrique Dias, José do Patrocínio e muitos outros; que o negro está no Exército, e na Marinha, na Arte, na Ciência, nas fábricas e nas lavouras; que tem todos os direitos de cidadão, inclusive o direito do voto.</p> <p>Ademais, tal reação racial não se justifica num povo cristão, quando além do lapidar conceito, «amarás o próximo como a ti mesmo», São Paulo deixou escrito nos primórdios do cristianismo : «Suportai-vos uns aos outros e perdoai-vos mutuamente».</p> <p>E, esses conceitos abrangem todos aqueles que estiverem sob a égide cristã, independentemente, de raça, côr, sexo ou condição social.</p> <p>E ainda mais, repelir o negro, humilhando-o, escorraçando-o até as portas dos cafés, é menosprezar, desprestigiar, esquecer Tiradentes, Castro Alves, Ruy Barbosa, Marcilio Dias ; e finalmente é quasi debochar dos Heróis da F. E. B. que, contra a ideologia racista de Hitler, tombaram nos campos de batalha ; que deram o Sangue, a Vida, pela Liberdade, pela Fraternidade e pela Igualdade entre os homens !</p> <p>Evocando, com a mais alta reverência os nossos Mártires e os nossos Heróis do passado, é que protestamos e protestaremos, contra tudo aquilo que ferir os <b>SAGRADOS DIREITOS DO HOMEM !</b></p> <p>Pelotas, Janeiro de 1950</p>
<p>Pesquei. <b>A Alvorada</b>, Pelotas, 5 de maio de 1951, p. 27.</p>	<p>PESQUEI...</p> <p>Mais um ano de fundação hoje completa esse semanário. Mais uma etapa de críticas em meu arquivo de pescador. Quarenta e quatro anos de existência não é «sopa», não. A nossa «Alvorada», nessa idade já é balzaquiana, passou dos quarenta há muito, e devemos chama-la «Exma. Senhora Dona Alvorada» e deixemos que a incansável trindade Lima-Torres-Vargas aguentem-se com os seus caprichos.</p> <p>Não é querer bancar o amigo da onça, não. É que sabemos de sobrada razão o mimo e zelo que esses incansáveis baluartes tem com dona «Alvorada».</p>

	<p>Conhecem suas manhas, suas preferencias, enfim, conhecem-na a fundo. Continuam a trata-la tal qual sem progenitor – Juvenal Penny. Vaidosa como ela só, dona Alvorada frequenta distintas sociedades locais. Fês-se amiga de destacadas figuras pelotenses. Em suma, orgulham-se seus tutores, tal a apreciação que dispensam a essa folha e o conceito que a mesma gosa. Salve, Alvorada!</p> <p>O dr. Pescadinha hoje se apresenta indignado, por ler nos diversos jornais locais, anúncios de bailes organizados pelas alunas de um dos nossos estabelecimentos de ensino superior. Será que ditas alunas em lugar de darem instrução de português, estão instruindo a mocidade feminina para bailarina ? Digo isso porque não aprovo bailes para estudantes, porque quando chega no fim do ano, a época dos exames, a maioria das alunas rodam, devido ao namoro que arranjam nos ditos bailes e mesmo porque a mocidade deve cuidar da instrução e não de bailes, que só servem para quem vive de festinhas...</p> <p>Dr. Pescadinha</p>
<p>Dr. Getulio Vargas. <b>A Alvorada</b>, Pelotas, 05 de maio de 1952, p. 02.</p>	<p>DR. GETULIO VARGAS</p> <p>Para o Brasil o para os operários em geral, a data de 19 de abril foi de grande jubilo, pois assinalou a passagem de mais um aniversário natalicio do eminente brasileiro dr. Getulio Dorneles Vargas, presidente da República.</p> <p>S. excia que é o ídolo do povo trabalhador do Brasil, cujas esperanças de melhores dias estão voltadas para o maior estadista da América do Sul – recebeu naquela data as maiores demonstrações de admiração e de aprêço, tributadas por esse mesmo povo que o tem gravado no coração, pelo muito que tem recebido de s. excia.</p> <p>Esta fôlha, embora tarde, saúda o ilustre chefe da Nação.</p>
<p>Porque não se funda um sindicato? <b>A Alvorada</b>, Pelotas, 14 de março de 1953, p. 01.</p>	<p>PORQUE NÃO SE FUNDA UM SINDICATO?</p> <p>Na época atual, em que tudo obedece a uma organização, sindicato, uma lacuna se acha aberta em nossa cidade - o Sindicato de músicos, cantores, compositores e radialistas - congregando toda a numerosa classe desses profissionais,</p> <p>Em palestra que mantivemos com um componente de um conjunto orquestral, colhemos que entre nós não existe o Sindicato de Profissionais – a exemplo dos que já se encontram funcionando no Rio de Janeiro, Porto Alegre e outros grandes centros do Brasil, com o fim de salvaguardar os interesses da classe (músicos, cantores, compositores e homens do rádio), sindicato de amparo em toda e qualquer emergência.</p> <p>Pelotas, contando com grande número de músicos, cantores e trabalhadores no rádio, já devia ter fundado o seu sindicato de classe, o que daria organização eficiente aos seus sindicalizados, sendo, portanto, o seu verdadeiro advogado em todas as circunstâncias.</p> <p>A fundação dêsse sindicato, filiado ao existente no Rio e Porto Alegre e talvez em outras localidades do país, muito cooperaria para o bem estar da laboriosa classe musical, principalmente sendo de fundo beneficente.</p> <p>Cada associado munido da sua carteira de identidade tem ampla liberdade em qualquer casa de diversões – música, canto, rádio-teatro, etc. – sem gasto de espécie alguma e, mais ainda, quando em viagem, é sempre amparado aonde aportar, pelo sindicato da classe existente na localidade, que dessa forma proporcionará ao associado em vilegiatura, todos os meios de conforto, evitando que aconteça o que tem acontecido a muitos músicos e cantores se verem em situações embaraçosas, apelando para benefícios e outros meios humilhantes de amparo.</p>

	<p>Em Pelotas, os que se dedicam á música, ao canto e ao rádio devem organizar-se em sindicato, procurando, assim, o seu amparo no futuro, auxilio que será garantido por intermédio dessa entidade de classe, que terá autoridade para intervir com segurança sôbre todo e qualquer assunto relacionado com os seus associados.</p> <p>O meu comentário de hoje, é apenas uma sugestão em tôrno dessa necessidade, a sindicalização dos músicos aqui radicados, que são e devem ser os únicos interessados no assunto, procurando formar o seu sindicato o mais breve possível, organização que dará novo rumo aos que fazem profissão da música, do canto e do rádio.</p> <p>Aqui, pois fica o comentário de Observador</p>
<p>O Brasil está de luto: morreu o presidente Getúlio D. Vargas. <b>A Alvorada</b>, Pelotas 28 de agosto de 1954.</p>	<p>O BRASIL ESTÁ DE LUTO MORREU O PRESIDENTE GETULIO D. VARGAS</p> <p>Consternação geral no seio das classes operárias</p> <p>Como já é do conhecimento de todos os países do globo, deu-se morte violenta, levado por aborrecimentos relacionados com os ultimos acontecimentos no país, o ilustre estadista sul-americano dr. Getúlio Dorneles Vargas, presidente da República.</p> <p>Chefe vitorioso da revolução de 1930 o dr. Getúlio Vargas implantou o estado Novo no Brasil, qual governou durante quinze anos.</p> <p>Afastado do governo por espaço de cinco anos, retornou ao governo levado por uma esmagadora maioria de votos, demonstração de gratidão do povo e principalmente das classes operárias, agradecidas pelos relevantes benefícios prestados aos humildes trabalhadores brasileiros.</p> <p>O desaparecimento trágico do ilustre riograndense, considerado como o maior estadista dos últimos tempos, encheu de consternação o Brasil e grande parte dos países estrangeiros, todos lamentando o lutuoso acontecimento, o primeiro na história das nacionalidades.</p> <p>As lágrimas derramadas por tão triste ocorrência, devem ter comovido até aos próprios adversarios do dr. Getúlio Vargas, pois as manifestações de pesar ultrapassaram as nossas fronteiras, fazendo éco nas longinhas terras de além-mar.</p> <p>Levando-se em consideração, com sinceridade, tudo quanto fêz em beneficio dos trabalhadores brasileiros, nenhum operário deixará de verter uma lágrima e fazer uma préce em homenagem a memória do extraordinário homem público, tão trágicamente desaparecido da face da terra.</p> <p>Não ha governo sem oposição e sem inimigos, razão porque acreditamos que nesta hora de verdadeira angustia para o Brasil, tenham desaparecido essa oposição e esses descontentamentos, para lamentarem o epilogo da vida de um homem que tanto trabalhou pelo engrandecimento de sua Pátria. procurando, por todos os meios enquadra-lo no nivel dos maiores países do mundo.</p> <p>Diante do dramático e doloroso falecimento do grande brasileiro, que durante vinte anos dirigiu os destinos do maior país da América do Sul, o Brasil guardará no coração de todos os filhos agradecidos, uma imperecível saudade, lembrando os seus feitos e as suas obras em pról do engrandecimento de todas as suas atividades.</p> <p>Lastimando o lutuoso desaparecimento do ilustre presidente d República, aqui deixamos o nosso sentir a todos os brasileiros, sem côres partidárias e nem políticas, por tratar-se de um filho das plagas riograndenses, que se revelou o maior estadista sul-americano e o maior amigo dos trabalhadores.</p> <p>Ao país e a exma. familia do ilustre extinto, aqui deixamos os nossos pezames.</p>
<p>XAVIER, Rodolfo. 1º de maio. A Alvorada, Pelotas, 05 de</p>	<p>1º DE MAIO Com o manifesto de Carl Marx e Angels em 1848 cujas tendências</p>



maio de 1955, p. 13.	<p>revolucionárias são de combate ao capitalismo, cria-se a luta de classes em memoráveis congressos debatendo-se anarquistas pelas reivindicações dos trabalhadores.</p> <p>A Igreja, pela Encíclica Renum Novarum do Papa Leão XIII, procura solucionar as lutas entre o Trabalho e o Capital organizando sindicatos dentro de preceitos religiosos, obedecendo a um espírito de conciliação e de caridade da parte dos ricos para com os pobres. Contudo, as lutas intensificam-se a proporção que as classes Trabalhadoras vão compreendendo as causas e efeitos das explorações do Capital sobre o Trabalho auferindo todas as vantagens e lucros enquanto a miséria aumenta e invade os lares da pobreza, cada vez mais necessitados.</p> <p>São as greves, a principal arma dessas lutas, muitas vezes sufocadas em sangue, ou quando não prisões e desterros. Surgem atentados terroristas contra ministros e chefes de Estado, e por ocasião dos dias 1.º de Maio os governos põem tropas em prontidão, a policia em vigilancia com receios de revoltas ou de revoluções, abatendo as Bastilhas do poder sacrificando os povos.</p> <p>Após a primeira conflagração mundial, isto é depois da Revolução Russa, que os governos se aperceberam do perigo que os rondam, indo, pouco a pouco, cedendo algumas reivindicações aos trabalhadores até então sonegadas pelo capitalismo.</p> <p>Dentro da Liga das Nações criaram um órgão para atender, a gritar, dirimir questões entre o Trabalho e o Capital.</p> <p>Desde então, os trabalhadores, por meio de suas entidades sindicais corporificadas em Confederações do Trabalho foram reclamando e obtendo algumas reivindicações, postas em leis por vários países. Entre eles, o Brasil, depois da revolução de 30, no periodo da Ditadura ou do Estado Novo abrangendo uma época de instabilidade e de receios e desconfianças entre os povos, com o aparecimento do «facismo» e do «nazismo», da revolução hespanhola culminando na 2a. Guerra Mundial.</p> <p>Os sindicatos que então existiam, dentro do Brasil, eram de feição anárquico-sindicalistas que pleiteavam melhores condições de vida e de trabalho principiando pela campanha das oito horas, greves e de protestos indo terminar na policia sendo os seus lideres presos e os estrangeiros expulsos do território nacional.</p> <p>Nesses sindicatos, por último, infiltraram-se elementos comunistas motivando a causa dos poderes públicos intervir colocando a frente deles os «pelegos», praga de vivedores que não houve inseticidas que os exterminassem concorrendo para o desprestigio e o afastamento dos trabalhadores das sédes dos sindicatos.</p> <p>Elegem-se e reelegem-se pouco se importando com contas legalizadas, demonstrando o emprego das verbas que usufruem do Imposto Sindical, nem tão pouco os associados os obrigam a apresentá-las em ordem e em tempo determinado.</p> <p>De que mais cuidavam, e ainda cuidam, era das passelatas, das comezainas e discursórios em dias primeiro de maio, das bandeirolas a noite e dísticos em tiras largas de algodão drapejando a luz de fogos de bengala, e estouros de bombas e de foguetes de lágrimas.</p> <p>Nenhuma alusão aos mártires de Chicago, aos que tombaram pregando a necessidade da união entre os trabalhadores, alguns perdendo as vidas arcabuzados pela policia e outros perecendo nas prisões ou desterrados sem jamais reverem as suas mães ou terem o consôlo das esposas e os beijos de seus filhos.</p> <p>É que a maior parte dessa gente desconhece o passado e julga que o gozo do presente é por obra ou indulgências dos poderes públicos, ou de renuncias do capitalismo.</p>
----------------------	---

	<p>E assim se deixam apascentar como ovelhas, balindo os seus males, quando os rafeiros as conduzem para a tosquia. Rodolfo Xavier</p>
<p>XAVIER, Rodolfo. Efeitos Raciais. <b>A Alvorada</b>, Pelotas, 14 de janeiro de 1956, p. 1.</p>	<p><b>EFEITOS RACIAIS</b> «Aos primeiros colonizadores portugueses não os animavam nenhum amor à terra, Diz Gilberto Freyre que, em Portugal, o mercantilismo burguez e semita, bem como a escravidão mourisca e posteriormente africana transforma o antigo povo dos reis lavradores no mais comercial e especulador da Europa.» Trecho de um artigo do sr. Lucio Michels publicado na «A Hora» em 17 de dezembro do ano passado. Sendo o mercantilismo a mira do povo colonizador desde a descoberta da terra de Santa Cruz, da exploração das riquezas se bem que os portugueses não se encontrassem como os hespanhóes, trataram das plantações da cana de-assúcar e da montagem dos engenhos, da pecuaria e do trato das terras cedidas pela Corôa escravizando os indios e depois trazendo os africanos para que os servissem, como nos diz Oliveira Viana citando Antonil «ao senhor do engenho. em vários officios, além dos escravos de enxada e de foice que tem nas fazendas e na moenda, fora os mulatos e mulatas, os negros e negras de casa, ou ocupados em outras partes, barqueiros e canoeiros, calafates, carapinas, carreiros, oleiros, vaqueiros, posteiros e pesadores.» Contudo, o português, manteve a raça india e a preta juntas à raça branca não isolando-as em suas colônias como os ingleses e posteriormente os norte-americanos, fazendo delas ou com elas a estrutura da nacionalidade brasileira sem contudo eliminar o preconceito racial que sobrevive e que continúa apesar dos cruzamentos de raças através de mais de quatro séculos, considerando o homem de côr como coisa ou alimária, um sêr inferior sem expressão humana e de condições servil. São casos que repetem-se como o do barbeiro em Porto Alegre que não quiz fazer a barba de um homem por ser de côr, tipicos e insultuosos como o do colégio Theappy Chvol [The Happy School] Brasil-Canada querendo fazer discriminação racial como se estivesse na Africa do Sul ou nos Estados Unidos, telefonando à residência dos pais de um aluno informando que não poderia continuar «naquele estabelecimento, por ser de côr, e que poderia ocasionar conflitos sociais com os demais alunos brancos.» Será que êsse colégio que funciona no Rio julga que está na Africa do Sul, ou nos Estados Unidos? Será que a direção dêsse colégio não sabe, não leu o texto constitucional ou alguém não lhe dissera que no Brasil não existe discriminação de raças, côres, sendo multados ou processados os transgressores ? Não saberá (além das lições dadas aos seus alunos) que no Brasil não há rivalidade de raças, que todos são iguais perante às leis, que os cursos ginasiais são frequentados por todos sem distinções de raças ou de côres? Se desconhecem as leis do Pais, se não estão áptos a lecionar, se julgam que o Brasil é uma terra de cafres seria melhor que se mudassem o quanto antes e que bons ventos os conduzissem. Infelizmente, há quem siga os máus exemplos, aparece quem queira levar à Africa do Sul dois times de futebol um branco e outro preto para satisfazer a discriminação racial sul-africana, enxovalhando as tradições nacionais, São soluções de tipos exclusivamente de apetites comerciáveis, embora sejam vilipendiados e se é que existe tal projeto deve merecer o nojo dos brasileiros dignos, dos brasileiros brancos irmanados aos brasileiros de côr tanto nas lutas em defesa da Pátria</p>

	<p>como nas arenas desportivas formam um bloco indestrutível. Embora sejam as ações condenáveis, desvirtuem os princípios honestos buscam-se os caminhos desonestos contanto que revertam em lucros, correspondam à saciedade dos idealizadores. Nêsse caso está a excursão de um clube de futebol à África do Sul em que os jogadores brasileiros, em times separados – um branco e outro preto farão as delicias dos racistas ingleses. Merece uma medalha mesmo que seja de latão o inventor, ou inventores de semelhante idéia.</p> <p>Rodolfo Xavier</p>
<p>XAVIER, Rodolfo. A capoeiragem. <b>A Alvorada</b>, Pelotas, 5 de maio de 1956.</p>	<p>A CAPOEIRAGEM</p> <p>“Os portugueses, escrevem (Spie Und Martins: Reise in Brasilien Wester Theil) são entre todas as nações, as que tem o mais desenvolvido tráfico de escravos. Estabelecidos há mais de 3 séculos em diversas partes da costa africana, fundaram aí o seu domínio muito mais firme do que geralmente se pensa, e as suas principais colônias do Reino de Angola, das quais se considera soberano Sua Magestade Fidelissima, em Bengalam Moçambique e nas Ilhas de Guinéa, Fernando Pó, Ilha do Príncipe, de S. Tomé e do Ano Bom, são organizadas inteiramente como as colônias das Índias Orientais ou como o Brasil o era antes da chegada de D. João VI.”</p> <p>Acontecia, como nos esclarece Nina Rodrigues, que muitos escravos que desembarcavam no Brasil e tidos como de Moçambique ou de Angola ou de outras partes da África, não eram filhos desses lugares e sim por terem sido conduzidos ou embarcados nos portos que davam a origem de nascimento. Êsses infelizes que eram vendidos pelos sóbas aos traficantes portugueses, e que no último período do tráfico negreiro, além da peste, eram afundados vivos para que o traficante se escapasse da perseguição e do apresamento do corso inglês, é uma das tragédias apavorantes do período da escravidão negra no Brasil.</p> <p>Além da nostalgia de seus cantos, das batucadas de sua raça, da emotividade de seus sentimentos trouxeram a capoeiragem que, segundo Gustavo Barroso, veio com os pretos africanos e foi introduzida nos centros principais escravaria – Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco constituindo um jogo temível de pés e mãos, em “rasteiras e rabos-de-arraia” à frente das bandas de músicas do Exército e da Marinha anavalhando e provocando desordens. Foi preciso que o Marechal Deodoro da Fonseca, então chefe do Governo Provisório, determinasse ao Chefe de Polícia Silvestre Ferraz para que acabasse com a capoeiragem.</p> <p>Contavam, aqui no Sul, os que vinham do Norte, baianos e pernambucanos servindo no Exército, que o Chefe de Polícia quando desconfiava de algum malandro, gingava na frende dêle e se correspondia imediatamente era trancafiado.</p> <p>Homem enérgico, indiferente aos ataques da imprensa, aos pedidos e empenhos, processava-os, os deportava ou trancafiava-os na cadeia conseguindo o que o Príncipe Regente D. Pedro, em 1821, não pôde com “bolos de palmatória, açoites, exposição pública no tronco”, terminar com a capoeiragem.</p> <p>Essa malandragem que vinha desde o Brasil-Colônia e que depois se transformou em “calamidade pública”, em bandos que por ocasião dos carnavais travavam combates nas ruas, sendo, por vezes, a polícia impotente para dispersá-los principalmente no Rio “nos últimos anos da Monarquia entre os bandos Nagôs na zona de Saúde e os Suzias nas do morro do Castelo e adjacências”, espalhou-se vindo até o Sul em que conhecemos aqui alguns capoeiras, e a notícia de outros que os mais velhos nos contavam e que vieram vendidos para as charqueadas.</p>

	<p>Entre os que conhecemos nos banhos do Santa Bárbara mergulhando num ponto e aparecendo noutra, dando cambalhotas e estirando uma das pernas por cima d'água como se fossem marretadas, eram soldados do Exército que vinham em contingentes para a guarnição de Pelotas antes de ser aquartelado o 29º Batalhão de Infantaria.</p> <p>As vezes, em desafios entre dois ou mais não se deixavam surpreender, mergulhando para se escaparem.</p> <p>Era no tempo em que os banhos se tomavam no Santa Bárbara desde a Cerquinha à entrada do São Gonçalo, sobre um fundo arenoso conservando as águas limpas.</p> <p>Da capoeiragem dos africanos nasceu os movimentos dos sambas, dos blócos carnavalescos, dos jogos de futebol, da dolência de seus cantos, da excitação e remelêxo de suas dansas e que somente ao negro como disse alguém em referência ao jazz americano, só o negro pode executar com genialidade porque está na massa do sangue.</p> <p>“A extirpação da capoeiragem de rua, conclúe Gustavo Barroso, era uma necessidade. Todavia dela resultou o quase desaparecimento desse judô nacional, que representava uma tradição popular, que é na verdade extraordinário, devendo ser ensinado na infância a todos ao brasileiros, do mesmo modo que os japoneses aprendem o jiu-jitsu, não como estímulo à desordem, mas como meio de defesa individual. Preferimos, no entanto, abandonando o que é verdadeiramente nosso, imitar o que vem do estrangeiro.”</p> <p>Instaladas essas escolas aonde iriam buscar os mestres se eles desapareceram e o que se ensinasse não passaria, quando muito, de imitações ?</p> <p>Não faltariam intrujões metidos “a capoeiragem” para viver à sombra das verbas destinadas a essas escolas.</p> <p>Branco e mestiços ensinando ao negro – o verdadeiro criador do jogo da capoeiragem...</p> <p>Rodolfo Xavier</p>
<p>Conferência de trabalhadoras. A Alvorada, Pelotas, 05 de maio de 1956, p. 49.</p>	<p>CONFERÊNCIA DE TRABALHADORAS</p> <p>Rio (inter Press) – Realizar-se-á hoje (5 de maio) nesta capital, a Conferência Nacional de trabalhadoras, que terá, segundo o regimento interno divulgado, as seguintes finalidades:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>a) Discutir a situação das trabalhadoras nas empresas, no campo e nos domicílios, sua organização e suas aspirações;</li> <li>b) Ratificar a eleição das representantes brasileiras à Conferência Mundial de Trabalhadoras, a realizar-se em Viena, de 14 a 17 de junho de 1956;</li> <li>c) Adotar resoluções que visem a melhoria das condições de vida e de trabalho das mulheres.</li> </ol>
<p>Discriminação racial num jardim de infância. <b>A Alvorada</b>, Pelotas, 05 de maio de 1956.</p>	<p>DISCRIMINAÇÃO RACIAL NUM JARDIM DE INFÂNCIA</p> <p>Ainda sobre o caso do menor Fernando, fato bastante conhecido e comentado pela imprensa, diz a agência Inter-Press :</p> <p>RIO (Inter-Press) – Está causando indignação ao povo desta capital o ato de discriminação racial praticado pelos diretores do Jardim de Infância “The Happy School” que expulsaram por imposição de algumas famílias ianques, o menor Fernando, de 3 anos de idade, devido à coloração de sua pele.</p> <p>Nesse jardim de infância, estão matriculados, principalmente, filhos de diplomatas e homens de negócios ingleses e americanos.</p> <p>Quando os pais souberam da existência do menino de côr entre as crianças brancas acorreram ao estabelecimento e um deles chegou a dizer : “tira esse negro daí”. Os diretores não tiveram dúvidas : ante à pressão, comunicaram ao responsável pelo menino que a “The Happy School” era extremamente selecionada e não podia ensinar a crianças pretas.</p>

	<p>Com base na Constituição que proíbe o racismo no Brasil e ante a atitude inumana e odiosa dos donos do estabelecimento, o pai do menino, sr. Pedro Dias, apresentou queixa à polícia, tendo sido aberto inquérito a respeito.</p> <p>- Se isso tivesse acontecido no país da Democracia não nos causaria admiração, mas, no Brasil, país da mestiçagem, onde são raros os que não possuem nas veias uma gota do sangue africano, nos causa nôjo, quando isto é praticado por estrangeiros que aqui vindo, talvez, das “belezas” vieram procurar asilo, fugindo das suas nacionalidades...</p>
<p>XAVIER, Rodolfo. A Alvorada. <b>A Alvorada</b>, Pelotas, 05 de maio de 1957, p. 01.</p>	<p>A ALVORADA</p> <p>Desamparada, vendo-se por vêzes obrigada a suspender a publicidade forçada pelas crises, por falta de recursos pecuniários enfrentando adversidades, consegue a ALVORADA completar 50 anos de existência, quando outros semanários em melhores condições há muitos anos desapareceram.</p> <p>Recordar épocas em que para receber alguns mil reis de assinantes remissos, ou de anúncios a razão de 500 reis ou de mil reis cada um, mantendo em suas colunas uma cruz ao lado de caveiras, publicando todas as semanas as primeiras letras dos nomes dos devedores até completá-las por extenso, seria recordar as dificuldades da Empresa, da incompreensão dos que assim procediam, a tenacidade e a perseverança de seu fundador, a boa vontade e contribuição e trabalho manual e intelectual de seus amigos, sem retribuições para resistir as contrariedades, os tropeços do caminho e continuar a jornada até que outro idealista desse-lhe nova feição e novas diretrizes, injetando-lhe novas energias para que continuasse e não desaparecesse totalmente.</p> <p>Nós, que acompanhamos e vimo-la nascer, dar os primeiros vagidos aqui deixamos as nossas felicitações, as nossas homenagens para que se repitam por muitos anos os aniversários e que de um semanário, como de tantos outros, se faça um jornal diário para glória da imprensa.</p> <p>A raça preta é quem deve-lhe mais pois desde a fundação, o seu programa era a defesa da raça tida por inferior, negando-se-lhe a entrada em diversões públicas – Jardim Scotto, Café Java, Capitólio, nas cadeiras do Teatro Guarany.</p> <p>Sobrevivências racistas que vinham do Império e atravessaram a República, depois da libertação dos escravos.</p> <p>RODOLFO XAVIER.</p>